



**CONSELHO NACIONAL
DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**21ª Reunião Ordinária
04 a 05 de Abril de 2013**



1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19

Local:

**Shopping ID, Torre A, 2º andar
Brasília, DF**

**Transcrição feita por meio de
Estenotipia presencial computadorizada**

Ipsis litteris

20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51

INDICE

04/04/2013 – manhãPag. 3

04/04/2013 – tarde:Pag. 23

05/04/2013 – manhã:Pag. 48

05/04/2013 – tarde:Pag. 111

04/04/2013

52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83

MANHÃ

O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Bom-dia. Temos aqui agora a oportunidade de nos conhecermos pessoalmente. Estamos dando início a este nosso trabalho. É bom ver algumas pessoas que já conhecemos e outras novas. Esperamos que este Conselho possa produzir o melhor e que consigamos evoluir com os trabalhos e produzir algo que seja importante para a sociedade e o governo como um todo. Vamos começar com os informes. Vocês receberam um planejamento do evento que deveria começar com a posse, mas, por uma emergência, o ministro foi chamado para uma reunião interministerial, e a secretária Regina Miki, que é também a presidente deste Conselho, está acompanhando o ministro. Essa é a razão do atraso, aliás, queria começar nos desculpando por esse atraso. Espero que as próximas reuniões sejam mais produtivas e vamos buscar sempre começar no horário. Mas, como esta é a primeira reunião e dependemos do ministro e na ausência dele da presidente do conselho para empossá-los ficamos de mãos atadas aqui. Então, como forma de não haver uma perda de tempo, vamos tentar fazer uma inversão dos trabalhos. Óbvio que todos terão que tomar posse, assinar o termo de posse, o ministro ou a secretária virá aqui entre hoje à tarde ou amanhã de manhã, no máximo, para formalizar a posse, mas que isso não prejudique o desenrolar dos nossos trabalhos, algumas coisas são possíveis de inverter para otimizar o nosso tempo e não ter esse desperdício. Então, decidimos passar pelo menos parte da pauta de hoje à tarde para agora de manhã que são os informes gerais e passar um panorama das regras de funcionamento do Conasp. Sei que muitos conselheiros aqui já são antigos, já sabem parte das regras, outras regras talvez não estejam tão consolidadas, outros são novos, então, é importante colocar como funciona este conselho, fazer uma explanação prévia. Então, eu peço a compreensão de vocês, é interessante que falemos isso, até mesmo antes da posse nesta primeira reunião, antes de começar o jogo, não está valendo ainda, são só as regras de funcionamento. As instâncias do Conasp são a presidência e vice-presidência de nomeação do Ministro da Justiça; a mesa diretora, pelo cronograma, vocês vão eleger os representantes de cada segmento para a mesa diretora amanhã na parte da tarde, colocamos justamente para vocês terem um tempo de conversarem entre si, vários conselheiros são novos, para vocês se entenderem. Cada segmento de trabalhadores, sociedade civil e do governo vai eleger um representante e

84 um suplente para a mesa diretora. A mesa diretora é encarregada de definir a pauta das
85 reuniões. Nós vamos fazer uma reunião prévia da mesa diretora mais ou menos 15 dias
86 antes das reuniões do Conasp, que são bimestrais, e a mesa diretora define a pauta,
87 conversem com os membros do seu segmento e tragam suas propostas. Existem os
88 conselheiros suplentes das várias entidades, caso haja uma substituição de conselheiro
89 ou de suplente, caso a entidade entenda necessário substituir, essa substituição deverá ser
90 feita no prazo de 30 dias antes da reunião seguinte. Essa substituição pode acontecer a
91 qualquer momento por interesse da entidade ou respeitados os termos do regimento ou
92 quando o conselheiro exceder o prazo de 2 anos, nós temos o controle, vamos informar.
93 Aliás, a esse respeito do mandato de dois anos, o mandato do biênio 2011/2012 terminou
94 em 31 de dezembro, então, de 31 de dezembro até hoje não contou prazo, até o dia da
95 posse. Inclusive, na portaria assinada pelo ministro a partir do momento da posse é que
96 começa a contar o prazo. Nesses quatro meses não houve contagem de prazo de
97 exercício de mandato. Então, a partir de hoje, quatro de abril, retoma-se a contagem de
98 prazo de conselheiros e assim que completar os 2 anos, vamos avisar, e a entidade terá o
99 prazo de 30 dias antes da reunião para fazer a nomeação de um novo conselheiro ou de
100 suplente. É possível participar também das reuniões do Conasp como convidado, que são
101 convidados permanentes. São aqueles que constam lá no regimento, o Ministério
102 Público, Conselho Nacional de Justiça entre outros, e convidados *ad hoc* que virão aqui
103 para tratar de tema específico, podem ser chamados pela presidência ou pelo pleno do
104 Conasp, eles têm direito à palavra e vêm aqui para contribuir com o conhecimento. E
105 observadores que são todos aqueles que quiserem acompanhar a reunião do Conasp,
106 apenas se identificando, mas que não têm palavra e nem voto, como as reuniões são
107 públicas, são abertas às pessoas. Paralelamente à plenária, existem os grupos de
108 comissões. São criados os grupos temáticos para tratar de matéria organizacional interna,
109 comissões temporárias a respeito de matéria de segurança pública, câmaras temáticas
110 que terão um caráter permanente e a comissão permanente de ética, um membro de cada
111 segmento. Para essa comissão de ética, vocês vão eleger um representante de cada
112 segmento de trabalhadores, de governo e da sociedade civil, um representante e suplente
113 para a Comissão Permanente de Ética. Essa eleição será feita amanhã no período da
114 tarde, vocês têm de hoje até amanhã para se entenderem, espero que saia por consenso,
115 na gestão anterior saiu tudo pelo consenso, buscar o consenso é melhor para todos. Caso

116 não seja, faremos votação, definiremos o regime de votação amanhã à tarde, acredito que
117 deve sair por consenso tanto a mesa diretora quanto a comissão de ética e aí consigamos
118 evoluir da melhor forma. Atualmente, o Conasp tem apenas um grupo de trabalho que
119 foi criado por portaria que é o grupo da questão das perícias, é o único que está em
120 funcionamento neste momento, com exceção da Comissão de Ética que é permanente, os
121 outros três: grupos temáticos, comissões temporárias e câmaras temáticas são montados
122 a partir de resolução aprovada pelo pleno do Conasp. O funcionamento do Conasp. As
123 reuniões ordinárias do Conasp se realizam a cada bimestre; as extraordinárias podem ser
124 convocadas pela presidência ou por um terço dos conselheiros, na forma do estatuto,
125 com antecedência devida no prazo de 15 dias também para a convocação extraordinária.
126 Para as convocações ordinárias, vamos distribuir agora o calendário das reuniões, então
127 os senhores já estão cientes das datas das reuniões ordinárias, mas mesmo assim com 20
128 dias de antecedência, nós vamos enviar a convocação via e-mail. Com 15 dias de
129 antecedência, as pessoas terão que confirmar a presença do titular ou do suplente para
130 emissão de diárias e passagens. Vamos deixar claro que não é obrigação da Secretaria-
131 Executiva ligar para perguntar da confirmação ou não, a Secretaria pode fazer isso para
132 o melhor funcionamento para que tenha quórum, para lembrar as pessoas, mas caso a
133 Secretaria não ligue, isso não gera direito. O prazo é de 15 dias de antecedência para
134 confirmação das reuniões ordinárias, caso a Secretaria não avise por um lapso, por
135 problema de telefone desatualizado ou por outra razão, isso não gera direito. Nesta
136 primeira reunião, muitos conselheiros novos, acabamos sendo condescendentes, mas isso
137 tem que ser rigoroso porque o Ministério da Justiça cobra esse prazo, além de estar no
138 Regimento Interno do Conasp, há uma cobrança também da parte de controle de
139 passagens fora do prazo, isso tem que justificar e não é fácil assim conseguir, terá que ter
140 uma justificativa muito bem fundamentada, e quando se tem já um regimento prevendo
141 esses prazos é difícil dizer que foi desrespeitado o prazo lá atrás de 15 dias, aí se tem um
142 prazo administrativo de 13 dias internamente no ministério e outro prazo (...) de 10 dias.
143 Então, para emitir com menos desses prazos há que se ter uma justificativa muito bem
144 fundamentada. Então, só quero dizer que caso não chegue essa comunicação não gera
145 direito. 15 dias antecedência é outro prazo também para textos de resolução, parecer ou
146 recomendação que venham a ser apreciados pelo pleno do Conasp, por quê? Porque
147 temos que formatar isso e passar aos conselheiros. Apenas as moções podem ser

148 apresentadas e apreciadas numa mesma reunião. Para textos de resolução, parecer e
149 recomendação, terão que ser enviados com 15 dias de antecedência para a secretaria do
150 Conasp e a secretaria vai enviar a pauta aos conselheiros, que é o prazo seguinte, que é
151 com uma semana de antecedência. Para esta primeira reunião, não houve esse envio de
152 pauta simplesmente porque não houve ainda a posse dos conselheiros e nem a mesa
153 diretora composta. A mesa diretora é composta pela Secretaria-Executiva e de um
154 representante de cada segmento. Como neste momento a mesa está constituída apenas
155 pela Secretaria-Executiva, ela preferiu não ser autoritária de mandar isso ou aquilo, nós
156 propusemos uma pauta ou uma série de atividades para conseguir o resultado da melhor
157 forma possível. Então, para as próximas reuniões, a mesa diretora já terá sido composta
158 com os representantes dos segmentos e que já haja essa definição de pauta dentro do
159 prazo para que vocês venham preparados para as reuniões. Três dias após o término da
160 reunião, é o prazo para justificativa de ausência após confirmação de presença. Caso a
161 pessoa confirme presença e não venha, o regimento prevê que terá que justificar por que
162 não veio. Com relação à ausência, e o ministério só seja notificado após a emissão de
163 passagens e diárias, é necessário a devolução desses valores. Cada turno de reunião é
164 passada uma lista de presença, turno é considerado uma manhã ou uma tarde. Ausência
165 em 50% dos turnos considera-se ausência. Portanto, vocês terão que estar presentes em
166 mais da metade dos turnos; como agora é reunião de dois dias são quatro turnos, você
167 terá que estar presente em pelo menos três. Esperamos, é claro, que todos estejam
168 presentes nos quatro turnos, até porque vocês estão aqui em Brasília por conta disso, mas
169 pode acontecer algum problema pessoal, saúde, trabalho, o que seja, e a pessoa não estar
170 presente em um, portanto, ausência em mais de 50% é considerada ausência na reunião
171 inteira. E o prazo para prestação de contas de viagem do pessoal que vem de fora é de
172 cinco dias após o término da reunião. A prestação de contas consiste, basicamente, na
173 apresentação do canhoto da passagem. Deixe-me apresentar aqui a Cíntia, vocês vão
174 tratar muito com ela, alguns já a conhecem, ela vai ajudar não só nas questões de viagem
175 e passagem, esclarecimentos de dúvidas também, quando eu não estiver lá, ela vai estar
176 sempre à disposição para ajudar vocês. Então, a prestação de contas é só o canhoto e
177 assinar a lista de presença. Para facilitar a vida de vocês conselheiros, a Cíntia, na
178 medida do possível, faz o *check in* do voo e vocês vão precisar mandar uma cópia do
179 canhoto, até para não ter um trabalho de chegar aos seus respectivos estados, ter que tirar

180 uma cópia do canhoto de embarque, mandar essa cópia pelo correio, ela faz o *check in*,
181 tira já uma cópia e o devolve a todos. Se alguém quiser mudar o voo lá mesmo no
182 aeroporto, não tem problema, o problema é quando muda o voo com um dia a menos aí
183 tem que devolver a diária de um dia. Mas, se quiserem mudar para um horário mais tarde
184 ou no dia seguinte, o Governo Federal não arca com esse custo de mudança de
185 passagem, ele emite e entrega a passagem aos conselheiros, os colaboradores ou
186 qualquer pessoa que viajem às custas do governo e aí se a pessoa quiser mudar ela
187 poderá fazê-lo pagando a diferença por conta própria. Caso você reduza a sua estadia,
188 por exemplo, diária de três dias, se você ficar um dia a menos, terá que devolver um dia
189 de diária. Nós fazemos esse controle para saber quantos dias a pessoa ficou e quantas
190 diárias vai receber, caso tenha recebido a mais, terá que fazer a devolução. Com relação
191 à volta para facilitar a prestação de contas, a Cíntia faz o *check in*, tira uma cópia do
192 canhoto de embarque e o devolve. Mas, assim como a questão da convocação por email
193 para a reunião não gera direito, a obrigação do conselheiro é prestar contas em 5 dias, é
194 o que está no regulamento. Como forma de facilitar, a Cíntia faz isso, mas, se por acaso,
195 alguma reunião o conselheiro não pôde porque teve algum problema, porque ficou sem
196 internet, ou porque se esqueceu, qualquer coisa, vocês terão que fazer o *check-in* no
197 aeroporto e enviar depois pelo correio comprovando o voo de volta. Isso tudo é porque
198 às vezes as pessoas confundem, começa a facilitar e elas acham que o que estamos
199 fazendo a mais para ajudar acaba virando a norma. A norma não é essa, a norma é
200 prestar contas no prazo de cinco dias após a viagem. O funcionamento das reuniões.
201 Palavra e voto. Quem tem direito a quê? O conselheiro titular tem direito à palavra e
202 voto em qualquer situação. O suplente tem direito à palavra em qualquer situação
203 estando presente e voto apenas na ausência do titular. O regimento ainda diz que para
204 que o suplente tenha o direito a assumir essa posição de voto, ele terá que avisar que está
205 saindo da reunião, caso ele esteja na reunião e saia, na ausência do titular desde o
206 começo, o suplente já assume com direito a voto. O convidado tem direito à palavra
207 quando solicitado pelo presidente ou pela plenária no momento oportuno para tratar de
208 assunto de sua *expertise*. O observador não tem direito à palavra ou a voto. Com relação
209 também à viagem, o custeio de viagem, normalmente, é feito para um representante de
210 cada entidade, o titular ou o suplente, mas que não impede que o suplente, no caso do
211 titular tendo um custeio da viagem feita pelo ministério, que o suplente também venha às

212 suas próprias expensas, ou caso esteja em Brasília, participe da reunião. Como está
213 disposto hoje, quem se senta à mesa é o titular, o suplente pode sentar-se próximo ao
214 titular, e na ausência dele pode assumir o local do titular. Hoje é uma exceção, talvez
215 façamos à tarde na rodada de apresentação geral, claro, será dada a palavra a todos,
216 titular e suplente. Nesta primeira reunião como é a posse, todos foram convidados,
217 houve o custeio de viagem tanto para titular como para o suplente para que houvesse a
218 posse. Algumas entidades, quando houve eleição, fizeram a composição de chapa com
219 alternância de titular e suplente, e essa alternância é feita nos termos em que foi
220 protocolada a candidatura, se há a alternância, para cada reunião uma entidade é titular e
221 a outra é suplente ou poderá haver o caso em que uma entidade é titular durante o
222 primeiro ano e suplente no segundo ano, isso é um acordo entre as entidades e vale
223 também o que está homologado na formalização da candidatura. Os arranjos entre
224 entidades são feitos por vocês mais para efeito de votação formal vai valer o que está ali,
225 se as entidades acordarem outras coisas no meio caminho, ao longo dos trabalhos, mas
226 para nós vai valer o que está registrado na candidatura, se é regime de alternância de
227 reunião, cada reunião uma entidade é suplente e vai alternando ou se é regime de um ano
228 para uma entidade e segundo ano para outra ou da forma como as entidades tiverem
229 colocadas na candidatura. Algumas entidades têm alternância, não sei qual é a regra que
230 cada entidade acordou entre si, isso está escrito na formalização da candidatura, mas
231 basicamente é a ADPF e a Adepol que dividem uma cadeira; a APCF e a ABC também
232 fazem uma gestão compartilhada. O Instituto de São Paulo contra a Violência e Instituto
233 Sou da Paz também fazem essa gestão compartilhada; e a parte dos gestores
234 governamentais, a Secretaria de Direitos Humanos e o Fórum Nacional de Ouvidores de
235 Polícia fazem essa alternância; o Departamento de Polícia Federal e Departamento de
236 Polícia Rodoviária Federal também compartilham uma cadeira; e Conselho Nacional de
237 Gestores Municipais de Segurança Pública e Conselho Nacional de Guardas Municipais
238 também fazem alternância. No caso dos gestores, não houve eleição, mas no caso dos
239 outros, vale o que está estava previsto na formalização da candidatura. Quórum. É
240 importante para abertura de plenária, pois nas gestões anteriores existiram alguns
241 problemas de quórum, problemas inclusive de conselheiros que vieram para Brasília
242 com custeio por parte do Ministério da Justiça e não vieram para a reunião e por isso não
243 deu quórum, não sendo possível dar prosseguimento aos trabalhos, mas os quóruns da

244 forma como estão previstos no Regimento Interno são, basicamente, os seguintes: para
245 abertura de plenária maioria absoluta – maioria absoluta significa mais da metade dos
246 membros, são 30 conselheiros, então, terá que ter 16 membros para fazer a abertura da
247 plenária no horário indicado pela presidência ou Secretaria Executiva no ato de
248 convocação para dar início aos trabalhos. Em não havendo esse quórum de maioria
249 absoluta, o regimento prevê que após 30 minutos a reunião poderá ser iniciada desde que
250 o quórum seja de um terço dos membros, o que seria equivalente a dez conselheiros,
251 desde que esteja pelo menos presentes um representante de cada segmento, um da
252 sociedade civil, um do governo e um dos trabalhadores. Esse é o quórum para abrir, uma
253 vez aberta uma reunião para que uma plenária possa continuar tem que ter sempre no
254 mínimo um terço dos membros, ou seja, dez membros, suplente ou titular, mas aí não se
255 fala mais de um representante de cada segmento. A verificação de quórum é feita para a
256 abertura dos trabalhos e ela pode ser pedida a qualquer tempo por qualquer conselheiro,
257 não necessariamente quando houver votação até porque o quórum de votação é outro,
258 mas mesmo o quórum para continuidade dos debates pode ser pedido por qualquer dos
259 conselheiros, nós contamos e caso não tenha as dez pessoas a reunião terá que ser
260 suspensa por até 2 horas para reunir esse quórum. Após 2 horas caso não consiga reunir
261 o quórum necessário de dez pessoas para continuar a reunião terá que interromper a
262 reunião naquele dia e, nesse ponto, o regimento é omissivo se continua no dia seguinte ou
263 não, mas, por exemplo, quinta-feira à tarde não tem o quórum, terá que interromper a
264 reunião na quinta-feira esperando que no outro dia tenha o quórum e faz uma nova
265 tentativa para realizar a reunião. Mas isso é em caso extremo, esperamos que nunca uma
266 reunião tenha menos de dez pessoas, esperamos sempre um quórum alto, as pessoas têm
267 suas outras atividades, todos aqui representam um segmento ou órgão de governo, uma
268 entidade de classe, têm uma prestação de contas, têm relação com suas bases e às vezes
269 alguém tem que sair para falar ao telefone, consultar a base etc., mas, via de regra,
270 esperamos que o quórum seja sempre alcançado, esse exemplo que eu dei foi uma
271 exceção, não estava aqui no ano passado, mas há testemunho aqui que normalmente se
272 consegue quóruns e as reuniões são conduzidas de forma adequada. Votações. Para
273 votação, o quórum é um pouco mais alto. Para aprovação de resolução, recomendação,
274 parecer e moção é requerida maioria absoluta, maioria absoluta significa mais da metade
275 dos membros da plenária, ou seja, somos 30, metade 15 mais 1, são necessários 16

276 membros para aprovar qualquer desses atos. Lembrando que resolução, recomendação e
277 parecer tem que ser apresentado o texto com 15 dias de antecedência da reunião. A
278 moção pode ser no momento da reunião. E para as demais decisões, que são as decisões
279 colegiadas, maioria simples, ou seja, a maioria dos presentes desde que estejam
280 presentes a maioria absoluta dos membros, ou seja, para votar qualquer coisa terá que ter
281 metade mais um que é dezesseis, havendo dezesseis, a maioria seria nove para aprovar
282 alguma decisão colegiada. As formas de expressão quando os conselheiros pedem a
283 palavra. Manifestação é o uso ordinário da palavra, nós faremos sempre uma lista de
284 inscrição e vamos avaliando o andamento da reunião, no caso de ter que encerrar a
285 reunião, são encerradas as inscrições, quem estiver inscrito é garantida a palavra.
286 Limitação de tempo é uma coisa que está em aberto, por enquanto pretendemos não
287 limitar tempo de fala, até porque isso é uma decisão que passa pela plenária. Por
288 enquanto achamos melhor não limitar tempo e simplesmente abrir a palavra para as
289 manifestações, quando for o caso, dos conselheiros sobre temas que julgarem
290 apropriados ou sempre um tema que tenha sido feito no momento. Exposições. São as
291 apresentações feitas pelos conselheiros ou convidados acerca de um assunto específico.
292 Aí, é claro, é um prazo mais dilatado do que a manifestação, requer avaliar o tempo
293 necessário para aquela exposição. Questão de ordem. Poderá ser levantada a qualquer
294 momento por qualquer conselheiro ou suplente que tem a palavra também, e ela não
295 depende de fila na inscrição de manifestação. É um questionamento sobre não aplicação
296 de um dispositivo legal quando há um desentendimento, uma balbúrdia, vocês levantam
297 uma questão de ordem. Pedido de esclarecimento. É uma apresentação de dúvida,
298 também poderá ser feita a qualquer tempo. Não precisa aguardar a vez para falar, mas,
299 claro, esperamos que questões de ordem e pedido de esclarecimento até o próximo
300 encaminhamento estejam adstritos a esses temas, que as pessoas não usem questão de
301 ordem para fazer manifestação ou pedido de esclarecimentos para isso. Proposta de
302 encaminhamento. É uma sugestão de forma de condução dos trabalhos, caso algum
303 conselheiro ou suplente entenda que a forma não está sendo a melhor possível para a
304 condução dos trabalhos e queira propor seja inversão de pauta, inclusão de pauta,
305 alguma coisa assim, é feita por meio de proposta de encaminhamento. Os apartes
306 acontecem quando um conselheiro quer interromper o outro para fazer uma indagação
307 sobre aquele tema que o conselheiro está se manifestando naquele momento, os apartes

308 são nas manifestações, eles não existem nas questões de ordem e de pedido de
309 esclarecimento. O Regimento Interno do Conasp prevê que os apartes devem ser
310 realizados num prazo de um minuto, aí não é questão de querer definir aqui se aparte
311 tem que ter prazo ou não porque o regimento prevê isso, então temos que segui-lo. E
312 quem autoriza o aparte não é a mesa, não é o secretário executivo e nem o presidente, é o
313 conselheiro que estiver se manifestando, caso outro peça a palavra para dar um aparte,
314 ele poderá, a seu critério, conceder ou não esse aparte ao conselheiro. Quando vai haver
315 uma votação, vamos definir, a critério da mesa, se vai haver defesa ou não, mas em geral
316 é razoável que haja uma defesa caso seja necessária para uma votação. E a defesa é uma
317 sustentação de tese que acontece antes das votações e também tem um prazo de cinco
318 minutos, previsto no regimento e vamos ter também de seguir esse prazo caso haja uma
319 votação que tenha necessidade de uma defesa de tese. O regimento ainda prevê que haja
320 duas defesas de tese, isso é um pouco complicado porque poderá haver três propostas de
321 votação, mas, enfim, o regimento diz que são duas. No caso, teremos que definir no
322 momento quando houver uma votação quem fará a defesa, cada lado terá que se
323 organizar e cada um tem um prazo pelo estatuto de cinco minutos para fazer a defesa de
324 tese. E os informes são manifestações pedidas pelos conselheiros num prazo de três
325 minutos. Não há necessidade de ter inscrição para fazer informes, o estatuto não prevê
326 quando os informes serão dados, normalmente ele pode ser dado a qualquer momento na
327 reunião, é plausível que os informes sejam dados ou no início da reunião, ou quando a
328 notícia chega, por exemplo, no meio da reunião e pare para informes, também se espera
329 que as pessoas não queiram usar os informes para fazer manifestação, furar a fila, que a
330 questão fique adstrita ao que prevê o regimento e que deva ser um informe, até porque
331 também tem prazo regimental de três minutos. Voto. Como é feito o voto nas plenárias
332 do Conasp? O regimento prevê três formas: o contagem, a contagem não identificada e a
333 votação nominal identificada. De qualquer forma, o que ele não prevê é voto por
334 procuração, na ausência de conselheiro e assumisse um suplente, vamos supor na
335 ausência de um suplente não é possível haver voto por procuração, ou seja, estando
336 ausente titular e suplente, aquela cadeira vai ficar sem voto. O regimento também não
337 prevê o voto secreto. Os votos são abertos erguendo a mão, como ele prevê contagem, a
338 contagem não identificada e a votação nominal identificada, assume-se que as votações
339 sejam abertas e é necessário que erga a mão e saiba como cada conselheiro está votando.

340 Via de regra, ele é feito por contagem. A contagem não identificada e a votação nominal
341 identificada só são feitas a requerimento da mesa ou de algum conselheiro, ou seja, são
342 30 pessoas, se der 25 a 2 estará claro como foi a votação. Mas, por exemplo, um
343 resultado de 14 a 13 é necessário contar. É possível simplesmente contar com as mãos
344 levantadas 14 e 13, e aí vai para a ata, por exemplo, houve 14 votos a favor e 13 votos
345 contrários. E a votação nominal identificada é quando se coloca o nome, fulano de tal
346 votou sim e aquele outro votou não. Essas duas contagens são feitas a pedido de cada
347 conselheiro ou da mesa diretora. Atos do Conasp. São os três atos sobre os quais já
348 falamos. Isso é importante porque não é meramente uma questão burocrática muitas
349 vezes, principalmente, no caso de resolução quando tem que ser publicada em diário
350 oficial é passada pela assessoria técnica, às vezes tem um nome errado, se você aprova
351 uma resolução e se deveria ser um parecer, quando passar pela assessoria jurídica o erro
352 é detectado e terá que voltar ao Conasp e o documento não poderá prosseguir. Vou
353 explicar o que é cada ato. Resolução é um ato de caráter normativo sujeitos à
354 homologação ministerial e publicado no Diário Oficial da União nos termos da Portaria
355 nº 4.026/2010, ela define a formatação e como devem ser as resoluções. Eu quero deixar
356 claro que o conselho tem os poderes definidos no regimento, por decreto presidencial
357 também, mas os atos estão sujeitos à apreciação do ministro da Justiça, isso passa depois
358 para homologação. Essa homologação, por exemplo, pode não se dar por um vício
359 formal, se é um caso apenas de formatação, do modelo do texto, é possível corrigir, mas
360 às vezes se uma resolução esta tratando de um assunto que não é de resolução ela
361 simplesmente para ali e irá voltar ao Conasp com a justificativa que não pôde ser
362 publicada no Diário Oficial da União por conta disso e tal e o pleno terá que deliberar
363 novamente sobre aquela questão. Exemplos de resoluções, por exemplo, são a criação de
364 GTs, atos sobre posicionamento interno sobre as reuniões, por exemplo, convocação de
365 reunião extraordinária é feita por resolução aprovada na forma do estatuto por maioria
366 dos membros do Conasp. Os pareceres são atos sem caráter normativo com exposição de
367 uma posição técnica do Conasp no âmbito de suas atribuições. O Conasp pode dar um
368 parecer sobre um tema específico. As recomendações são atos sem caráter normativo
369 contendo encaminhamento endereçado a órgão, entidade, organização ou rede integrante
370 ou não da estrutura do Ministério da Justiça. A recomendação, por exemplo, não vai para
371 diário oficial, vai direto para o órgão para o qual se recomenda uma postura tal, é

372 enviada diretamente para o órgão. E as moções prestam uma posição política do Conasp
373 a respeito de assuntos submetidos à sua apresentação. O Conasp pode simplesmente
374 votar uma moção de repúdio, uma moção de aprovação de uma política pública, ou o
375 que os senhores entendam seja o mais adequado. E, por fim, as obrigações e deveres dos
376 conselheiros. Eu não coloquei nos slides para não ficar muito enfadonho e extenso, mas,
377 basicamente, são obrigações de zelar pelo bom funcionamento do conselho, de seguir as
378 normas, de agir com hombridade, de representar o conselho dignamente em todos os
379 locais, em todas as instâncias, fóruns. O conselheiro tem a liberdade de se manifestar no
380 âmbito e fora do Conasp na condição de conselheiro do Conasp, mas para que haja uma
381 manifestação de qualquer instância governamental ou da sociedade civil em nome do
382 Conasp é necessária delegação do presidente ou vice-presidente do Conasp, o
383 conselheiro pode manifestar sua opinião enquanto conselheiro do Conasp, mas em nome
384 do Conasp ele precisa sim de autorização expressa do presidente ou vice-presidente. Não
385 tenho notícias que isto tenha acontecido no Conasp, mas em outros conselhos do
386 Governo Federal aconteceu, o governo tem hoje aproximadamente cem conselhos em
387 todos os ministérios, e já houve casos de uma pessoa sair falando em nome do conselho,
388 no caso dos conselhos comunitários de segurança, eles são eleitos nas bases, nas cidades,
389 nos bairros, e muitas vezes já aconteceu em vários estados, um conselheiro do conselho
390 comunitário de segurança faz uma carteira por conta própria e sai dando carteirada como
391 se fosse policial. É claro que não estamos falando de conselho de nível federal, estou
392 dando um exemplo até bizarro, no limite, mas até que ponto isso já chegou de um
393 conselheiro mandar fazer uma carteira e na base dele extrapolando e muito as atribuições
394 dele. Então, os conselheiros têm a obrigação de colocar as questões aqui, de ter o debate,
395 vão ter as divergências, muitas vezes vão ser acaloradas, claro, que sejam tratados com
396 urbanidade, vocês estão aqui para divergir, inclusive para divergir do governo, isso é
397 normal, estamos aqui para ouvir mesmo enquanto governo, isso faz da democracia, mas
398 as divergências às vezes têm o seu limite. Então, que possamos ser um conselho unido e
399 que produza porque as divergências existem, são inevitáveis, mas que não sejam o foco
400 central a ponto de inviabilizar qualquer acordo ou composição aqui dentro do Conasp
401 para que se aprove qualquer coisa e que o conselho possa produzir algum documento ou
402 qualquer ato que seja. Nós estamos consolidando no Brasil o conceito de democracia
403 participativa em que a sociedade civil é chamada para discutir junto ao governo, todos

404 em pé de igualdade, nenhum conselheiro tem um peso maior do que o outro, não é só
405 questão do voto, é questão mesmo de palavra, de participação, todos aqui têm o mesmo
406 nível de participação, a mesma importância, que é a ideia de democracia representativa,
407 que é uma evolução que vem fazendo no Brasil nos últimos anos que é a passagem da
408 democracia representativa, que veio da democracia direta ateniense onde era possível na
409 ágora reunir toda a população de Atenas, quando você chega numa república de quase
410 duzentos milhões habitantes é impossível numa democracia direta você evoluir para a
411 democracia representativa e agora estamos dando um passo além, não só na área de
412 segurança, mas em todas as áreas onde é possível ser feito isso o governo está fazendo o
413 passo além indo para a democracia participativa, que é isso que estamos fazendo aqui
414 agora, chamar a sociedade para participar. E a democracia participativa vem como um
415 sistema de pesos e contrapesos, assim como existe a teoria clássica de tripartição de
416 poderes de Montesquieu em que um poder se equilibra com o outro, nós temos uma
417 analogia dessa tripartição de poderes com a questão da democracia, a democracia
418 representativa e a democracia participativa, porque são duas formas de poder legítimas,
419 tanto o representante eleito pela população como os membros dos conselhos que são a
420 população participando diretamente das ações de governo. Então, é preciso fazer um
421 equilíbrio entre essas duas formas de poder legítimas. O representante eleito e as
422 autoridades governamentais nomeadas por esse representante eleito que representam
423 esse representante eleito e, por conseguinte, a maioria da população e os participantes
424 dos conselhos, plenárias, e todas as formas de democracia participativa. Então, há um
425 equilíbrio. Há aquelas propostas que foram legitimadas pela população que foram
426 eleitas, o governo, seja o atual seja o passado seja o próximo governo, ele tem as
427 propostas, ele foi eleito com uma carta de programas referendada pela população que
428 tem que ser implementada. Uma dessas propostas, claro, é a consolidação da democracia
429 participativa. É o que estamos fazendo aqui agora. E é claro democracia participativa
430 significa divisão de poder, significa que as autoridades que foram eleitas que estão
431 investidas de poder pelo voto popular vão dividir uma parte desse poder com a sociedade
432 civil, que, muitas vezes, espero que não aconteça aqui, algumas pessoas acham que a
433 sociedade civil é tudo, quer dizer, a instância participativa está acima da instância
434 representativa e que impõe suas decisões e que a instância representativa, o governo é
435 um ente meramente burocrático que vai executar essas decisões tomadas nas instâncias

436 de poder participativas, o que não é verdade, temos de fazer um equilíbrio entre as
437 propostas legitimadas pela sociedade pelo voto e as propostas legitimadas pela sociedade
438 através da democracia participativa. Então, as decisões aqui serão sempre discutidas,
439 será sempre buscado um consenso, buscaremos sempre afinar o que é decidido aqui com
440 o que foi legitimado pela população e sempre buscar a melhor forma possível de
441 implementar as políticas públicas da forma que for melhor para todos. Dando
442 continuidade, o próximo slide é o último, como falei a vocês não era para fazer uma
443 apresentação enfadonha, então, são os nossos contatos, muitos de vocês já sabem onde é
444 a sala do Conasp para quem não sabe, é no prédio anexo do Ministério da Justiça, sala
445 526, estamos lá, eu e a Cíntia, à disposição, por enquanto nossa equipe está enxuta, mas
446 ela vai crescer, estamos aguardando outras pessoas para compor nossa equipe. Estamos
447 abertos, sempre que alguém precisar conversar, alguma dúvida pode telefonar ou mandar
448 e-mail, ou comparecer lá na sala do Conasp que vamos esclarecer dúvidas ou ajudá-los
449 da melhor forma possível. E, por fim, o que eu tinha de dizer aqui de regras de
450 funcionamento do Conasp era basicamente isso. Eu queria saber se os senhores têm
451 alguma dúvida a respeito do funcionamento desse tema do Conasp. *(intervenção fora do*
452 *microfone)*. O grupo está ainda com os conselheiros antigos, vamos inclusive atualizar,
453 como a posse será hoje, vamos atualizar essa lista de e-mails, retirar os antigos e colocar
454 os que estão entrando. Vamos com certeza disponibilizar essa apresentação para todos.
455 Eu gostaria que quando houver a manifestação, os conselheiros se identificassem pelo
456 nome e entidade porque está sendo gravado, não só hoje, mas em qualquer reunião do
457 Conasp é necessário que o conselheiro se identifique porque nós aqui estamos vendo, e
458 na gravação às vezes pode ser que não se reconheça a voz e teremos que fazer uma
459 ginástica para saber de quem seria a voz na hora de transcrever a ata. Mais alguma
460 dúvida?

461

462 **O Sr. P Queiróz (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais -**
463 **ANASPRA)** - Bom-dia a todos. Apesar de meu nome estar escrito por extenso, mas,
464 profissionalmente, não é Pedro, é só o P. Queiróz. Eu queria fazer esse registro para
465 correção futura. E pegando o gancho do companheiro Coutinho, se seria possível o
466 Conasp preparar um kit com o que é pertinente a ele: o decreto que o regulamentou, o
467 Regimento Interno para o conselheiro novo conhecer as minúcias de como se procederá,

468 apesar da sua explanação belíssima, mas acho que tenho que me aprofundar mais. Eu
469 acho que é pertinente, se não for redundante, essa minha intervenção para que eu possa
470 me posicionar de forma correta.

471

472 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Tudo bem. Basicamente,
473 sendo duas normas: o decreto e a portaria do regimento. Vamos tirar cópias, podemos
474 enviar via e-mail ou talvez hoje à tarde se conseguirmos imprimir. Mais alguém?

475

476 **O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra-FONAJUNE)** –
477 Bom-dia a todos. Eu me chamo Willy Miranda da Fonajune. É uma dúvida um pouco
478 distante do que foi explicado. Mas, pelo que entendemos dentro da Fonajune quando
479 fizemos a nova eleição para o conselho, nós entendemos que seriam todos os
480 conselheiros novos e na sua apresentação quando você disse: “Alguns conselheiros
481 novos, outros nem tanto porque já conheço” eu queria que você pudesse esclarecer essa
482 situação do porquê que já tínhamos feito na eleição passada que o titular deste ano seria
483 o suplente e o suplente seria o titular e não deu para fazermos fazer isso porque foi uma
484 cobrança do próprio Conasp em trocar todos conselheiros da gestão passada. Eu queria
485 que você esclarecesse isso, se isso está no regimento e tudo mais, pois eu não entendi
486 exatamente por conta de sua fala: “Alguns conselheiros aqui são novos, outros eu já
487 conheço de outra gestão”.

488

489 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Acontece o seguinte: o
490 Decreto nº 7.413, de 30 de dezembro de 2010, que é a norma superior do Conasp, prevê
491 que o conselheiro pode exercer o mandato, ou o suplente, no prazo máximo de dois anos.
492 Ele não fala que é um mandato, quem tem mandato é a entidade. A entidade é eleita, ou
493 no caso das entidades de governo são nomeadas pelo ministro, então, a entidade tem um
494 mandato de dois anos. No meio do mandato, a entidade pode trocar seu conselheiro.
495 Então, algumas entidades indicaram tal pessoa e aí no meio do mandato, depois de um
496 ano, por exemplo, indicam outro conselheiro. Esse segundo conselheiro pode exercer por
497 mais um ano, por isso ele já estava no mandato anterior e poderá ficar até completar dois
498 anos porque, como eu falei, ele terminou em 31 de dezembro e vai começar a contar
499 agora de novo, a partir da posse, então, ele pode ficar esse tempo, até completar dois

500 anos, se ele ficou, por exemplo, durante 24 meses, ele ficou 18 meses, ele terá mais 6
501 meses, nós temos uma planilha no Excel com o controle de todos os conselheiros, assim
502 que completar os 6 meses, é claro, as pessoas também sabem disso, também isso não
503 gera direitos se esquecer, nós vamos avisar, se não avisar e a pessoa continuar além do
504 prazo de dois anos e, por exemplo, votar e depender daquele voto, uma proposta passou
505 por um voto e com um voto de um conselheiro que não poderia estar ali por ter
506 ultrapassado os dois anos, isso poderá ser questionada toda a votação, a resolução terá
507 que voltar, terá que ser anulada. Nós vamos fazer esse controle. Então, o prazo, na
508 verdade, do conselheiro e do suplente, nós perguntamos à Assessoria Jurídica, é de dois
509 anos a pessoa, a entidade pode ser reeleita quantas vezes for necessária. Então, o prazo
510 dele como conselheiro ou suplente, não importa se ele está como conselheiro ou
511 suplente, por exemplo, na gestão anterior, biênio 2011/2012, ele ficou o primeiro ano
512 como titular e o segundo ano inteiro como suplente, ele ficou dois anos. Então, não
513 importa titular ou suplente, é contado o prazo dele e o prazo máximo é dois anos. Após
514 esse prazo, a entidade terá que indicar outra pessoa. A ideia quando se faz isso, é a
515 alternância de pessoas, não ter os chamados conselheiros profissionais. Temos que ter
516 uma regra para todos, e às vezes acaba pegando um com isso. Em outros conselhos, no
517 Conasp não aconteceu, tem o problema do conselheiro profissional, a profissão dele é
518 ser conselheiro e ele está ali, se distancia da base, porque só ele vai às reuniões, só ele
519 terá a informação, a base não tem e acaba ele sendo conselheiro dele mesmo. E a ideia lá
520 atrás, ainda no tempo do ministro Luiz Paulo Barreto, ainda no tempo do secretário
521 Ricardo Ballestero, precisamos oxigenar e criar norma, claro, a norma nunca foi
522 casuística: “Vamos impedir os conselhos atuais, vamos mandar todos agora sair”, lá
523 atrás foi os que estão chegando agora vão estar sob essa regra e lá na frente será alterado.
524 É claro as regras podem ser mudadas, e se o pessoal entender que é o caso, poderemos
525 trabalhar na condução de um novo decreto, mas a regra atual temos que segui-la, é que a
526 entidade pode ser reeleita. Alguns conselhos do Governo Federal a entidade não pode ser
527 reeleita, é uma eleição só. Ao que se entendeu naquela época, eu nem era do conselho
528 ainda, eu tenho a memória do ministério e estou passando para vocês, que se entendeu,
529 naquela época, é que, tudo bem, vamos manter as entidades desde que haja alternância
530 de representantes para que haja essa oxigenação. Até porque se começar alternar
531 entidades, acredito que as pessoas tenham pensado isso naquele momento, chega uma

532 hora que acabam as entidades também, no caso de governo acaba, não tem como alternar
533 ministérios, por exemplo, ligados à segurança pública. Essa foi a ideia, por isso que
534 alguns conselheiros são anteriores e também, algumas pessoas eu os conheço não como
535 conselheiros, eu os conheço de outras atividades de governo, de outras atividades de
536 segurança pública, por isso eu disse alguns já conhecidos, apesar de terem também
537 pessoas de mandato anterior que vão cumprir seu resto de prazo, vamos dizer assim, e
538 que precisarão ser alternadas.

539

540 **O Sr. Denilson Martins (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis**
541 **- COBRAPOL)** – Sou Denilson Martins, da Cobrapol, sou do Sindipol Minas Gerais.
542 Só para reforçar a tese do Willy, acredito que o que ele questionou vem mais ou menos
543 na indagação do que ao Cobrapol também o faz. Eu acredito que em sendo nós
544 representantes de um órgão que foi criado com o intuito, eu não tive nenhum tipo de
545 informações vindas do próprio Conasp, eu tive que buscar, eu pude verificar que ele foi
546 criado lá em 89 com a intenção de tornar a segurança pública um serviço que tivesse
547 certa parcela de controle social de participação de outros órgãos, outros atores da
548 sociedade para um problema social, uma sequela social que tenha atingido a todos, a
549 cada dia que passa isso se torna mais real. Essa mudança da regra do jogo, eu acredito
550 que não contribui porque fere outro princípio, que para mim é tão sagrado quanto, que é
551 o da liberdade das entidades se organizarem e deliberar nesse sentido, no caso aqui o
552 Artigo 8º da Constituição Federal. Eu entendo que é uma interferência do poder público,
553 cria-se um órgão para poder arejar, articular mais, mas em razão da própria estrutura que
554 foi feita, são mandatos de apenas dois anos, com reuniões bimestrais, então, nós teremos
555 aí no máximo 48 reuniões, quando a pessoa se encontra no ápice de sua experiência para
556 poder contribuir mais é o momento de ele estar saindo. Achamos que é um acelerador
557 para avançar e um freio para desacelerar. É um tanto quanto enxugar gelo. E eu gostaria
558 que o ministro estivesse aqui para fazer essa crítica para ele, a secretária também, se
559 segurança pública é sim um serviço de importância fundamental, essencial ao povo
560 brasileiro, um serviço que custa caro, não só pelo seu valor, questão pecuniária, mas
561 pelas vidas que nelas estão envolvidas, o nosso país é um país que se dá ao luxo de ter
562 180 mil assassinatos por ano, não tendo guerra civil declarada, mas a posse do Conselho
563 Nacional de Segurança Pública é num *shopping*. Gostaria que pudesse registrar que acho

564 que não contribui. Acho que, pelo menos no momento da posse, deveria ser no
565 Ministério da Justiça, deveria o governo priorizar a pasta para não ter nenhuma reunião
566 nessa data porque saímos dos nossos estados, eu, inclusive, tive que interromper férias,
567 estou recebendo uma incumbência do meu mandato para estar aqui e a própria secretaria
568 sabe disso porque marcou a minha viagem hoje e pelo que estou vendo, vou ter que
569 cancelar e tive a triste notícia que os gastos com essa mudança de horário de avião terei
570 que bancar. Eu me senti desprestigiado, acho que todos nós aqui estamos nos sentindo
571 desprestigiados com essa ausência do ministro e da secretária. Parece-me que a agenda
572 da segurança pública feita pelo presidente Lula, em 2009, foi abandonada pelo atual
573 governo, até por esse gesto desta manhã de hoje, eu não sei nem que horas iremos tomar
574 posse. Muito obrigado.

575

576 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Lamento realmente o que
577 aconteceu da questão de agenda, como você disse a questão da segurança pública é
578 importante justamente porque o ministro e a secretária, que está com ele, estão tratando
579 de assunto relacionado à segurança pública que foi emergencial e o fato de a posse estar
580 sendo realizada aqui é por que, normalmente, as reuniões são realizadas aqui nesta sala.
581 A sala lá no ministério está agendada, o Auditório Tancredo Neves, por exemplo, está
582 com outra agenda, se não me engano, de política comunitária e, normalmente, as
583 reuniões são feitas aqui. Então, justamente, para evitar o problema de comunicação de
584 que se marcássemos talvez muitas pessoas viessem para cá a ideia foi fazer a posse tudo
585 aqui. A opção que teríamos de fazer lá no ministério seria talvez adiar a posse, mas o
586 regimento prevê que as reuniões são bimestrais e a prática vinha sempre acontecendo de
587 ser na primeira semana de cada mês e teríamos que adiar mais um mês, mesmo assim,
588 seria mais complicado, existe um feriado, dia primeiro, teria que passar para a segunda
589 semana de maio, seria um pouco complicado, então, o entendimento foi esse. Mas, as
590 críticas são pertinentes, claro, entendemos, estamos aqui para isso, cada um colocar sua
591 opinião e fazer suas críticas. Lembrando, também, que a posse é para 60 pessoas e
592 eventuais observadores que viessem, aqui não é fácil também achar uma sala que caiba,
593 existem as salas no ministério, mas estavam ocupadas.

594

595 **O Sr. Eumar Roberto Novacki (Senado Federal)** - Eu gostaria de registrar aqui, sou
596 coronel da Polícia Militar do estado de Mato Grosso, cel. Novacki, e estou exercendo o
597 papel de assessor institucional junto ao Congresso Nacional, faço acompanhamento de
598 toda a legislação hoje que trata do tema de segurança pública. E tive a oportunidade
599 também no ano passado de fazer parte deste colegiado. Eu quero aproveitar as palavras
600 do Denilson, mas acho que isso passa muito pelo papel deste conselho, o que nós
601 pretendemos, aonde queremos chegar, e o que nós podemos ajudar de forma efetiva na
602 construção de políticas públicas na área de segurança pública. Eu tive observando nas
603 demais reuniões e no passado muito recente apesar de ter esse colegiado aqui a
604 possibilidade grande de auxiliar porque temos aqui um colegiado diversificado e
605 qualificado, mas o conselho não faz um papel eficiente. Hoje temos que discutir, antes
606 de tudo, o papel, o modelo e quais são os temas que vamos colocar à mesa. Por exemplo,
607 temos aí visto a violência crescente no país, temos percebido constantemente ações
608 meramente repressivas, não temos visto uma política preventiva na área de segurança
609 pública, nós percebemos que o modelo está comprometido, não funciona mais, para
610 quem está dentro do modelo, dentro das corporações, das polícias, percebe que não é
611 efetivo, quem está fora como sociedade percebe que já não atende os anseios atuais,
612 então temos que rediscutir de forma mais concreta e de forma mais geral, sem entrar no
613 debate de minúcias, então, percebo que este colegiado se perdeu no ano passado em
614 discussões, nós passávamos o dia sem chegar a nenhuma conclusão. Então, passa
615 primeiro pelo papel, quero aqui ressaltar que essa valorização, Denilson, vai passar,
616 primeiro, pelo papel que o conselho quer exercer. A partir daí, quando perceber que
617 aqui, esta plateia qualificada poderá auxiliar na construção de políticas eficientes, aí,
618 sim, acho que nós vamos ter não só o prestígio da secretária participando, o ministro
619 ouvindo as sugestões, mas de forma geral o Governo Federal olhando para aquilo que
620 estamos propondo. Então, de nada vai adiantar ficarmos aqui com discussões vazias,
621 presos em minúcias sem olhar o todo. Como eu já falei, estávamos numa discussão ali,
622 temos hoje índices crescentes de violência e quem está dentro das estruturas percebe que
623 o sistema não atende mais as demandas, precisa ter uma reforma profunda, quem está
624 fora como sociedade está enxergando que a coisa não está funcionando e as coisas
625 continuam na inércia caminhando como se nada estivesse acontecendo. Então, senhores
626 conselheiros, eu faço aqui, neste primeiro dia de reunião plenária, essa sugestão de

627 encaminhamento que discutamos o papel, o que poderemos fazer e aonde poderemos
628 chegar.

629

630 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Acho que essa questão
631 depende mais do ânimo dos conselheiros, da boa vontade de chegarem ao que você
632 disse. Depende de todos nós construirmos isso. Agora, eu acho que estamos avançado,
633 apesar de ser muito pertinente o que você disse, já na questão de mérito até, méritos
634 entre aspas, de começar os debates. A ideia da apresentação de manhã era só dar as
635 regras de procedimentos nos informes gerais. Até porque o pessoal não está empossado
636 ainda. Qualquer debate é válido, importante haver o debate, mas a princípio não temos
637 como avançar nesse sentido.

638

639 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Uma questão de
640 ordem. Eu acho que não temos legitimidade para deliberar. Eu acho que deveríamos
641 tomar posse e voltar a falar tudo que gostaríamos no momento certo, adequado. A minha
642 sugestão é que encerremos esta reunião. Eu peço a compreensão dos companheiros, mas
643 eu acho que ficam no vazio as palavras, sem nenhum registro, inclusive legal, porque
644 não estamos na qualidade ainda de empossados. A nossa sugestão é que possamos
645 encerrar e voltar à tarde.

646

647 **O Sr. Ubiratan de Oliveira Ângelo (VIVA RIO)** – Só para complementar. Meu nome
648 é Ubiratan, eu represento a Viva Rio. Embora eu concorde plenamente com a proposta
649 feita pelo representante da Grande Oriente do Brasil, eu queria só fazer um adendo. Já
650 que nós estamos num momento informal e conforme ele disse sem legalidade para
651 deliberar qualquer coisa e temos aí talvez mais alguns minutos, eu gostaria de aproveitar
652 e pedir se não poderia, antes de encerrar, acho que deve encerrar sim, ter as
653 apresentações porque é a primeira vez que eu compareço, vejo pessoas com quem eu
654 convivi por algum tempo, mas seria importante para nós mesmos, porque ganharemos
655 tempo, assim no informal daquela conversa entre os futuros empossados conselheiros.

656

657 **O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp)** – É que pelo nosso
658 planejamento, nós calculamos assim se cada um se apresentar em um minuto, aqui tem

659 mais de 50 pessoas, vai levar mais ou menos uma hora, então, foi planejado isso para a
660 parte da tarde. Vocês é que sabem, são 11h30, se começar as apresentações agora, de
661 titulares e suplentes, nós vamos acabar quase uma hora da tarde. E a ideia também é que
662 pudesse ser feita essa apresentação na posse com a presença da secretária ou o
663 presidente, mas se quiserem fazer agora tudo bem.

664

665 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Acho que devemos
666 ter o bom senso de que não fomos empossados e que não podemos deliberar.

667

668 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Ok. Vamos acatar aqui de
669 forma totalmente informal. O que estávamos planejando é que teria a posse hoje à tarde
670 e como para esta primeira mesa não há ainda a mesa, a mesa será feita por vocês
671 amanhã, vocês irão eleger os representantes dos segmentos para a mesa e os suplentes
672 para o conselho de ética também, e aí será montada a pauta para a próxima reunião
673 também. Como esta não tinha pauta, para não ficar um tempo ocioso, trazer todos para
674 cá só para tomar posse, programamos as apresentações dos projetos prioritários da
675 Senasp para amanhã de manhã, basicamente, sobre o SUSP, é um projeto de lei que está
676 no Congresso, nós gostaríamos de colocar para debate e o Sinesp que são os dois
677 projetos que achamos que o conselho tem mais a contribuir. Gostaríamos então de fazer
678 essa explanação desses dois projetos e abrir para debate. Então, como hoje à tarde está
679 previsto a posse, mas a agenda da secretária e do ministro está realmente complicada, se
680 caso não der para eles virem, nós faremos as exposições do SUSP e Sinesp hoje á tarde e
681 poder até fazer as apresentações porque levarão mais de uma hora. Acho que poderíamos
682 deixar para a parte da tarde. Já é meio dia, talvez pudéssemos retornar às 14 horas.

683

684 **O Sr. Denilson Martins (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis**
685 **- COBRAPOL)** – Eu tenho que concordar com o que o meu irmão sugeriu ali da
686 suspensão dos trabalhos. Não temos condição jurídica nem para estar aqui. Qualquer
687 assunto sobre segurança pública não é mais importante do que isso agora. Eu acredito
688 que a posse é um ato formal, *condito sine qua non*, ela viria aqui ou ele viria aqui,
689 assinaria um documento e pronto, vai voltar para a sua atividade, é uma falta de respeito
690 com todos, expondo a segurança jurídica das deliberações aqui a uma situação até de

691 descrédito. A fala do nosso companheiro ali tem razão, eu estou estranhando aqui
692 também o governo, a quinta economia do mundo, não estou vendo aqui nem a assessoria
693 de imprensa do próprio Ministério da Justiça, é lamentável, eu acho que poderíamos
694 fazer desta tarde aqui hoje, utilizar melhor o dinheiro público que é gasto para a estrutura
695 que está sendo empregada aqui de forma mais útil. Só tenho a lamentar. E a fala do
696 companheiro é uma fala de procedimento, não tem como fazermos nada aqui sem a
697 posse.

698

699 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Bom, está caminhando para
700 um consenso que é interromper a reunião. Realmente, não tem como deliberar nada. Na
701 medida do possível poderíamos adiantar os trabalhos como fizemos hoje de manhã, isso
702 aí ia ser falado após a posse, é uma coisa que não inviabiliza ser falado antes da posse, é
703 uma coisa pública, apenas uma apresentação procedimental, então, vamos fechar assim,
704 vamos interromper a reunião e vamos adiantar tudo que for possível, talvez seja a
705 apresentação que o conselheiro Ubiratan colocou, faremos a apresentação à tarde. Então,
706 vamos retornar às 15 horas.

707

708

04/04/2013

709

TARDE

710

711 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – O que estou dizendo é o
712 seguinte, a doutora Regina tem disponibilidade de vir aqui agora para dar a posse. A
713 posse será dada pela própria presidenta, na verdade, a ideia do ministro era justamente
714 para dar uma importância maior porque a presidente, pelo estatuto, ela pode dar a posse.
715 Ela vem aqui, formaliza a posse, faz reunião e assim que liberar a agenda do ministro
716 porque ele está convocado pela presidenta, inclusive ele terá que viajar amanhã de
717 manhã, mas assim que liberar iriam todos lá para o prédio principal, não sei se é na Sala
718 de Retratos, ela vai arrumar um lugar lá e o ministro ratificaria a posse e aí já foto, pelo
719 menos para garantir porque se formos ficar dependendo do ministro e ele não consegue
720 essa liberação dará um problema e, realmente, não precisa do ministro, precisa é da
721 presidenta. O ministro ratificaria até para dar mais importância, tirar as fotos e tentar

722 projetar mais o conselho. Como estão todos de acordo, não sei se vamos conseguir um
723 consenso desse aqui.

724

725 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Eu me sinto
726 contemplado. Então, uma salva de palmas pelo esforço do Alex. (*intervenção fora do*
727 *microfone*), a partir de amanhã, mas de qualquer forma a ideia é discutir o SUSP
728 amanhã, o ideal é que as pessoas leiam e tomem conhecimento, então distribuimos o
729 projeto de lei que está no Congresso, ele está sendo discutido lá, e há interesse da Senasp
730 também de participar na construção do SUSP, ele já vem acontecendo na prática, a ideia
731 da Senasp é regulamentar tudo isso e ouvir a sociedade civil, o que ela espera do SUSP
732 para podermos construir a proposta da melhor forma possível. Então, esta é a pauta de
733 amanhã de manhã, se não conseguirmos a agenda do ministro para que ele possa ratificar
734 a posse hoje, talvez a agenda seja amanhã de manhã, faz-se a ratificação, já com todos
735 formalizados, empossados. Foi distribuído para que vocês possam dar uma olhada e ter
736 conhecimento do que está sendo discutido sobre o projeto de lei. Então, vamos aguardar
737 cerca de 20 minutos. Às 5 horas o ministro vai fazer o pronunciamento, dar a posse,
738 assinar o termo lá no ministério. O único óbice é prover a forma de deslocamento para
739 todos. Olhem, mudança de encaminhamento outra vez. Não acharam salas disponíveis
740 no outro prédio, estão todas ocupadas, a doutora Regina está vindo para cá com o
741 ministro, ele vai chegar aqui por volta das 5.

742

743 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
744 **Pública – Presidente do CONASP)** – Mais uma vez, boa-tarde a todos e todas. Eu
745 atrasei, porque, na realidade, tanto eu como o ministro da Justiça fomos convocados pela
746 Presidência da República para uma reunião interministerial hoje de manhã e o ministro
747 está na reunião, vai sair de lá, dá posse, volta para a reunião e viaja com a presidenta. Eu
748 gostaria de dizer aos senhores que esta não é a primeira e não será a última vez que isso
749 vai acontecer, e nem por isso este conselho tem que deixar de ter as atitudes que tem que
750 ter, de cumprir a sua agenda, mas, infelizmente, nem a minha agenda e nem a do
751 ministro são nossas. E a dos senhores também, quantas vezes já deve ter ocorrido isso!
752 Eu, na medida da possível, tento estar aqui, mas vai acontecer dessa forma e acho que
753 estamos começando um ano deste conselho e temos que jogar transparente, isso pode

754 acontecer e não é uma e nem duas vezes. Ele deve sair do ministério daqui a pouco, ele
755 está resolvendo um problema com lideranças indígenas, os senhores todos estão cientes,
756 está sendo noticiado, estamos com problema com lideranças indígenas, hoje de manhã
757 estivemos reunidos para isso, amanhã ele faz uma viagem com a presidenta, ele vai
758 passar aqui assina o termo de posse e nós continuamos os trabalhos. Primeiro, gostaria
759 muito de agradecer, principalmente, a disponibilidade de todos que aqui estão. Sabemos
760 que não é fácil qualquer atividade que desempenhamos parar dois dias. Por outro lado,
761 também acho que sentir a responsabilidade de estar dentro de um conselho deste,
762 consultivo para formulação de política pública de segurança, consultivo do ministro da
763 Justiça na realidade, isso é de fundamental importância para os senhores e para nós.
764 Muitos conselheiros que aqui estão que passaram por todo o processo da Conferência
765 Nacional de Segurança Pública se ausentaram por um determinado e estão retornando, o
766 caso do Bellintani, caso do cel. Marlon e tantos outros, cel. Ubiratan não presente aqui,
767 mas no Rio acompanhou o processo da conferência, o Almir, e este conselho nasce numa
768 reestruturação após essa conferência. É muito importante que tenhamos em mente que a
769 importância de um conselho não deve se medir nem pelo instrumento normativo que o
770 cria, mesmo porque o decreto-lei tem força de lei, um decreto-lei presidencial é uma lei,
771 não é o fato de ele estar sendo instituído por uma lei que passa por um Congresso,
772 também não tenho nada contra isso, se acharmos por bem aqui que nós temos que ter um
773 PL, uma iniciativa do Executivo mandando para lá, não tenho qualquer óbice contra isso,
774 só que esse decreto foi promulgado pelo então presidente Lula com força de lei. E a
775 importância também não se mede pela presença do ministro direto aqui, isso não vai
776 acontecer. Vou ser bem franca com os senhores, o ministro de Justiça não vai ficar dois
777 dias aqui em reunião, não vai, e é qualquer ministro, não tem condições de ele parar a
778 agenda dele, ele mal consegue hoje despachar com os secretários porque a nossa agenda
779 está uma loucura. Mas, teremos que preparar aqui relatórios de suma importância para
780 que ele possa direcionar as políticas. A Vitória sabe que hoje de manhã, o ministro
781 Gilberto estava conosco nessa reunião que fui chamada correndo lá. Isso é assim e temos
782 que ser bem transparentes. Nós vamos tentar manter as reuniões, estamos passando por
783 uma reestruturação de espaço físico dentro do ministério. O ministério não cabe nem os
784 servidores que lá estão, estamos fazendo uma reestruturação, o ministério já tem dois
785 anexos, já tem aqui alugado, a PRF está fora, o PF está fora, o Depem está indo para

786 fora, nós estamos alugando um local para o Depem. Por hora, faremos as reuniões aqui,
787 se acaso nessa reestruturação está sendo pensado uma sala de conselhos, não do Conasp,
788 mas uma sala dos conselhos do Ministério da Justiça, são vários os conselhos, essa sala
789 seria de uso comum dos conselhos, com uma agenda de tal forma que não tivéssemos
790 sobreposição de reuniões dos diversos conselhos. A secretária-executiva, o Alex é
791 servidor de carreira, eu acho que esse era um pedido também deste colegiado e era um
792 anseio meu para que tivéssemos um servidor de carreira na Secretaria Executiva do
793 Conasp para que ficasse a memória dentro do processo todo. O Alex, nesse período que
794 ele assumiu, ele teve condições de pegar todo o histórico, participou de alguma coisa
795 antes de sair para um curso fora do país, mas participou da conferência em si. E eu
796 gostaria de estabelecer com os senhores um diálogo franco e aberto e que os senhores
797 tivessem plena convicção de que na defesa da democracia eu estarei sempre presente. É
798 obvio que as minhas posições, enquanto secretária hoje, elas são posições de governo e
799 não poderiam ser diferente. Eu tenho que tomar posições, diferentemente daqueles que
800 têm que trazer seus pleitos, eu não tenho que trazer pleito, tenho que tomar posições.
801 Então, nem sempre eu vou agradar a um ou outro com as minhas posições, mas serei
802 transparente o suficiente para dizer aos senhores que isso vai acontecer ou isso não vai
803 acontecer. Tem posição disso e tem posição contrária, eu não vou poder fazer de forma
804 diferente. Também deixar muito aberto a Secretaria Nacional de Segurança Pública para
805 este conselho, acho que os representantes que aqui estão já tiveram em nossas salas em
806 reuniões, não há qualquer problema disso acontecer, paralelo ao conselho e de os
807 senhores trazerem pleitos de suas instituições diretamente para lá; aqui eu acho que
808 todos nós devemos ter consciência de que estamos representando segmentos e não os
809 pleitos diretos de instituição, o que temos de pensar aqui na realidade é na política
810 pública de segurança que tem que ter os diversos vieses possíveis para que possamos na
811 construção abarcar isso. Estamos, dentro da Senasp, construindo e aí pedimos aos
812 senhores toda a colaboração e daquele jeito que as coisas acontecem, agora com a
813 máxima urgência de nós instituímos o SUSP - Sistema Único de Segurança Pública, a
814 lei enviada ao Congresso é uma lei de iniciativa do Executivo, mas é uma lei que, na
815 realidade, foi feita, não posso dizer como porque não estava lá no ministério, mas
816 pegaram tudo que estava solto lá de propostas legislativas sobre segurança, juntaram e
817 disseram que era o SUSP. Isso não é um sistema único, quem conhece o sistema único,

818 quem participou do processo do Sistema Único de Saúde, quem participou do Sistema
819 Único da Assistência Social sabe que não é isso, então pensar esse Sistema Único de
820 Segurança Pública, nós estamos fazendo isso com uma consultoria, estamos fazendo
821 junto com o Congresso, com a PRF, com a PF, com os colegiados também, o CNCG,
822 com o CPC por terem relação direta e precisamos da participação dos senhores e,
823 principalmente, da sociedade civil porque não está representada em outros segmentos
824 que estão juntos fazendo esse processo do SUSP. Eu meti aqui o Depem, mas o Depem
825 também está nesse processo, e gostaria muito que os senhores se debruçassem e
826 pensassem nesse sistema único, que ele seja enxuto o suficiente para tenhamos uma
827 espinha dorsal desse sistema e que deixe as peculiaridades para serem discutidas
828 posteriormente. Nós não podemos por tudo dentro dessa lei, essa lei terá que ter qual o
829 funcionamento desse sistema, o que é esse sistema, o financiamento da segurança
830 pública, a gestão desse sistema por meio de um conselho gestor que não se confunde
831 com conselho nenhum que está dentro do Ministério da Justiça, nem com conselho
832 gestor do fundo que aí nós teremos que fazer uma junção do que é o fundo de segurança
833 pública hoje para dentro desse Sistema Único de Segurança Pública, é óbvio que nós não
834 vamos poder ter coisas concorrendo paralelamente e reformular então o conselho que é
835 um conselho que praticamente tem uma posição meio fechada e que acho deveria ser um
836 pouco mais aberto em termos pelo menos nas prestações de contas do próprio fundo de
837 segurança. Também trabalhando mais na linha macro, este conselho participou, se não
838 ativamente, mas teve todo o processo de instituição do Sistema Nacional de Informações
839 sobre Segurança Pública – Sinasp, acabei de sair do gabinete e tive notícia que estamos
840 sendo procurados pelo BID, e o BID propõe que uma das condições de eles
841 encaminharem recursos aos estados para a área de segurança pública seja o estado
842 alimentar o Sinasp, sob pena de não receber do Banco Internacional recurso, o que seria
843 muito bom para nós porque seria um passo a mais para que tenhamos realmente os dados
844 da segurança como devem ser, abertos e totalmente não segmentados, mas que possamos
845 segmentar porque nós hoje, por exemplo, existem dúvidas quanto a números, a todo
846 momento, eu já falei isso em vários locais e falo, que os números do Ministério da
847 Justiça são imbatíveis, mas não por que superamos metas, mas é por que não batem em
848 lugar nenhum (risos). Eles não batem. Eu venho aqui apresento um número, a PRF
849 apresenta outros, a PF apresenta outro, porque cada um olha por sua ótica, nós não temos

850 um lugar sistematizado e não temos problemas às vezes quando apresentamos dados e
851 temos que trazer isso internamente, antes de levarmos qualquer dado porque a PRF faz
852 uma apreensão junto com a Força Nacional e é entregue para a PF; os três contabilizam.
853 Às vezes se não tivermos o cuidado de depurar isso internamente, nós podemos estar
854 dando número replicado, ou até um pensar que o outro colocou lá na conta e não foi
855 colocado. Então, esse é um problema sério para nós. Nós estamos trazendo para cá os
856 jornalistas, a ACS está vindo para cá, que o ministro está vindo, o Cerimonial deve vir
857 para cá também. Temos também alguns projetos que como o Sinesp são projetos
858 prioritários da Presidência da República. Nós temos alguns que estão diretamente
859 conosco e outros que estão transversais na nossa política: O crack é possível vencer, os
860 senhores estão sabendo, quase todos os estados já assinaram e nós estamos ampliando,
861 agora numa ampliação nas cidades com mais de 200 mil habitantes e também as cidades
862 com menos de 200 mil habitantes já foram chamadas para uma videoconferência para
863 que possamos trabalhar esse tema. Para, além disso, temos também trabalhado a
864 Estratégia Nacional de Fronteiras, um trabalho que vem dando um resultado excelente,
865 equipando muito a Polícia Rodoviária Federal para trabalhar nessas fronteiras com
866 equipamentos de ponta, alta tecnologia, eu acho até que o Furtado poderia trazer aqui a
867 exposição do scanner veicular, é um equipamento de alta tecnologia, temos feito grandes
868 apreensões com esse equipamento, isso será levado a todos os estados por meio da
869 Senasp e reforçar mais ainda a PRF com esses equipamentos. A PF trabalhando na área
870 de inteligência aí do crime organizado que temos trabalhado muito para sufocar
871 financeiramente essas organizações, é um trabalho macro e temos entendido como foi
872 também o entendimento deste próprio conselho que o usuário de crack é detentor de um
873 direito de saúde e que ele precisa não só da saúde, mas da assistência social para refazer
874 o seu projeto de vida. Esse é o nosso entendimento, nós gostaríamos de ter muito claro
875 com os senhores que o Governo Federal não apoia a internação compulsória, o que nós
876 apoiamos é a internação involuntária, que é bem diferente da compulsória, a internação
877 involuntária busca um laudo médico para o caso em concreto e não uma liminar judicial
878 que pega todo mundo, porque é a preservação da vida. Então, se a pessoa está correndo
879 risco de vida, nós, por meio de um laudo médico, aceitamos essa internação. A
880 internação compulsória de forma nenhuma. Não é essa a defesa do nosso programa e
881 nem foi em momento algum. E também acho que no Brasil poucos lugares estão fazendo

882 a internação compulsória, estão fazendo a involuntária levando um discurso de
883 compulsória. São Paulo mesmo é isso: a internação passa por um laudo médico, se ela
884 passa por um laudo médico individualizado, não é uma internação compulsória, a
885 compulsória é uma medida judicial aleatória. Isso quem tem essa liminar, não sei se já
886 foi cassada, coronel me perdoe, mas era o Rio que tinha uma liminar nesse sentido, que
887 era a compulsória.

888

889 **O Sr. Ubiratan de Oliveira Ângelo (VIVA RIO)** – A internação foi feita, eles
890 mudaram a estratégia já em andamento para internação involuntária baseada exatamente
891 no laudo médico, tanto é que foram vários recolhidos e chegou a 30 internados. Um
892 número bem menor do que aquele.

893

894 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
895 **Pública – Presidente do CONASP)** – Então, o discurso que está sendo, não sei se de
896 propósito ou se a média confunde por não ter tecnicamente conhecimento, mas é isso. E
897 nós em momento algum, fizemos qualquer menção nos convênios assinados entre o
898 Ministério da Justiça e os estados a internação compulsória, em momento algum fizemos
899 isso. Também temos um projeto que era piloto, hoje já se estende, o Brasil mais Seguro,
900 no qual nós começamos a trabalhar num piloto em Alagoas, numa forma de reforço na
901 perícia, nas polícias civil e militar, e trouxemos a pedido da própria Presidência
902 juntamente com a Secretaria-Geral da Presidência o programa Juventude Viva, porque
903 também entendemos que não é somente reforçar a polícia que trará condição de
904 territórios pacificados e a continuidade disso. Então, trazer as políticas sociais com foco
905 muito voltado na juventude, em especial, no Norte e Nordeste, na juventude negra
906 porque sabemos da cifra de morte da juventude negra que é muito mais acentuada nesses
907 locais e nós por meio disso temos levado esse projeto Juventude Viva que já traz
908 resultados em Alagoas surpreendente para nós e depois a Secretaria-Geral da Presidência
909 poderia trazer para este colegiado para que possamos ir aperfeiçoando a própria política,
910 o papel deste colegiado não é só de ajudar na formulação, mas ajudar também na
911 avaliação e no aperfeiçoamento da política que está em curso. Nós traremos aos
912 senhores, futuramente, detalhamento do nosso orçamento, nós não temos ainda esse
913 detalhamento, embora tenha sido assinado, já foi aprovado pela Câmara e assinado, nós

914 não recebemos o detalhamento, esse detalhamento deve estar sendo feito *a posteriori*, e
915 os senhores sabem que temos um orçamento nominal e os temos os limites recebidos. É
916 meio complicado para quem nunca mexeu com finanças públicas entender que aquele
917 número que aparece para nós está lá no total, mas não podemos gastar tudo aquilo, quem
918 tem contato com orçamento público sabe como é, então, nós trabalhamos com limites
919 dentro da área. Posso afiançar aos senhores que não tivemos qualquer prejuízo dentro da
920 área de segurança em termos de recursos orçamentários, mesmo porque nós trabalhamos
921 com alguns recursos carimbados para até 2014. O caso do crack, o caso do Sinesp, o
922 caso do Brasil mais Seguro são recursos de prioridade da presidência e isso está
923 delimitado até 2014 o que fazer e como fazer. Ele pode sofrer aumento, é o caso do
924 crack. Nós tínhamos calculado em 4 bilhões no começo, ele deve ter um aumento para
925 mais, mas nunca diminuição dentro disso. Existem alguns questionamentos, inclusive,
926 acho que é um site, contas abertas, que disse que nós tivemos diminuição de orçamento,
927 isso não é verdade, podemos trazer aqui aos senhores, abrindo, e já fizemos isso para a
928 própria imprensa, o que houve foi uma diferenciação entre custeio e investimento. A
929 Senasp passa por um processo de indução da política no qual nós não pretendemos
930 custear o estado eternamente as políticas. A indução, por exemplo, o programa do crack,
931 nós entregaremos unidades móveis para videomonitoramento, essas unidades vão para o
932 estado com dois anos de garantia e dois anos de manutenção, garantido ao estado, tempo
933 suficiente para que ele incorpore isso ao orçamento dele e daí para frente arcar com o
934 restante. Nós sentimos a necessidade desse tempo porque muitos equipamentos eram
935 remetidos aos estados e não estavam dentro do orçamento do estado, isso passava a
936 garantia e aí o estado não tinha como nem manter e nem recuperar porque não estava
937 dentro do seu orçamento. Então, passando bem com 2 anos de garantia e manutenção
938 para isso incorporar dentro do orçamento do estado e aí o estado toma conta daquele
939 bem definitivamente. O que nós pensamos foi que nós temos o dever enquanto política
940 pública na indução do investimento, mas não do custeio dessa política. O custeio por
941 competência do estado. E o RH também. Esse é outro ponto que traz um complicador
942 muito grande em tudo que vamos implementar enquanto política porque tanto o
943 município quanto o estado têm deficiências de servidores e estão no limite da Lei de
944 Responsabilidade Fiscal. Todos os estados e municípios e as exceções abertas são para
945 educação e saúde. O que nós temos tentado incluir é a segurança pública dentro dessa

946 exceção por entender que é uma política de estado tão necessária quanto a educação e a
947 própria saúde. Eu acho que em termos era isso. Eu sei que os senhores já fizeram isso,
948 mas têm pessoas novas nesse processo, se não se importam, eu gostaria de ouvi-los na
949 apresentação. Não foi feita? Então, vamos lá, acho que poderemos ir fazendo isso,
950 mesmo porque o ministro deve passar aqui uns 15 minutos, ele vai assinar o termo de
951 posse, vai fazer uma fala e deve sair para uma reunião. Então, vamos lá.

952

953 - Boa-tarde. Eu sou **Fernanda Papa**, Secretaria-Geral da Presidência. Trabalho na
954 Secretaria Nacional de Juventude e sou suplente da Maria Vitória, nossa secretária
955 executiva assistente adjunta que está na mesma questão que o ministro, agora à tarde
956 deve estar vindo com ele. É um prazer.

957

958 - Boa-tarde. Eu sou **José Roberto Bellintani** do Instituto São Paulo contra Violência.
959 Nós já estivemos aqui atuando na Comissão Organizadora Nacional e no Conasp
960 transitório. Demos esse espaço de dois anos e estamos voltando aqui, compartilhando
961 cadeira com o Instituto Sou da Paz.

962

963 - Boa-tarde. Meu nome é **Pedro Paulo Bicalho**. Eu represento o Conselho Federal de
964 Psicologia e a minha inserção no campo da segurança pública se deu em função de ter
965 sido oficial psicólogo da Polícia Militar do Rio de Janeiro e ter saído de lá para assumir
966 o cargo de professor adjunto de Universidade Federal do Rio de Janeiro.

967

968 - Boa-tarde, Eu me chamo **P. Queiróz**, Sou presidente da Associação Nacional de Praças
969 – Anaspra. Fui um dos propulsores junto com Ballesteli para formatação da 1ª
970 Conferência Nacional, participei ativamente no município, no estado e em Brasília. Fico
971 feliz em saber que apesar o Conasp ainda não atingiu o seu apogeu, mas está
972 caminhando e eu quero dar minha contribuição nesses dois anos, se me permitirem, no
973 que for possível proativamente para a segurança pública no Brasil.

974

975 - Boa-tarde a todos. Eu sou **Marlon Jorge Teza**, coronel da reserva da Polícia Militar de
976 Santa Catarina. Eu sou presidente da Federação Nacional de Entidades de Oficiais
977 Militares, também como Bellintani participamos da elaboração, o Almir também, da 1ª

978 Conseg, do Conasp transitório e depois de dois anos, acho que tem que haver realmente
979 essa mudança, estou de volta aqui, juntamente com o coronel César, meu suplente, lá de
980 Minas Gerais, representar os oficiais da Polícia Milita do Brasil.

981

982 - Boa-tarde a todos. Eu sou coronel **Altair Derner Filho**, secretário do Conselho
983 Nacional dos Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros
984 Militares – CNCG-PM/CBM. Trago aqui a justificativa da não presença do coronel
985 Nazareno, ele já havia confirmado e ontem na última hora me ligou dizendo que o
986 governador pediu que ele permanecesse lá em Santa Catarina. Ele me pediu para
987 justificar a ausência dele. E dizer que o CNCG agora em abril faz eleição da nova
988 diretoria, então, poderá haver na próxima reunião uma troca de presença, digamos assim.
989 Mas, nossa participação continua.

990

991 - Boa-tarde a todos. Meu nome é **Márcio Correa Godoy**. Sou perito criminal do estado
992 de Mato Grosso. Estou aqui representando a Associação Brasileira de Criminalística,
993 entidade que congrega os peritos criminais. Junto com a APCF, que é a Associação dos
994 Peritos Criminais Federais, dividimos uma cadeira. Eu estou aqui no Conasp desde o ano
995 passado, tem um ano que substituí meu colega Celito Cordioli que pediu para se afastar
996 em virtude de aposentadoria e questão pessoal. Em fevereiro do ano passado eu assumi
997 aqui o cargo de conselheiro do Conasp. Portanto, temos mais um ano juntos no trabalho
998 do Conasp neste biênio.

999

1000 - Boa-tarde a todas e todos. Meu nome é **Patrícia Couto**. Eu sou coordenadora do
1001 Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia. Sou ouvidora de polícia o estado do Rio
1002 Grande do Sul e aproveito a oportunidade, secretária, para dizer que o Fórum Nacional
1003 de Ouvidores divide a vaga neste conselho com a Secretaria de Direitos Humanos, e eu
1004 entendo que pela sua natureza da representação dos ouvidores de polícia nos estados, é
1005 importante que tenhamos assento com a suplência e titular. E não tendo que dividir com
1006 a secretaria que também entendo que deve ter titular e suplência. Obrigada.

1007

1008 Boa-tarde. Meu nome é **Edson Diniz Nóbrega Junior**, eu sou da Rede de
1009 Desenvolvimento da Maré. Nós estivemos o ano passado, a Eliana, mudou a

1010 representação. A Rede da Maré é uma instituição fundada por moradores do conjunto de
1011 favelas da Maré e entras coisas nós trabalhamos com a questão da segurança pública.
1012 Nós fomos os primeiros a fazer uma conferência livre numa favela carioca, e
1013 conseguimos fazer um trabalho muito bacana e é um prazer estar aqui representando a
1014 Rede e contribuindo.

1015

1016 Boa-tarde a todos. Meu nome é **Henrique Queiróz**, sou perito criminal federal, como
1017 doutor Godoy já falou, estou aqui representando a Associação Nacional de Peritos
1018 Criminais Federais – APCF. Nós dividimos a cadeira com a ABC e é uma satisfação
1019 estar aqui também contribuído para o conselho.

1020

1021 Boa-tarde a todos. Eu sou **Petra Silvia Pfaller**, sou de Goiânia, e faço parte da Pastoral
1022 Carcerária e no momento estou vice-coordenadora da Pastoral Carcerária e é uma
1023 satisfação fazer parte deste conselho. Obrigada.

1024

1025 **Almir Laureano** representando o Grande Oriente do Brasil, nós fazemos parte de uma
1026 rede chamada Rede Desarma Brasil que cuida do desarmamento que junto ao ministro e
1027 a secretária está mobilizando o país para a Copa do Mundo, tema social. Faz parte dessa
1028 Rede também o Instituto São Paulo contra a Violência, Eu Sou da Paz, Viva Rio e o
1029 Grande Oriente do Brasil.

1030

1031 Boa-tarde a todos. Meu nome é **Clovis Nunes**, sou de Feira de Santana da Bahia, Sou
1032 idealizador e coordenador nacional da ONG Move Paz. A nossa instituição tem
1033 representações em 11 estados e em 27 cidades, e estamos integrantes da Rede Desarma
1034 Brasil desde o seu nascimento. E trabalhamos juntos desde o primeiro fórum
1035 preparatório para a Conseg e, recentemente, estamos envolvidos com um posto da
1036 sociedade civil aberto lá na cidade, já recebemos 3.927 armas até ontem na entrega
1037 voluntária da campanha do desarmamento. E como Almir salientou, estamos também
1038 envolvidos no projeto social da Copa do Mundo que começa agora na Copa das
1039 Confederações tendo como tema básico o desarmamento.

1040

1041 Boa-tarde. Eu sou **Ubiratan Ângelo**. Represento aqui o Viva Rio. A minha inserção na
1042 segurança pública se deu na Polícia Militar do Rio de Janeiro de 1976 a 2008, eu fui de
1043 cadete a comandante-geral. Hoje coordenador de segurança do Viva Rio, estou como
1044 titular e como suplente Sandro Costa Santos que está aqui. É um prazer estar aqui com
1045 todos.

1046

1047 Sou **Josiane Gamba**, do Movimento Nacional de Direitos Humanos, um movimento
1048 quem tem mais de 400 entidades filiadas em todo o Brasil e entre essas entidades está a
1049 Sociedade Maranhense de Direitos Humanos que eu digo que é a minha casa-mãe, que é
1050 a entidade que faço parte. Sou suplente de MNDH e de profissão sou advogada.
1051 Obrigada.

1052

1053 Boa-tarde a todas e todos. Eu sou **Ana Paula Diniz de Mello Moreira**, eu estou como
1054 coordenadora-geral de combate à Tortura da Secretaria de Direitos Humanos, estou
1055 como membro suplente da Secretaria, o titular é o Gabriel que é o nosso secretário
1056 Nacional de Promoção e Defesa de Direitos Humanos, e alguns anos já na Secretaria de
1057 Direitos Humanos trabalho com a questão de violência institucional com a política de
1058 combate à tortura e participei também da equipe que trabalhou na formulação e redação
1059 do PNDH3 na área de segurança pública.

1060

1061 Saudações quilombolas a todas e todas. Eu sou **Willy Miranda** do Fórum Nacional de
1062 Juventude Negra, suplente da Silvana que também não pôde vir porque não recebeu a
1063 tempo os e-mails. Estamos disponíveis aqui neste conselho exatamente para fazer das
1064 nossas lutas, principalmente, ao enfrentamento ao genocídio da juventude negra.

1065

1066 Boa-tarde a todos. Meu nome é **Adriano Furtado**, represento a Polícia Rodoviária
1067 Federal, é a primeira oportunidade neste conselho, apesar de ter participado da
1068 conferência nacional, vimos substituir o colega que estava no mandato anterior, o
1069 inspetor Rott neste conselho e nós aqui vamos compartilhar a cadeira com o
1070 Departamento de Polícia Federal. Eu estou na instituição há 19 anos e neste momento
1071 atuando na coordenação-geral de recursos humanos e que possamos oferecer aqui é toda
1072 a experiência e contribuição da Polícia Rodoviária Federal que faz parte do Ministério

1073 da Justiça, está inserida em vários dos projetos, como a secretária disse, contribuindo
1074 para esse espaço democrático da segurança pública.

1075

1076 Eu quero cumprimentar a todos, à secretária nacional nossa presidente, Regina Miki. Eu
1077 sou coronel da ativa da Polícia Militar do estado de Mato Grosso e hoje faço parte deste
1078 conselho na cadeira indicada pelo Senado Federal, até porque estou hoje à disposição do
1079 Congresso Nacional acompanhando o processo legislativo, principalmente, dos projetos
1080 da área de segurança pública. Neste trabalho, sou auxiliado pelo coronel Walter que
1081 também é da Polícia Militar de Mato Grosso e nosso amigo Jader é que é funcionário do
1082 Senado Federal.

1083

1084 Boa-tarde a todas e todos. Cumprimento especial à Regina Miki. Meu nome é **Eduardo**
1085 **Pazinato**, venho do Rio Grande do Sul e integro o Conselho de Administração do
1086 Fórum Brasileiro de Segurança Pública, e a nossa expectativa é compartilhada com
1087 todos os associados do Fórum Brasileiro e aqui no Conasp com o coronel Washington
1088 que também representa o Fórum, é de que nós, efetivamente, possamos contribuir para
1089 construção de uma agenda positiva na área de segurança, através dela consigamos
1090 avançar para construção de um novo modelo de segurança, com enfoque na prevenção
1091 da violência e na promoção dos direitos humanos. Obrigado, e ficamos à disposição para
1092 o diálogo e construções coletivas nesse sentido,

1093

1094 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
1095 **Pública – Presidente do CONASP)** – Coronel, só um aparte, por favor. O ministro está
1096 se deslocando. Como ele tem pouco tempo, nós já vamos passando o termo de posse e
1097 vocês já vão assinando, quando ele chegar aqui só assina a parte dele.

1098

1099 Meu nome é **Washington França da Silva**, sou oficial da Polícia Militar o estado da
1100 Paraíba e neste momento aqui estamos representando como membro do Conselho
1101 Administrativo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública juntamente com o Eduardo
1102 Pazinato. Prazer estar aqui pessoalmente e também na qualidade de membro do Fórum,
1103 o Fórum participou desde a 1ª Conseg na estruturação, na organização e
1104 encaminhamento e só agora está tendo oportunidade de integrar o Conasp, o que é um

1105 prazer muito grande de poder contribuir aqui com a elaboração das políticas de
1106 segurança pública neste país. Muito obrigado.

1107

1108 Boa-tarde a todos e todas. Eu sou **Fernanda Benvenuto** do estado da Paraíba e estou
1109 aqui representando a ABGLT, Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis,
1110 Bissexuais e Transexuais. E estou conselheira pela Articulação Nacional de Travestis e
1111 Transexuais – Antra do Conselho Nacional de Saúde e sou militante do movimentem
1112 LGBT e, especial de travestis e transexuais do Brasil. Para mim, é uma satisfação estar
1113 aqui e estive também trabalhando arduamente junto a vocês na nossa conferência. E que
1114 tenhamos bons resultados na política de segurança pública nacional. Obrigada.

1115

1116 Boa-tarde a todos. Meu nome é **Humberto Pontes**, sou perito criminal da Paraíba e
1117 represento neste conselho, com muita honra, o Conselho dos Dirigentes dos Órgãos
1118 Periciais do Brasil. Também já fiz parte do conselho anterior e iremos assumir
1119 novamente esta cadeira representando o Conselho de Gestores.

1120

1121 Boa-tarde a todos. Meu nome é **Augusto Coutinho**, sou agente penitenciário no estado
1122 do Ceará, representando aqui esse segmento dos trabalhadores do sistema penitenciário,
1123 juntamente com nosso colega Bastos, que logo irá se apresentar, e vamos tentar com
1124 muitos esforços trazer esse olhar do sistema penitenciário dentro da segurança pública.
1125 Há uma expectativa boa porque nós participamos de todo o processo das conferências
1126 municipal, estadual e nacional e, certamente, não mediremos esforços para contribuir
1127 com esse grande desejo da sociedade brasileira que vai além das institucionais públicas e
1128 das instituições não governamentais que é uma melhoria significativa na segurança
1129 pública do Brasil.

1130

1131 Boa-tarde a todos. Meu nome é **Cláudio Tusco**, estou retornando a este conselho depois
1132 de passar na sua parte provisória e também da conferência, é uma satisfação rever
1133 muitos colegas e aqui eu represento a Associação Nacional dos Delegados da Polícia
1134 Federal, e dividimos a cadeira com a Adepol do Brasil, perfazendo uma representação de
1135 todos os delegados do Brasil. Agradeço a todos.

1136

1137 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
1138 **Pública – Presidente do CONASP)** – Gostaria que a assistência também se
1139 apresentasse porque temos suplentes.

1140

1141 Boa-tarde a todos. **Wesley Barreto Bastos**. É um prazer enorme estar aqui junto ao
1142 companheiro Coutinho para representar o segmento dos agentes penitenciários, como ele
1143 mesmo disse, trazer a visão do que é o presídio para todos aqui para que possamos entrar
1144 num debate de segurança pública também dentro das unidades prisionais do país afora.

1145

1146 Eu sou **Walter de Fátima Pereira**, coronel da reserva da Polícia Militar de Mato
1147 Grosso e na assessoria parlamentar do gabinete do senador Blairo Maggi de Mato
1148 Grosso, juntamente com o coronel Novacki cuidando dos projetos da área de segurança
1149 pública de todos os segmentos, seja Polícia Civil, Polícia Militar, Guardas Municipais e
1150 outras atividades inerentes à segurança pública no Brasil. E aqui, atualmente, como
1151 observador.

1152

1153 Boa-tarde. Meu nome é **Sandro Costa**. Sou oficial da Polícia Militar do Rio de Janeiro.
1154 Estou há dois anos e meio no Viva Rio, trabalho na área de segurança humana com o
1155 coronel Ubiratan.

1156

1157 Boa-tarde. Meu nome é **Eduardo Teodósio de Quadros**, sou mais conhecido por Duda
1158 Quadros. Sou da Rede Desarma Brasil, membro fundador da Rede e também participei
1159 da 1ª Conseg, fui da organização lá do Ceará e participei da Conferência Municipal e eu
1160 já tinha participado aqui no Conasp em alguns momentos na reunião Paraíba, João
1161 pessoa, e também sou militante do SUAS e do Direitos Humanos, faço parte do Comitê
1162 Memória Verdade e Justiça do Ceará. Gostei muito da fala da secretária Regina Miki
1163 porque entendo que essa intersecção entre saúde em segurança pública, cultura de paz é
1164 premente para que nós possamos aprender. E também gostaria de terminar com um
1165 versinho que foi feito aqui na última hora: “Saúde e segurança com justiça social
1166 seguindo o mesmo ideal de um mundo com mais esperança, sabendo que desta aliança o
1167 Conasp será capaz. Mostremos como se faz um mundo bem diferente, gente cuidando de
1168 gente por uma cultura de paz”. (*Aplausos*).

1169

1170 Boa-tarde a todos. Meu nome é **Alberto Cabral**. Eu suplente do Almir Laureano,
1171 pertencço ao Grande Oriente do Brasil, uma instituição com 190 anos e permeada pelo
1172 território nacional em 2.700 lojas. Muito obrigado.

1173

1174 Boa-tarde a todos. Sou o coronel **César Braz Ladeira** há 17 anos na reserva da Polícia
1175 Militar de Minas Gerais, presidente de uma associação mineira, a União dos Militares de
1176 Minas Gerais há três anos e presidente da Associação dos Oficiais Militares Estaduais do
1177 Brasil – Amebrasil, há um ano.

1178

1179 Boa-tarde a todos. Eu sou **Alberto Aleixo**, eu sou suplente do Edson que representa a
1180 Rede, uma instituição que, como o Edson disse, está em um dos maiores complexos de
1181 favelas do Brasil, com 130 mil habitantes e está enfrentando a segurança como um
1182 direito e estamos defendendo essa bandeira lá.

1183

1184 Boa-tarde a todos. Meu nome é **Massimiliano Russo**, eu estou aqui como suplente da
1185 irmã Petra da Postural Carcerária Nacional, sou coordenador jurídico da Pastoral em
1186 Minas Gerais e sou advogado militante, esperando contribuir com as experiências do
1187 sistema penitenciário para a questão da segurança pública. Obrigado

1188

1189 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
1190 **Pública – Presidente do CONASP)** – Eu vou pedir para a equipe que está trabalhando
1191 conosco mais de perto que se apresente.

1192

1193 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Bom, na correria de manhã
1194 para tocar os trabalhos, acabei não me apresentando. Eu sou Alex Canuto, advogado de
1195 formação, servidor de carreira, membro da carreira de especialistas em políticas públicas
1196 de gestão governamental, com esse nome longo a carreira tem o apelido na Esplanada
1197 que é gestor, estou nessa carreira desde 2004, no Ministério da Justiça com um pequeno
1198 intervalo para curso mestrado, durante dois anos, eu estava na Senasp e agora voltei
1199 também para a Senasp e aceitei o desafio de tocar a Secretaria-Executiva do Conselho
1200 Nacional de Segurança Pública e espero dar o melhor de mim e consigamos render bons

1201 frutos do nosso trabalho. A Cintia está sempre conosco, está colhendo assinaturas, e
1202 vamos ter apoio do gabinete do ministro, do Edmilson.

1203

1204 Boa-tarde. Meu nome é **Edmilson Moreira**, sou colega de carreira do Alex e eu trabalho
1205 na Assessoria de Participação Social.

1206

1207 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
1208 **Pública – Presidente do CONASP)** – Então, os senhores percebem que temos dois
1209 servidores de carreira que assumem, um diretamente como secretário-executivo e outro
1210 indiretamente que tem trabalhado muito conosco, que é o Edmilson, ele está dentro do
1211 Gabinete do Ministro, então, nós vamos ter essa aproximação muito mais forte dentro do
1212 gabinete, até que nós consigamos e é um anseio mesmo de ter uma Secretaria-Executiva
1213 única dentro do ministério para todos os conselhos. Nós formataríamos uma equipe
1214 maior na qual vocês poderiam também estar contribuindo com outros conselhos e tendo
1215 contribuição deste conselho em outros conselhos também. O ministro já está deslocando.
1216 A única coisa que ele pediu foi que ficássemos sentados aguardando por ele, já estou
1217 adiantando que ele vai chegar e sair. Realmente, a nossa agenda está complicada. Depois
1218 Alex vocês terão que fazer a eleição da mesa-diretora.

1219

1220 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – A apresentação que seria feita
1221 hoje à tarde já passamos para de manhã, o pessoal vai se organizar, já estão todos se
1222 conhecendo depois da apresentação feita, e esperamos que a eleição saia por consenso,
1223 se não sair vamos para votação. Então, amanhã para a parte da tarde está prevista a
1224 eleição de um presidente e suplente da mesa diretora e para o Conselho de Ética.

1225

1226 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
1227 **Pública – Presidente do CONASP)** – Se os senhores acharem por bem uma
1228 rotatividade nessa mesa diretora de 3 meses para que todo mundo possa participar dessa
1229 Mesa, é fundamental que nós tenhamos a participação, poderiam estipular isso com uma
1230 rotatividade e já deixar meio estipulado por que a mesa diretora tem um papel de
1231 formular a pauta e tudo mais, seria interessante que houvesse uma rotatividade também.
1232 O pleno tem toda condição de resolver.

1233

1234 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Bom, vou ler o termo de posse
1235 para adiantar: “TERMO DE POSSE DOS MEMBROS ELEITOS PARA COMPOR O
1236 CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, GESTÃO 2013/2014. PELO
1237 PRESENTE TOMAM POSSE SOLENEMENTE OS REPRESENTANTES DAS
1238 ENTIDADES, TRABALHADORES DA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DAS
1239 ENTIDADES, FORUNS, REDES E MOVIMENTOS SOCIAIS DA SOCIEDADE
1240 CIVIL DA AREA DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA O EXERCÍCIO DO
1241 MANDATO NO CONSELO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (CONASP),
1242 COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2013-2014. OS MEMBROS ABAIXO DISCRIMINADOS E
1243 FIRMADOS ELEITOS NA ASSEMBLEIA ELEITORAL REALIZADA EM 18 DE
1244 DEZEMBRO DE 2013 AO ASSUMIR SUAS FUNÇÕES O FAZEM SOB O
1245 COMPROMISSO DE RESPEITAR FIELMENTE O REGIMENTO INTERNO DESTE
1246 ÓRGÃO COLEGIADO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. POR SER EXPRESSÃO DA
1247 VERDADE ASSINAM.”. Depois da espera, o ministro finalmente está aqui conosco
1248 (*palmas*).

1249

1250 **O Sr. José Eduardo Cardozo (Ministro da Justiça)** – Bem, boa-tarde a todos.
1251 Inicialmente, mil pedidos de desculpas, mas eu acredito que todos vocês trabalhando na
1252 área pública, pelo menos a maior parte, sabe que nem sempre é dono de sua própria
1253 agenda. Nós temos uma operação em curso na região do Tapajós em que policiais
1254 federais, policiais rodoviários federais e a Força Nacional de Segurança Pública estão
1255 apenas acompanhando pesquisadores que estão coletando material para que se possa
1256 fazer o estudo de meio ambiente para analisar a viabilidade do empreendimento da usina
1257 de Tapajós. E naquela região, nós temos os índios Mundurucus que há mais ou menos
1258 dois meses tiveram uma situação de confronto com a Polícia Federal no momento que a
1259 Polícia Federal cumpria uma ordem judicial para destruir algumas balsas de mineradores
1260 ilegais onde houve inclusive a morte de um indígena e dois deles ficam feridos. Então, é
1261 um pouco delicada, nós temos o apoio das Forças Armadas na parte logística e nós
1262 temos mais de 200 homens atuando em conjunto com cerca de 80 pessoas que trabalham
1263 na parte de pesquisa. Isso exigiu por força, inclusive, de uma matéria que saiu hoje do
1264 The Guardian, jornal inglês dizia que o governo brasileiro estava fazendo uma operação

1265 militar na região de Tapajós, meio que declarando guerra aos povos indígenas. Houve
1266 uma convocação de emergência no Ministério do Planejamento onde nós fomos fazer
1267 uma avaliação e traçar uma estratégia para deixar claro que ninguém estava fazendo
1268 ocupação militar, primeiro que não é terra indígena, segundo que é floresta amazônica e
1269 terceiro que é uma operação de pesquisa em que as forças foram apenas apoiar
1270 pesquisadores. Então, fomos chamados para uma reunião de emergência, tanto eu quanto
1271 a secretária Regina Miki, razão pela qual não pude estar aqui na parte da manhã. E, em
1272 seguida, eu fui convocada e estou convocada para uma reunião com a presidenta, eu
1273 estou aqui, mas tenho que voltar, só vim porque não poderia deixar de vir porque o
1274 Conasp para nós é um conselho muito importante, quer dizer, segurança pública é uma
1275 prioridade do Ministério da Justiça e, evidentemente, as políticas de segurança pública
1276 sendo prioritárias elas exigem um diálogo, uma reflexão, um alinhamento, uma
1277 fiscalização, um conjunto de sugestões por parte da sociedade e por essa razão no
1278 momento em que a posse de novos conselheiros eu não poderia deixar de estar aqui para
1279 saudá-los, mesmo que brevemente, pedindo desculpas pela deselegância do atraso e pela
1280 pressa da saída, mas não tenho jeito, e dizer aos senhores que o Conasp ocupa no
1281 Ministério da Justiça uma posição muito relevante e importante. É bem verdade que nós
1282 precisamos azeitar um pouco mais o funcionamento e a interação das políticas de
1283 segurança pública com o Conasp. Essa foi a missão que o doutor Alex, eu o conheço há
1284 muitos anos, recebeu de justamente buscar azeitar isso. A parte de segurança pública é
1285 uma parte que exige uma situação diferenciada muitas vezes e outras de ações
1286 governamentais e os senhores sabem disso. Primeiro porque políticas de segurança
1287 pública têm certo padrão de reserva na elaboração de projetos, você nunca anuncia
1288 certas coisas porque senão, é a mesma coisa que um técnico de futebol anunciar
1289 publicamente como se time vai jogar, se vai atacar a partir de 10 minutos e o adversário
1290 se prepara. Então, existe uma fase de reserva na elaboração de projetos. Mas não
1291 bastasse isso, nós sempre avaliamos, e essa é uma avaliação da presidente Dilma
1292 Rousseff, que na parte de segurança pública se gasta muito mal os recursos públicos. Há
1293 muitos desperdícios. Então, temos um aperto muito grande na parte de gestão. Para que a
1294 parte de gestão seja efetivamente bem equacionada exige toda uma série de conjunto de
1295 ações interministeriais às vezes para preparar um projeto que só podem ser aprovados,
1296 sob o ponto de vista governamental até para uma discussão pública depois que passa por

1297 todo um conjunto de consultas internas dos órgãos técnicos e políticos do governo.
1298 Então, o momento em que um projeto é colocado é um momento em que a coisa já está
1299 um pouquinho mais alinhavada, como diz a presidente, a ser espancada, espancada no
1300 bom sentido. Nós temos um espancamento interno que é intenso e temos um
1301 espancamento da sociedade, em segundo momento, para que nós apreciar as situações.
1302 Às vezes isso não é muito bem compreendido e com razão: “Vocês estão apresentando
1303 agora, isso já foi discutido”, sim, já foi discutido, mas agora submetido a um exame para
1304 que nós possamos rever, verificar, atualizar e acertar. Então, esse compasso entre
1305 formulação de política governamental e conselho ainda é um desafio para nós. O doutor
1306 Alex e a secretária Regina Miki vão tentar fazer com que isso seja mais bem costurado o
1307 que foi no período anterior. A ideia é que possamos ter uma integração plena, sabendo
1308 muitas vezes, os imperativos que nós temos. Hoje ainda tem três reuniões envolvendo
1309 questões indígenas. E todas emergenciais por situações de demarcação de terra. Amanhã
1310 é um problema na área dos presídios, depois de amanhã é uma operação da Polícia
1311 Federal, depois é o Poder Judiciário que cabe a nós ter uma interface. Então, a agenda
1312 nossa nem sempre nos permite participar de situações como esta que para nós são muitas
1313 mais ricas do que outras situações do cotidiano que trazem mais tensão e pouco
1314 aprendizado. Seja como for, a ideia é dotar o Conselho Nacional de Segurança Pública
1315 de condições para que os senhores possam, não diria nem nos auxiliar, porque eu não
1316 vejo esse conselho como auxiliar, eu o vejo como protagonista, como parceiro, que este
1317 conselho possa produzir política junto conosco, propondo, criticando, fazendo sugestões
1318 e integrando as ações governamentais. Então, eu não me perdoaria se deixasse de vir
1319 aqui, se eu não tivesse conseguido essa brecha de 15 minutos com a presidenta para dar
1320 a posse aos senhores, eu sei que os senhores já assinaram o termo de posse para agilizar.
1321 Eu queria pegar o nome dos conselheiros para, formalmente, declará-los empossados,
1322 para que não só a solenidade da função seja preenchida, mas para que os senhores
1323 saibam a relevância e importância que o Ministério da Justiça tem neste conselho. Então,
1324 aos senhores e senhoras conselheiros do Conasp que chegam agora ou que já estavam
1325 exercendo suas funções, bem-vindos, e podem ter a mais absoluta certeza da importância
1326 que nós vemos esse tipo de atividade. Nós temos muitos conselhos no Ministério da
1327 Justiça, mas o Conasp, especialmente, merece a nossa atenção, porque a maior
1328 prioridade do Ministério da Justiça é, sem sombra de dúvida, a segurança pública. Muito

1329 obrigado pela dedicação que os senhores emprestarão ao ministério, muito obrigado pela
1330 abnegação com se entregarão à atuação e essa parceria. Queremos dos senhores e das
1331 senhoras aquilo que de melhor possa ser produzido. Muito obrigado, agradeço
1332 sinceramente de antemão a colaboração que se colocará pelos próximos meses. Então,
1333 portanto, já foi lido o termo de posse, eu vou declarar, nem todos aqui, mas os que
1334 assinaram vão ser empossados agora e os demais serão empossados posteriormente.
1335 Então, vou ler o nome de todos e vou declarar os presentes empossados, os que
1336 assinaram a lista. ENTÃO, INTEGRAM ESTE CONSELHO A PARTIR DE AGORA
1337 PELA SOCIEDADE CIVIL, NA CATEGORIA ENTIDADE: SRA. PETRA SILVIA
1338 PFALLER E MASSIMILIANO RUSSO DA PASTORAL CARCERÁRIA
1339 NACIONAL-ASAAC; SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS E ALBERTO DOS
1340 SANTOS CABRAL PELA GRANDE ORIENTE DO BRASIL; SR. JOSÉ ROBERTO
1341 BELLINTANI, PELO INSTITUTO SÃO PAULO CONTRA A VIOLÊNCIA E
1342 LUCIANO CÉSAR GUIMARAES DO INSTITUTO SOU DA PAZ; O SR. PEDRO
1343 PAULO GASTALHO DE BICALHO E VALDIRENE DUFEMBACK PELO
1344 CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; O SR. EDSON DINIZ NÓBREGA
1345 JÚNIOR E ALBERTO ALEIXO DE SOUZA PELA ASSOCIAÇÃO REDES DE
1346 DESENVOLVIMENTO DA MARÉ; SR. UBIRATAN DE OLIVEIRA E SANDRO
1347 COSTA SANTOS PELO VIVA RIO. PELA SOCIEDADE CIVIL NA CATEGORIA
1348 FORUNS, REDES E MOVIMENTOS SOCIAIS: RILDO MARQUES DE OLIVEIRA
1349 E JOSIANE GAMBA PELO MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS;
1350 SR. EDUARDO PAZINATO E WASHINGTON FERREIRA GRANÇA PELO
1351 FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; SR. CLOVIS SOUZA NUNES
1352 E EDUARDO TEODÓSIO DE QUADROS PELA REDE DESARMA BRASIL; SR.
1353 ELIZIÁRIO BENVINDO DA SILVA E CLÁUDIO BANDEL TUSCO PELA
1354 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E
1355 TRANSEXUAIS; SR. LUIZ PAULO BASTOS DA SILVA E MARIA CÉLIA NERY
1356 PADILHA PELA COLETIVO DE ENTIDADES NEGRAS; E A SRA. SILVANA
1357 RIBEIRO DA SILVA E WILLY MIRANDA SILVA PELO FÓRUM NACIONAL DE
1358 JUVENTUDE NEGRA; PELOS TRABALHADORES DE SEGURANÇA PÚBLICA:
1359 SR. DENILSON APARECIDO MARTINS E ALBERTO KOPTITTKKE PELA
1360 CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS TRABALHADORES POLICIAIS CIVIS-

1361 COBRAPOL; SR. CLÁUDIO BANDEL TUSCO PELA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
1362 DOS DELEGADOS DE POLÍCIA FEDERAL-ADPF; SRS. PEDRO DA SILVA
1363 CAVANCANTI, RENATO ANTONIO BORGES DIAS PELA CONFEDERAÇÃO
1364 NACIONAL DOS POLICIAIS RODOVIÁRIAS FEDERAIS-FENAPRF; SR.
1365 MARLON JORGE TEZA E CÉSAR BRAZ LADEIRA PELA FEDERAÇÃO
1366 NACIONAL DE ENTIDADES DE OFICIAIS MILITARES ESTADUAIS-FENEME;
1367 SR. ANTONIO MACIEL AGUIAR FILHO E CELSO ZUZA SILVA NETO PELA
1368 FEDERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM PAPIOSCOPIA E IDENTIFICAÇÃO-
1369 FENAPPI; SR. HENRIQUE MENDONÇA DE OLIVEIRA QUEIRÓZ PELA
1370 ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PERITOS CRIMINAIS FEDERAIS E O SR.
1371 MÁRCIO CORREA GODOY PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
1372 CRIMINALÍSTICA; SR. PEDRO QUEIRÓZ DA SILVA E AMAURY SOARES PELA
1373 ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES E PRAÇAS MILITARES
1374 ESTADUAIS; SR. AUGUSTO CÉSAR COUTINHO E WESLEY BARRETO
1375 BASTOS DO SINDICATO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS DO PARANÁ;
1376 TAMBÉM FICAM DESIGNADOS PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DE
1377 SEGURANÇA PÚBLICA OS REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS,
1378 TITULARES E SUPLENTE, QUE SÃO OS SEGUINTE: SR. SANDRO TORRES
1379 AVELAR E JOAQUIM CLÁUDIO FIGUEIREDO MESQUITA PELO CONSELHO
1380 NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SEGURANÇA PÚBLICA; SR. HUMBERTO
1381 JORGE DE ARAÚJO PONTES E SILVIO LUIZ GARCEZ PELO CONSELHO DE
1382 DIRIGENTES DOS ÓRGÃOS PERICIAIS DO BRASIL; SR. NAZARENO
1383 MARCINEIRO E ATAIR DERNER FILHO PELO CONSELHO NACIONAL DE
1384 COMANDANTES GERAIS DAS POLÍCIAS MILITARES E DOS CORPOS DE
1385 BOMBEIROS MILITARES; SR. KLEBER LUIZ DA SILVA JÚNIOR PELO
1386 CONSELHO NACIONAL DE CHEFES DE POLÍCIA CIVIL; JOEL MALTA DE SÁ
1387 PELO CONSELHO NACIONAL DE GUARDAS MUNICIPAIS; SR. ADRIANO
1388 MARCOS FURTADO PELO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA
1389 FEDERAL; ANA PAULA DINIZ DE MELLO MOURA PELA SECRETARIA DE
1390 DIREITOS HUMANOS E SRA. PATRÍCIA LUCY MACHADO COUTO PELO
1391 FÓRUM NACIONAL DE OUVIDORES DE POLÍCIA; SRA. MARIA VICTÓRIA
1392 HERNANDEZ E FERNANDA DE CARVALHO PAPA PELA SECRETARIA-

1393 GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; TAMBÉM COMPOEM O CONASP
1394 OS REPRESENTANTES CONVIDADOS E OBSERVADORES TITULARES
1395 INDICADOS PELOS DIRIGENTES MÁXIMOS DOS SEGUINTE ÓRGÃOS;
1396 MARIA CÉLIA NERI PADILHA PELO CONSELHO NACIONAL DOS
1397 DEFENSORES GERAIS; SR. EUMAR ROBERTO NOVACKI PELO SENADO
1398 FEDERAL; ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO PELO CONSELHO
1399 NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Essas são as pessoas que compõem o
1400 conselho e que então nos termos da legislação em vigor eu declaro empossados os
1401 presentes e que subscreveram esta lista. Uma salva de palmas a todos os membros do
1402 Conasp (*palmas*) e aqui eu então faço a assinatura e peço vênica, encarecidamente, para
1403 deixar este recinto. A vocês o meu muito obrigado e a esperança de que estaremos juntos
1404 naquilo que é um dos principais problemas do país, mas que eu tenho certeza que o
1405 Estado brasileiro, em conjunto com a sociedade, em conjunto com os senhores que
1406 representam os órgãos e entidades aqui presentes saberão enfrentar com a dignidade que
1407 a função pública e quem estamos investidos neste momento nos exige. Muito obrigado e
1408 perdão pela deselegância da chegada tardia e da retirada com essa urgência toda. Muito
1409 obrigado. (*palmas*).

1410

1411 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Bom, a questão dos informes
1412 retornaremos amanhã às 9 horas, é a retomada dos trabalhos aqui. Vamos abrir a palavra
1413 para dúvidas, enquanto aguardamos o retorno da secretária.

1414

1415 **A Sra. Fernanda Benvenuti (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais,**
1416 **Travestis e Transexuais – ABGLT)** – Eu quero fazer uma solicitação, eu sei que o
1417 ministro leu o que estava escrito, mas, nós, travestis e transexuais no Brasil estamos
1418 desempenhando uma campanha em prol da aceitação do nome social. No Conselho de
1419 Saúde foi corrigida a portaria para que fosse tratada, no caso eu que estou lá, pelo nome
1420 social, já aqui o ministro leu e as pessoas não entenderam. É uma reivindicação do
1421 movimento que dentro deste conselho e em todos os espaços que estejamos é que
1422 sejamos tratadas pelo nome social. É uma reivindicação que em todo governo vimos
1423 tratando em todos os espaços a questão do nome social. Obrigada. (*palmas*).

1424

1425 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Só esclarecer que existe até
1426 uma portaria interministerial que regulamenta essa questão do nome social. Na medida
1427 do possível nós usamos o nome social, foi usado o nome social por exemplos nos
1428 crachás, a única coisa que não dá para usar o nome social por enquanto é na emissão de
1429 passagem aérea. Você sabe melhor do que eu esses problemas.

1430

1431 **A Sra. Fernanda Benvenuti (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais,**
1432 **Travestis e Transexuais – ABGLT)** – Eu estou falando nesse caso que o ministro leu
1433 por que estava escrito lá. Se estivesse escrito lá, nome social, Fernanda Benvenuti teria
1434 sido anunciado Fernanda Benvenuti.

1435

1436 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Tudo bem, mas no termo de
1437 posse está o nome da entidade e a pessoa assina e não tinha a lista. Eu peguei a portaria e
1438 para justificar a emissão de passagem aérea na portaria, então demos a portaria para o
1439 ministro ler. Acho que é a única situação, afora isso não tem outra situação, a meu ver,
1440 que haja necessidade, será sempre tratada pelo nome social.

1441

1442 **O SR. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) -**
1443 Alex, também é uma questão de correção de nome. Eu havia pedido logo que eu entrei,
1444 eu corriji duas listas e informei à Cíntia e outras pessoas e não foi corrigido. O ministro
1445 leu meu nome errado. O meu nome não é Washington Ferreira, meu nome é Washington
1446 França da Silva.

1447

1448 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – No improviso, eu peguei a
1449 portaria, confeccionada antes de você fazer essa reivindicação, eu leu a portaria aqui
1450 correndo por isso foi lido errado, certamente, será feita a correção de nome. Terá que
1451 republicar, com certeza. Até porque ainda há cargos vagos ainda e na nova portaria sai a
1452 retificação. Mais algum questionamento? A doutora Isabel está trazendo também uma
1453 publicação do Depaid a respeito das pesquisas que foram feitas recentemente e vai
1454 distribuir a vocês. Eu peço só mais uns minutos para fechar. A secretária vai fazer o
1455 último pronunciamento de hoje, até para saber como serão encaminhados os trabalhos
1456 amanhã.

1457

1458 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
1459 **Pública – Presidente do CONASP)** – Bom, o Alex está me informando que amanhã às
1460 9 horas o conselho se reúne. Nós teremos a apresentação do SUSP e do Sinesp. Eu devo
1461 chegar aqui lá pelas 10 horas, eu tenho uma reunião às 9, enquanto isso os senhores
1462 então ouvirão a apresentação dos técnicos. Quando for falado o SUSP, seria interessante
1463 que os senhores mesmos como conselheiros dissessem também a parceria que está sendo
1464 firmada entre o Fórum Brasileiro. O Fórum Brasileiro foi convidado pelo deputado
1465 Efraim Filho que é quem está relatando o projeto, convidado a auxiliar na formatação, e
1466 a Senasp junto com o Fórum Brasileiro. E o Conasp queremos junto também para fazer
1467 um bem bolado. Seria importante que já se posicionasse, coronel, o que o Fórum
1468 também está pensado e como está pensado. Eu chegando, se precisar, também
1469 complemento alguma coisa para além daquilo que os técnicos falarem. E o Sinesp seria
1470 interessante não só aqueles que não tiveram contato ainda com o sistema terem contato,
1471 e aqueles que já tiveram saber em que situação que se encontra hoje. É um processo
1472 muito complexo, mas hoje já é possível extrair relatório quase que em tempo real de
1473 números. O que precisamos é articulação com os estados de uma forma maior para que
1474 seja alimentado. E a partir de agora os convênios assinados com os estados e com os
1475 municípios não mais permitirão o repasse de recursos se o estado não alimentar
1476 corretamente o sistema. Então, nós vamos ter aí uma forma de coerção, a lei foi
1477 aprovada o ano passado e os próximos convênios já entram já com essa formatação.
1478 Agradeço aos senhores e senhoras a presença novamente, e dizer que estamos à
1479 disposição. Victória você não havia chegado ainda, mas a Fernanda estava aqui, nós
1480 também precisamos marcar uma apresentação do Juventude Viva para dizer o outro lado
1481 do Brasil Mais Seguro. O Brasil Mais Seguro tem um viés muito fixado no fluxo da
1482 segurança pública, o sistema judiciário e o sistema prisional, mas sabemos que se não
1483 tivermos uma sustentação nas políticas sociais, principalmente, aos jovens numa
1484 perspectiva, nós não teremos resultado, porque estaríamos sempre tratando aquilo que já
1485 aconteceu. E o que nós queremos é a prevenção para que não aconteça o crime, porque
1486 ele é muito maior do que qualquer outra coisa. Era isso, muito obrigada a todos e até
1487 amanhã.

1488

1489

05/04/2013

1490

MANHÃ

1491

1492 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Então, abrindo os trabalhos
1493 aqui. Às 9 horas não havia quórum regimental para dar início à reunião e agora, na
1494 segunda chamada, então, há quórum regimental. Agora já está todo mundo empossado,
1495 então, nós podemos abrir a 1ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança
1496 Pública. Começando com alguns informes. Algumas pessoas estavam ausentes ontem à
1497 tarde, por razões individuais. Houve a posse formal, por parte do ministro da Justiça. Ele
1498 simplesmente leu o nome de todos os conselheiros que estavam na portaria. Algumas
1499 pessoas assinaram o termo de posse, e os que não estavam ainda não. Então, a posse, na
1500 verdade, ela fica convalidada, já foi dada pelo ministro e está no aguardo de os
1501 conselheiros que ainda não assinaram o Termo de Posse que o assinem. A Cíntia vai
1502 passar o termo de posse para assinatura daqueles que não assinaram ontem. A presidente
1503 do conselho, a dr^a Regina Miki, ela tem outra reunião hoje de manhã e disse que,
1504 segundo a programação, ela viria às 10h30. Então, a partir das 10h30, nós vamos ter aqui
1505 a presença da presidenta. O que estava agendado para hoje seria, como nós dissemos, as
1506 apresentações a respeito do SUSP e do Sinesp. A do SUSP, cuja minuta do decreto-lei
1507 que está em tramitação no Congresso Nacional, foi distribuída ontem. Nós vamos ter
1508 uma apresentação aqui por parte dos conselheiros do Fórum. A ideia é que busquemos
1509 uma agenda propositiva para o Conselho Nacional de Segurança Pública e essa agenda
1510 propositiva começaria com esses assuntos que são prioritários hoje para a Senasp, que
1511 são mais urgentes e que estão, realmente, em evidência no cenário nacional. Temos essa
1512 programação, com a chegada da secretária, às 10h30, também para assumir a condução
1513 dos trabalhos. Até lá, existe uma lacuna legal, porque, ontem, não havia problema da
1514 Secretaria Executiva conduzir os trabalhos porque ninguém estava empossado ainda, e
1515 também por que não era uma plenária oficial ainda. Eram apenas os informes, a
1516 informação das regras do Conselho e assuntos dessa natureza. Hoje, já como
1517 Reunião Ordinária, como plenária *oficial*, é uma lacuna, porque na ausência da
1518 presidente quem conduz os trabalhos é o vice-presidente. Não houve uma nomeação de
1519 vice-presidente para este mandato. Há o vice-presidente do mandato anterior, que é o
1520 conselheiro Almir, que está aqui do lado, e não houve ato formal de destituição do

1521 conselheiro Almir na condição de vice-presidente. Lembro que o cargo de presidente e
1522 vice-presidente não está sujeito à limitação de dois anos, pelo máximo de dois anos,
1523 conforme o parecer da Conjur, porque o texto do decreto fala apenas que os conselheiros
1524 deverão ficar no máximo dois anos, mas não estende ao presidente, vice-presidente e
1525 secretário-executivo. Então, há essa lacuna. Pelo meu entendimento, acho que o senhor
1526 Almir poderia continuar porque ele ainda é o vice-presidente. Então, até segunda ordem,
1527 até que haja uma definição, provisoriamente, até buscar um entendimento, talvez da
1528 Consultoria Jurídica, o senhor Almir possa, pelo menos, fazer compartilhadamente aqui
1529 a presidência.

1530

1531 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Então, agradecer a
1532 oportunidade do reconhecimento ainda da vacância, mas que está ainda sobre essas
1533 questões. Como nós precisamos trabalhar, eu perguntaria a Alex se os apresentadores do
1534 Sinesp e do SUSP já estão presentes.

1535

1536 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Não. Do Sinesp, o Rogério
1537 chegará às 10h30, e os do SUSP, o conselheiro Washington já está presente.

1538

1539 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Eu vou fazer uma
1540 proposta à Assembleia para facilitar tanto para a Secretaria, como para a secretária, e
1541 dará tempo de verificar tanto a questão do SUSP e do Sinesp. Nós temos duas tarefas
1542 importantes para fazer e nós podemos deliberar agora. É a escolha da Mesa Diretora, um
1543 de cada segmento, e a Comissão de Ética. Eu sugeriria, Alex, que nós pudéssemos, neste
1544 trabalho agora, nós daríamos 10 minutos a cada segmento. Nós poderíamos colocar a
1545 inversão de pauta, porque nós já tratávamos dessa questão, se formos esperar até 10h30,
1546 vamos perder tempo. Então, nós podemos aprovar essa inversão e já ir para a aprovação.

1547

1548 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Só uma coisa. Como estava
1549 marcado no calendário na parte da tarde, talvez muita gente venha na parte da tarde
1550 contando com isso.

1551

1552 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos**
1553 **Periciais do Brasil)** – Bom- dia a todos. Inicialmente, parabenizar o companheiro Almir
1554 pelo trabalho que ele desenvolveu como vice-presidente na gestão anterior, e será uma
1555 honra tê-lo novamente, nem que seja provisório como nosso vice-presidente. Eu acho,
1556 Alex, que podemos inverter pauta. E a questão do compromisso, o compromisso é dos
1557 dois dias. Não podemos estar preocupados com quem não esteja presente. Nós temos
1558 que estar preocupados conosco que estamos presentes. A convocação não foi para hoje à
1559 tarde. A convocação foi para ontem e hoje, nos quatro 4 turnos. Eu quero só me
1560 manifestar favorável à proposta de Almir, nós invertermos a pauta para ganharmos
1561 tempo, senão vamos ficar como ontem, o dia inteiro perdendo o nosso tempo. Que nós
1562 possamos fazer logo a eleição dos membros da Mesa, como também da Comissão de
1563 Ética. Esse é o nosso voto declarado.

1564

1565 **A Sra. Josiane Gamba (Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH)** - Não
1566 é necessariamente sobre esse assunto, embora eu queira fazer uma ressalva com relação
1567 ao meu entendimento. Concordo plenamente que nós temos que tocar o trabalho, mas,
1568 assim, não há cláusula de barreira com relação a dois anos, no final de contas há porque
1569 dois anos é o máximo que um conselheiro passa aqui, e querendo ou não, presidente e
1570 vice-presidente têm que ser conselheiro. Mas, na verdade, eu me inscrevi porque somos
1571 portadores de uma reivindicação, de uma solicitação de várias entidades e órgãos de
1572 Pernambuco, e nós queremos encaminhar à Mesa para, em momento oportuno, ser lido.
1573 Era isso. Obrigada.

1574

1575 **O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística)** – Bom-dia a
1576 todos. Eu quero aqui colaborar com a fala do conselheiro Humberto, e também
1577 lembrando que agora à tarde alguns conselheiros que já estão indo embora. Então,
1578 antecipar essa pauta para agora de manhã, neste momento, eu acho que seria oportuno
1579 para nós já definirmos a Mesa. E também parabenizar o Almir pelo trabalho que ele
1580 conduziu no ano passado e desejar sucesso nesse período que você esteja à frente,
1581 juntamente com o Alex.

1582

1583 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Só fazer um esclarecimento à
1584 conselheira Josiane. Na verdade, o presidente e o vice-presidente não precisam,
1585 necessariamente, serem conselheiros. Inclusive, pelo entendimento da Conjur, da
1586 Consultoria Jurídica, quando um conselheiro é nomeado a presidente ou vice, ele deixa
1587 de ser conselheiro. O cargo fica vago e a entidade pode nomear outro para o local.
1588 *(Intervenção fora do microfone)*. Inclusive, é por essa razão que o senhor Almir está
1589 aqui. *(Intervenção fora do microfone)*, mas a dr^a Regina, por exemplo, não é conselheira.
1590 Ela é presidente do colegiado. Atualmente, ela não é conselheira de nenhuma entidade.
1591 Ela é só presidenta. O senhor Almir, inclusive, ele está aqui hoje, porque do tempo em
1592 que ele foi vice-presidente, não contou o prazo dele como vice-presidente. Se tivesse
1593 contado, ele não poderia estar aqui hoje como conselheiro. O decreto é omissivo mesmo.
1594 O parecer da Consultoria Jurídica está aqui que fala sobre isso.

1595

1596 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Bom-dia a
1597 todos e todas. Muito brevemente, só no sentido de nós tentarmos chegar a um consenso
1598 em relação a questões mínimas para que nós possamos, efetivamente, nestes dois dias,
1599 termos, pelo menos, um turno ou dois de trabalho efetivo. Porque, ao longo do dia de
1600 ontem, o Conasp ficou, efetivamente, e é compreensível para as questões formais,
1601 aguardando a agenda do ministro e da secretária Nacional de Segurança. Parece-nos que
1602 essa não deve ser a posição do dia de hoje. Então, concordando com a proposição da
1603 vice-presidência, a importância de que nós aperfeiçoemos a pauta. Inclusive, que a
1604 assistência possa, esses assuntos que são encaminhados como pauta, lançar para a
1605 Assembleia no centro da discussão. Coloque o ponto sugerido pelo Almir, vamos votar
1606 se é isso ou não. Caso contrário, nós ficamos em uma discussão de proceduralismos e
1607 filigranas que não nos levam à questão programática central. Daqui a pouco passaremos
1608 mais um dia inteiro questionando se a lei tem legitimidade ou não, se essa interpretação,
1609 que me parece esdrúxula, da Conjur, está correto ou não. Vamos colocar isso na pauta e
1610 ao final nós discutiremos. Nós precisamos ter um pouco mais de assertividade, até
1611 porque nós representamos coletivos, associações e entidades, e vamos ser cobrados no
1612 nosso retorno em relação ao resultado desta reunião. Até o momento, a nossa falta de
1613 tomada de decisão tático-operacional, para usar um termo da segurança, me parece que
1614 está tornando a reunião, no mínimo, ineficaz, como parte da crítica que nós temos do

1615 próprio sistema de segurança. Então, concordando com a vice-presidência, eu acho que
1616 nós precisamos otimizar, inverter a pauta, e vamos para os próximos temas. Lancemos
1617 no centro e vamos discutindo ponto a ponto, para nós podermos avançar. Obrigado.

1618

1619 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Então, nós podemos
1620 colocar a pauta, como sugeriu e facilitar o trabalho da Secretaria que fez esta pauta
1621 porque não tinha nada para ser decidido e nem tinha condições dos conselheiros decidir.
1622 Nós já estamos nessa condição. Agradecer o trabalho do Alex porque não é fácil essa
1623 transição. E este Plenário que tem o poder de decidir qual a pauta vai trabalhar, e sempre
1624 foi assim, é uma tradição. Mas, nós estamos querendo aproveitar o tempo, porque os
1625 apresentadores não estão aqui para apresentar agora. Então, não vamos ficar aqui
1626 esperando. Vamos aproveitar o quórum que está aqui, para facilitar para o próprio
1627 conselho, as decisões mais sugeridas que eram da Mesa e da Comissão, se houver
1628 consenso, nós paramos por dez minutos, os segmentos se reúnem para fazer a escolha da
1629 Mesa Diretora e da Comissão de Ética. Algum conselheiro que vai fazer o uso da
1630 palavra?

1631

1632 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Então, eu acho que pode parar,
1633 até para os segmentos conversarem. Mas, não sei se os segmentos poderão definir agora
1634 em 10 minutos, por exemplo, em cada segmento, há quórum suficiente ou legitimidade.
1635 Não há quórum legal, mas legitimidade pode ser que tenha aí 2, 3, 4 de um segmento,
1636 mas talvez eles não tenham legitimidade para definir sozinhos.

1637

1638 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Bom, a Plenária é
1639 quem decide. E os segmentos estão aqui reunidos. Eu acho que nós podemos fazer
1640 exatamente isso. Decidir se vamos parar por 10 minutos para poder eleger a Mesa
1641 Diretora e a Comissão de Ética. Já estamos trabalhando. E aí seguir a pauta. Não vai dar
1642 tempo para seguir a pauta que foi sugerida pela Secretaria. Eu acho que não.

1643

1644 **A Sra. Petra Sílvia Pfaller (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC)** – Bom-dia. Eu
1645 queria pedir um esclarecimento. Eu não tenho regimento aqui em mãos. A secretária,
1646 ontem, a Regina, ela lançou uma ideia de a Mesa Diretora seria um tempo de três meses.

1647 A minha pergunta, isso é real? Ou o mandato é automaticamente dois anos? Eu,
1648 pessoalmente, não concordo com três meses. Achei interessante, talvez, uns seis meses.
1649 Mas, o regimento prevê isso? Quanto tempo é o mandato? Obrigada.

1650

1651 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Não, na verdade, o Regimento
1652 não prevê prazo de mandato para a Mesa Diretora ou Conselho de Ética. Ele seria eleito,
1653 em tese, a plenária pode destituir a pessoa. Não existe um mandato. O que ela propôs é
1654 um arranjo, vamos dizer assim, informal, entre os conselheiros. Assim como têm
1655 algumas entidades que fazem a representação compartilhada, entre suplente e titular que
1656 se alternam, que também talvez pudesse ser feito isso nas comissões e conselhos, que
1657 houvesse essa alternância. Havendo acordo, não é obrigatório. Caso algum segmento
1658 entenda que tal pessoa tenha que ficar os 2 anos, é perfeitamente possível. Mas, às vezes,
1659 para haver entendimento, consenso, e até uma participação maior, fosse interessante
1660 fazer isso. Mas, essa decisão fica a cargo dos conselheiros de cada segmento.

1661

1662 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (GRANDE ORIENTE DO BRASIL)** –
1663 Obrigado, conselheira.

1664

1665 **O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papioscopia e**
1666 **Identificação – FENAPPI)** - Eu quero só concordar com a proposta do Almir. Eu acho
1667 que é definir aqui, então, quem concorda ou não com esse encaminhamento, na verdade,
1668 em relação à formação da Mesa Diretora, que eu considero básico para nós começarmos
1669 os trabalhos. Só reiterando a importância desse momento.

1670

1671 **O Sr. José Roberto Bellintani (Instituto São Paulo contra Violência)** - Eu queria só
1672 propor, inclusive em função da fala da conselheira, que nós consensuássemos esse tempo
1673 para decidir, e já um prazo de alternância que poderia ser 6 meses também. Eu acho que
1674 aí acomoda. Quer dizer, os outros que não estão aqui terão chances daqui a seis meses de
1675 estarem compondo a Mesa Diretora, para podermos, numa tacada só, decidir as duas
1676 coisas: uma parar para deliberar, e o prazo de 6 meses.

1677

1678 **A Sra. Patrícia Lucy Machado Couto (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia –**
1679 **FNOP)** - A sugestão é que nós fizéssemos, então, uma conferência de quórum. Se
1680 pudesse identificar os três segmentos para termos já o número das pessoas, para nós
1681 levarmos adiante já esta proposta.

1682

1683 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – A deliberação da
1684 plenária não depende da formação de cada segmento. Nós precisamos de 16 conselheiros
1685 de qualquer segmento. O Conasp não pode ficar dependendo do quórum de cada
1686 segmento. Não pode. Isso não tem regra. A nossa regra aqui é 16, mais um. São 16.
1687 Quinze, mais um. Se tivermos 16 conselheiros aqui que podem votar, já há Plenária.

1688

1689 **A Sra. Patrícia Lucy Machado Couto (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia –**
1690 **FNOP)** - Só um esclarecimento. De qualquer sorte, muitos aqui são novos.

1691

1692 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** - Sem dúvida.

1693

1694 **A Sra. Patrícia Lucy Machado Couto (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia –**
1695 **FNOP)** - Eu gostaria de saber dos conselheiros, quem é quem. Exatamente.

1696

1697 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Quer fazer
1698 apresentação? Quem é representante do Governo, levante a mão, gestores públicos.
1699 Cinco, estão aqui presentes. Trabalhadores? Ok. Sociedade civil? Todos eles, a maioria.
1700 E os convidados? O suplente não é convidado, convidado é o Senado, o CNMP. Então,
1701 nós já podemos deliberar. Depois da palavra do Willy, nós vamos para a deliberação.

1702

1703 **O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE)** –
1704 Bom-dia a todas e todos. Só uma questão de esclarecimento: as vagas, tanto do
1705 Executivo quanto do Comitê de Ética, é da entidade, ou é do conselheiro? Na verdade,
1706 nós não tivemos acesso ao material.

1707

1708 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Nesse caso como é
1709 omissis, se for conselheiro ele está representando a entidade. Então, é a entidade que vai
1710 estar, e o conselheiro representando. Acho que é omissis.

1711

1712 **O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE)** –
1713 A minha dúvida é a seguinte, por exemplo, várias entidades aqui têm titulares e
1714 suplentes. Então, na falta do titular, o suplente assume? É basicamente isso que eu quero
1715 saber. Como é que fica essa situação da substituição.

1716

1717 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – A Mesa Diretora
1718 pode ter o titular e o suplente. Nós podemos escolher agora.

1719

1720 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** - Não. A prática, como foi na
1721 gestão anterior, é que a Mesa tinha o representante do segmento, e o suplente desse
1722 representante. Então, ele pode ser representante de uma entidade, na sociedade civil, e a
1723 outra entidade indica o suplente. Então, essa outra entidade é o suplente desse. Se esse
1724 aqui faltar, não é o suplente dessa aqui. É o suplente para efeito de Mesa. Então, uma
1725 entidade, um titular é titular na mesa, e outro conselheiro titular é suplente na Mesa.
1726 Então, quem substitui o conselheiro titular da Mesa é o suplente da Mesa, que é outro
1727 titular, de outra entidade.

1728

1729 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Então, vamos
1730 escolher. Então, consenso? Precisa votação para que nós possamos ter 10 minutos, e
1731 depois voltamos para eleger a Mesa Diretora? Há consenso? Então, 10 minutos para nós
1732 nos reunimos e voltarmos com votação na Plenária. Bom, o segmento da sociedade civil
1733 já fez as suas escolhas. Chegou a um consenso. E o segmento dos trabalhadores chegou
1734 a um consenso? Há consenso. Acredito que nós agora vamos apresentar o consenso para
1735 que a Plenária aprove ou não. Os trabalhadores podem apresentar o consenso? Para a
1736 Mesa Diretora, titular.

1737

1738 **O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística)** – Ficou o
1739 Denilson e o Alberto Koptittke como suplente. Denilson como titular no primeiro ano, e
1740 o suplente ficou a ABC para o segundo ano, o Godoy, e aí inverte para o segundo ano.

1741

1742 **O Sr. P Queiróz (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais -**
1743 **Anaspra)** - Ficou bem consignada a nossa proposta? O senhor compreendeu? Um ano e
1744 alternância posterior entre titular e vice mesmo.

1745

1746 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Aqui vai ter outro
1747 procedimento. Mas, foi entendido. Depois vocês vão falar sobre a escolha da Comissão
1748 de Ética. Eduardo.

1749

1750 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)**– Então, pela
1751 Sociedade Civil, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, eu represento a sociedade na
1752 Mesa Diretora nos primeiros seis meses. Depois, Willy Silva, Fórum Nacional da
1753 Juventude Negra, a segunda metade desse primeiro ano. E nós vamos deliberar em
1754 relação ao próximo ano novamente, potencializando a renovação da representação da
1755 sociedade civil na Mesa Diretora.

1756

1757 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Então, ficou Eduardo
1758 Pasinato como titular, e Willy Miranda na suplência. Agora os gestores.

1759

1760 **O Sr. Kléber Luiz da Silva Júnior (Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil –**
1761 **CONCPC)** - O segmento de Gestores acordou que haverá um revezamento semestral, e
1762 nessa ordem, assume, primeiramente, o conselheiro Humberto Pontes, e na sequência,
1763 eu. No terceiro semestre a doutora Patrícia, salvo engano, e posteriormente, o coronel
1764 (*microfonia*). Eu acho que o suplente poderia ficar na ordem.

1765

1766 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – O Humberto, aí você é o
1767 suplente do Humberto.

1768

1769 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – A flexibilidade
1770 permite essa complexidade. Então, o dos trabalhadores, com um ano, revezando, um
1771 sendo suplente do outro. A sociedade civil escolheu dois, a cada 6 meses muda, e para o
1772 ano nós deliberamos novamente a questão do representante da Mesa. E os gestores,
1773 colocou Humberto, conselheiro Kléber, doutora Patrícia. Nós podemos chamar de
1774 conselheira Patrícia? Tudo bem? E o conselheiro Atair. Cada um tendo seis meses. Um
1775 suplente do outro. Ou seja, Kleber suplente de Humberto; Patrícia suplente de Kléber;
1776 Atair suplente de Patrícia. Obrigado. Estamos aptos para aprovação? Há consenso?
1777 Então, foi aprovado por consenso. Passamos, agora, a palavra à presidente do nosso
1778 trabalho, dr^a Regina Miki. Sim. O Conselho de Ética, na sociedade civil, nós
1779 apresentamos o nome do Pedro Bicalho. O suplente, Fernanda Benvenuti. Gestores,
1780 Comissão de Ética? Doutora Patrícia e Kléber. Trabalhadores, Comissão de Ética?

1781

1782 **O Sr. Não Identificado** - O conselheiro Coutinho, dos agentes penitenciários, será o
1783 nosso representante no Conselho de Ética.

1784

1785 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Coutinho. E o
1786 suplente?

1787

1788 **O Sr. Não Identificado** - P. Queiróz.

1789

1790 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Estamos aptos a
1791 aprovar a Comissão de Ética, os nomes indicados? Há consenso? Por consenso, foi
1792 aprovado, também, os conselheiros da Comissão de Ética.

1793

1794 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
1795 **Pública – Presidente do CONASP)** – Bom-dia a todos e todas novamente. Vamos lá.
1796 Aprovada a Comissão de Ética e a Mesa Diretora? Excelente. Então, nós podemos
1797 passar para a pauta ordinária, não é? Apresentação? O Rogério está aqui.

1798

1799 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Na verdade, são duas
1800 apresentações. Eu acho que uma do conselheiro, que eu acredito, pode ser que vocês

1801 tenham disponibilidade, talvez, à tarde, vocês vão estar aqui. O Rogério só tem
1802 disponibilidade de manhã para fazer a apresentação do Sinesp. Então, eu acho que nós
1803 poderíamos começar com a dele. Até porque a do SUSP teria que ter a introdução, como
1804 você mesmo colocou, o que demandaria mais tempo.

1805

1806 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
1807 **Pública – Presidente do CONASP)** – O Rogério esteve ontem na Fiesp fazendo
1808 apresentação do Sinesp, e hoje à tarde nós estaremos integrando o banco de dados da
1809 PRF ao Sinesp. O da PF já foi integrado, e hoje à tarde o banco de dados da PRF. E isso
1810 tem hora marcada, e tudo o mais. Eu pediria, então, ao Washington e ao Edu, que nós
1811 fizéssemos a apresentação do SUSP posterior ao Sinesp.

1812

1813 **O Sr. José Roberto Bellintani (Instituto São Paulo contra a Violência)** - Tranquilo. A
1814 nossa opinião é que talvez fosse interessante que fizesse uma retrospectiva sobre esta
1815 proposição do Executivo Federal do SUSP. E à tarde nós vamos fazer, então, uma fala
1816 de onde entra o fórum brasileiro com a comissão constituída a respeito...

1817

1818 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
1819 **Pública – Presidente do CONASP)** – Vamos deixar o Rogério fazer a apresentação.
1820 Antes de sairmos faremos essa retrospectiva. E aí à tarde nós faremos a apresentação.
1821 Vamos lá.

1822

1823 **O Sr. Rogério Bernardes Carneiro (Sinesp)** – Bom-dia a todos e a todas. Muitos aqui
1824 já viram algumas coisas que nós vamos falar aqui. Mas, até para alinhar a todos sobre os
1825 conceitos, sobre o que é o Sinesp, nós vamos falar novamente sobre o conceito, qual é a
1826 situação atual, aonde queremos chegar com o sistema, para que todos fiquem alinhados.
1827 Depois, também, temos muitas novidades, como a secretária disse, já tem alguma coisa
1828 pronta. Este mês nós já colocaremos o portal no ar, com as informações estatísticas de
1829 todas as polícias. A Polícia Federal já está integrada. E hoje à tarde nós já vamos iniciar
1830 o trabalho de integração, também, da Polícia Rodoviária Federal. O Sinesp nasceu para
1831 ser um portal de informações integradas, que vai possibilitar consultas, tanto da área
1832 operacional, investigativa, quanto estratégica, trazendo informações sobre drogas,

1833 segurança pública, justiça e sistema prisional. Isso sempre integrado, em parceria com os
1834 estados, com os entes federados. Nós sempre costumamos dizer, a Senasp não produz
1835 um dado. Todo dado produzido vem das instituições estaduais. Nós produzimos
1836 informação, conhecimento, tudo, mas a base de tudo é dos estados. Então, essa parceria,
1837 para nós, é essencial, fundamental para o sucesso do projeto. O Sinesp nasceu como
1838 principal objetivo subsidiar a realização de diagnóstico sobre criminalidade, a
1839 formulação e avaliação de políticas na área de segurança pública. Ontem, eu estava até lá
1840 contando para a secretária. A secretária tem uma frase que eu acho o máximo, que ontem
1841 eu falei, e o pessoal, todo mundo achou engraçado. Que hoje os números de segurança
1842 pública são imbatíveis, eles não batem nunca. Se você pega informações do Datasus,
1843 você vai achar um determinado dado. Se você pega na Segurança Pública, outro. Se você
1844 vai buscar até das instituições de segurança pública dentro dos estados, eles não batem.
1845 Ainda mais em nível nacional. Então, esse é um grande problema. Muitos aqui
1846 trabalham na área de segurança pública nos estados, sabem as dificuldades que vocês
1847 têm dentro do próprio estado. Imagina nós do Governo Federal. A secretária, quando ela
1848 está fazendo um planejamento estratégico, por exemplo, da Senasp, é muito difícil nós
1849 identificarmos quais são as verdadeiras necessidades dos estados, em que temos que
1850 investir, quanto temos que investir, e mais, qual a nossa meta. Os investimentos que
1851 estamos fazendo vão dar resultado ou não na área de segurança pública? Então, é muito
1852 difícil isso para nós. Nós não temos essas informações. Hoje a segurança pública,
1853 principalmente na área de homicídios, ela é pautada em cima de informações do
1854 Datasus, que não é informação interessante para nós. Ela é importante como uma
1855 informação para ser comparada, ser avaliada, mas ela não pode pautar as políticas de
1856 segurança pública, quando nós pegamos homicídios no Datasus, na verdade, não são
1857 homicídios. É morte violenta. Eles têm latrocínio, homicídio doloso, culposos. O local do
1858 fato, geralmente é o local onde a pessoa veio a falecer, hospital, e não realmente o local
1859 onde aconteceu o fato. Então, acaba sendo muito difícil para nós ter diagnósticos reais
1860 sobre segurança pública. Então, o Sinesp tem como principal objetivo isso. Além desse
1861 objetivo, óbvio, existem outros também. Mas esse é o que realmente pautou a
1862 necessidade de criação desse portal. O Sinesp foi instituído pela Lei nº 12.681, de 4 de
1863 julho de 2012, que foi um marco para nós. Porque, como nós colocamos antes, sem a
1864 participação dos entes federados não há informação. Não há essa condição de nós

1865 criamos as políticas na área de segurança pública. E, para isso, a lei veio forçando os
1866 estados, de certa forma, a encaminhar as informações para nós. O estado que não mandar
1867 o dado, ele não vai receber recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e nem do
1868 Fundo Penitenciário também. Aqui nós trazemos um modelo atual de como é o
1869 funcionamento, hoje, da parte de informações da área de segurança pública, que nós
1870 temos. Nós temos um sistema de estatística, onde temos ocorrências das polícias
1871 criminais da Polícia Civil e da Polícia Militar, onde esses dados são alimentados de
1872 forma manual, o que possibilita uma probabilidade muito grande de erros dessa
1873 digitação. O retrabalho nos estados já possui seus sistemas informatizados. Porque o
1874 estado, mesmo que ele tenha todas as informações que nós precisamos, dentro dessa
1875 base de dados, ele tem que redigitar isso para um novo formulário. Então, há muito
1876 trabalho nesse sentido. Há uma falta de ferramentas de análises dessas informações.
1877 Hoje, esse sistema atual, estatístico, ele foi criado em 2004, tem mais de 70 milhões de
1878 registros no banco de dados, sendo que nós não temos uma ferramenta para avaliar essas
1879 informações que estão lá dentro. Então, isso é uma grande dificuldade que nós temos,
1880 também, para até analisar a qualidade desse dado que está chegando para nós. E o
1881 principal, que realmente é o grande problema que temos hoje, é a falta de padronização
1882 das informações. Hoje cada unidade registra os seus dados de uma forma diferente. Nós
1883 temos formas de registrar até homicídios diferentemente. Então, existem estados que
1884 seguem exatamente o que está no Código Penal, outros não. Uns contam vítimas, outros
1885 contam ocorrências. Então, há uma dificuldade muito grande. Existem estados que nós
1886 conseguimos coletar informações das vítimas como idade, sexo, cor, raça, que é muito
1887 importante para as nossas políticas, e outros estados nós não temos essas informações.
1888 Então, essa falta de padronização é um grande problema hoje da qualidade da
1889 informação. E a parte operacional de inteligência, que é aquele policial que está na rua,
1890 que precisa de informações detalhadas, que é o Infoseg, que é o sistema que muitos
1891 conhecem. Infoseg tem alguns problemas também. A falta de evolução tecnológica dos
1892 últimos anos. A última vez que ele passou por um processo de evolução tecnológica foi
1893 em 2006 para 2007. De lá para cá, muita coisa mudou. Também tem uma ausência de
1894 ferramentas gerenciais. Então, a secretária e o nosso chefe de gabinete cobram muito
1895 isso. “Olha, eu quero saber quantos mandados de prisão têm. Quantos foram cumpridos?
1896 Quantos veículos furtados? Quantos foram recuperados? Quais são as informações mais

1897 acessadas? Qual o usuário que mais acessa? Qual o estado que mais utiliza? Qual o
1898 perfil desses usuários?” Nós não temos essas informações também. Uma falta de
1899 controle da qualidade da informação enviada, nós exigimos dos estados o envio dessas
1900 informações, mas nós não estamos preocupados como está a qualidade dessa informação
1901 que está chegando para nós. Então, hoje, se formos analisar como está a situação do
1902 Infoseg, nós vamos dizer para os senhores: “Olha, são 25 estados da Federação
1903 alimentando o Infoseg”. Mas, ele está sendo alimentado como? Nós não sabemos. Eu sei
1904 que está vindo o mandado de prisão. Mas, eu não sei se o mandado de prisão que está
1905 vindo, realmente, são todos, ou é apenas uma parte da base de dados. Então, nós não
1906 temos condição de avaliar, muito bem a qualidade dessa informação. E outro problema,
1907 também, é a falta do instrumento legislativo para regulamentar o envio dos dados. Então,
1908 o Infoseg nunca teve, nunca na história do Infoseg, teve os 27 estados alimentando o
1909 Infoseg ao mesmo tempo. Sempre algum estado para de alimentar, outros voltam a
1910 alimentar. E essa falta de regulamentação que obrigue os estados a alimentarem, também
1911 foi algo que trouxe grandes problemas. E aqui já é o modelo proposto do portal Sinesp.
1912 É trazer essas informações para dentro de um mesmo portal, onde nós trabalhamos com
1913 três perfis diferenciados: um perfil estratégico, um operacional e um de inteligência.
1914 Onde o estratégico vai analisar mais informações estatísticas, análise criminal, relatórios,
1915 etc. O operacional é mais voltado para aquele policial que está na ponta, na rua mesmo e
1916 que precisa da informação se sim ou não, uma informação mais direta, mais rápida. E o
1917 de inteligência, que eu vou trabalhar com dados mais detalhados, e trazendo outras
1918 ferramentas de inteligência, também, integrado a esse portal. Outra coisa que a secretária
1919 fala, quando nós mostramos esse desenho para ela, ela falou, “Parece um lego”, eu disse:
1920 “É exatamente isso, um lego”. A ideia é essa. Inclusive, nós falamos de sistemas que
1921 nem existem ainda. Nós estamos falando de RIC aqui, estamos falando do Sisbala, de
1922 alguns sistemas que ainda estão sendo construídos. Por que disso? Porque nós queremos
1923 deixar claro que a partir do momento que os agentes de segurança pública, os servidores
1924 da área de segurança pública, ou dos órgãos conveniados que acessam o sistema, eles
1925 identificarem que eu preciso de informação nova, essa informação pode ser trazida para
1926 o Sinesp. Ele está preparado para receber isso. Nós temos feito muitas apresentações, e o
1927 pessoal da área de inteligência, em todos os lugares que nós fomos, todos foram
1928 unânimes: “Olha, nós precisamos muito da informação da Previdência Social. É uma

1929 informação importante. Dados detalhados. Informação confiável”. Na outra semana, a
1930 secretária falou com o secretário executivo lá, dr. Carlos Gabas, da Previdência Social, e
1931 ele já abriu o banco de dados da Previdência Social para nós. Porque quando o Sinesp
1932 for para uma análise de inteligência, a Previdência vai estar aqui dentro. Então, é isso
1933 mesmo. O Ministério de Trabalho e Emprego é uma informação importante para nós? É.
1934 Então, vamos trazê-la aqui para dentro. A infraestrutura do sistema está preparada para
1935 receber qualquer tipo de informação em qualquer tempo. Bom, para atingir tudo isso que
1936 nós falamos, para se ter realmente esse portal com essas informações confiáveis, nós
1937 dividimos o projeto em três grandes áreas de atuação: uma de nível estratégico, uma
1938 metodológica, e uma tecnológica. Onde a parte no estratégico é aquilo que nós falamos.
1939 Sem os estados, sem os parceiros, não existe Sinesp. Então, a parte mais importante,
1940 realmente, são os estados, são os entes federados. Então, precisa realmente existir essa
1941 pactuação com os parceiros do projeto. Então, isso já é um trabalho mais de nível
1942 estratégico. A secretária está conduzindo. Onde nós já estamos em contato com todos os
1943 secretários, em todas as reuniões nós falamos isso. A secretária cobra dos estados. Nós
1944 estamos ouvindo muitas necessidades dos estados também. Então, essa pactuação é
1945 essencial para o sucesso do projeto. E a institucionalização do projeto, através da lei, foi
1946 uma grande vitória, também, que tornou obrigatório o envio dos dados. Como eu disse, o
1947 estado que não enviar os dados não tem recurso, e mais, ele não acessa também a
1948 informação. Então, muita gente diz: “Olha, mas tem estado da Federação que não precisa
1949 do dinheiro da Senasp”. Realmente. Mas ele precisa da informação dos outros estados. O
1950 crime não tem fronteira. Ainda mais falando de crime organizado. Ele atua em todos os
1951 lugares. Então, o estado que não precisa do recurso, com certeza ele precisa do dado, da
1952 informação do outro estado. E não seria justo que o estado que alimente o sistema, que
1953 tem todo um trabalho, realmente é uma mudança muito grande que nós estamos
1954 propondo aqui, vai trazer bastante trabalho para os estados, não é justo que o estado que
1955 faz a parte dele, outro estado tem acesso à informação dele, mas ele não consegue ter
1956 informação do outro. Então, isso também é algo que estamos prevendo. A construção
1957 da política e divulgação do compartilhamento dos dados. Vários secretários reclamam:
1958 “Olha, meu estado está colocado como que ele tem tanto de crime. Eu registro todos os
1959 homicídios. E eu sei que tem outros estados que não registram os homicídios. Tem
1960 estado que registra autos de resistência, outros encontro de cadáver, encontro de ossada,

1961 e aqui no meu estado eu sempre coloco homicídio. Eu conto vítima. Outro estado conta
1962 só ocorrências. Então, como vocês estão nos comparando?” E realmente eles têm razão
1963 nisso. Então nós vamos construir essa divulgação das informações em conjunto com os
1964 estados. Já estamos definindo, por exemplo, que para homicídio se conta vítima, não é
1965 ocorrência, não é o fato. Obviamente para outros crimes, por exemplo, furto, roubo. Isso
1966 até pode ser ocorrência mesmo. Porque para ação policial precisa mais da ocorrência.
1967 Mas, para homicídio tem que ser vítima. Então, nós já estamos definindo algumas
1968 questões para alinhar esse padrão e construir essa política de divulgação dos dados. E aí
1969 entra a parte mais importante do projeto, o cerne do projeto que a parte de definições
1970 metodológicas. Nós colocamos lá atrás. O grande problema nosso, hoje, é a falta de
1971 padronização desses dados. Então, para isso, já estamos desenvolvendo formulários
1972 padronizados de registro, onde nós garantimos os dados mínimos. Todos os estados terão
1973 que registrar os dados mínimos. Já padronizamos o Boletim de Ocorrência, TCO, o
1974 Atendimento de Despacho da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Este ano já
1975 começamos um trabalho para padronização dos inquéritos e os Autos de Prisão em
1976 Flagrante. Então, nós vamos garantir que o registro vai ser igual. Claro que nós estamos
1977 definindo os campos mínimos. Existem estados que vão registrar a mais. Mas, por
1978 exemplo, os dados da vítima precisam existir dentro do procedimento. Eu preciso ter
1979 idade, eu preciso ter sexo, preciso ter raça, preciso de filiação. Então, essas informações
1980 são muito importantes para a política. Então, nós já definimos isso junto com os estados.
1981 Repito, isso sempre em parceria com os estados. A Senasp não está obrigando os estados
1982 a fazerem nada. As reuniões que definimos os procedimentos já da Polícia Judiciária,
1983 foram definidos por eles mesmos. Nós estamos apenas mediando essas discussões.
1984 Definir o sistema classificatório, como eu disse. Têm estados que registram Autos de
1985 Resistência. Não, não pode. Tem que ser de acordo com o Código Penal. Então, essa é
1986 outra definição que já foi tomada, onde nós deixamos apenas duas exceções. Por que tem
1987 que ter exceção? Muitas vezes o policial, no momento do boletim de ocorrência, ele
1988 realmente não consegue tipificar. Chegou a um local, achou uma pessoa morta em cima
1989 de uma cama. Houve crime? Não houve crime? Qual que é a tipificação? Então, é muito
1990 difícil mesmo. Nós precisávamos deixar algo ali para o policial poder colocar. Mas,
1991 desde que fosse organizado, e que nós conseguíssemos comparar também. Então, nós
1992 definimos que vai ficar em aberto somente morte a esclarecer, com indício ou sem

1993 indício de violência. Mais nada. Então, nós organizamos também isso. Não sei, mas nós
1994 vamos ter condições de avaliar o estado que está aumentando morte não esclarecida e
1995 está diminuindo homicídios, por exemplo, porque nós vamos ter as duas informações, e
1996 vamos poder cobrar isso também. E, obviamente, lá no inquérito, vai ter que tipificar.
1997 Mas, por esse fato, nós tivemos que abrir essa exceção, mas também só essa. E não
1998 consideramos outros mais. Padronizar a unidade de medida, principalmente para
1999 apreensão de drogas, que é muito complexo, muito complicado na região de fronteira,
2000 principalmente. Nós temos alto índice de apreensão de drogas. Um coloca quilo, outro
2001 coloca papelote, outro coloca porção, outro coloca carga. Então, nós precisamos
2002 padronizar isso daí para conseguirmos ter essa comparação. Investir na qualificação do
2003 profissional que está na ponta. O dado nasce lá na ponta, naquele escrivão de polícia que
2004 está lá na delegacia, é no soldado que vai fazer o atendimento à ocorrência. Se ele não
2005 tiver consciência de que o dado que ele está incluindo vai servir, vai abalizar toda a
2006 política de segurança pública nacional, nada vai dar certo. Então, nós costumamos dizer
2007 o seguinte, entra lixo, sai lixo. Se ele não tiver a consciência que a informação que ele
2008 está colocando ali, na verdade, ele é a parte mais importante de todo esse processo.
2009 Porque da forma como nascer esse dado, é da forma como nós vamos analisar lá na
2010 frente. Então, isso é uma parte muito importante do projeto. E aí entra a parte da
2011 tecnologia da informação, que óbvio, não podia ficar de fora. Nós estamos falando de
2012 um número muito grande de informações. Então, nós precisamos ter sistemas
2013 informatizados para controlar isso, organizar tudo isso. Então, para que nós consigamos
2014 esse sucesso do projeto, nós estamos estruturando o Ministério da Justiça para dar todo o
2015 suporte ao projeto, integração dos sistemas existentes da rede Infoseg do Sinetjc (...).
2016 Muita gente tem perguntando, “Rogério, o Infoseg deixa de existir?” Não. A rede
2017 Infoseg continua existindo. O Infoseg, enquanto portal, para logar e fazer consulta, ele
2018 deixa de existir. Ele passa a ser, dentro do portal Sinesp, a aba operacional de
2019 inteligência. A informação detalhada do portal Sinesp vai estar lá dentro. Então, não vou
2020 mais logar com o Infoseg. Muita gente tem questionado, nos últimos dias, têm aparecido
2021 algumas reportagens sobre invasões à Infoseg e tudo, que, na verdade, não foi invasão.
2022 São usuários mesmo que vendem suas senhas e tudo. E nós, dentro do Sinesp, nós
2023 estamos tomando todas as providências para evitar o máximo disso acontecer. Então,
2024 estamos investindo muito em ferramentas de segurança, controle de acesso e certificação

2025 digital, etc. Apoiar a estruturação tecnológica dos estados. Ora, se eu estou falando que a
2026 parte mais importante do processo é o estado onde nasce o dado, não dá também para
2027 cobrarmos dos estados, principalmente estados que não têm condições de nos repassar
2028 isso. Então, estamos apoiando os estados. No ano passado, já liberamos R\$ 40 milhões
2029 para 15 estados. Este ano mais R\$ 40 milhões. E já tem um processo definido, nos
2030 próximos 5 anos, de investimento nos estados, sequencialmente, para que os estados não
2031 passem por momentos difíceis em relação à evolução tecnológica. Vamos desenvolver
2032 os sistemas de forma centralizada no Governo Federal. À frente, eu falarei um pouco
2033 mais sobre isso, mas nós chegamos à conclusão do seguinte, nós estamos em pleno 2013
2034 e eu tenho estados que ainda não têm um sistema de boletim de ocorrência
2035 informatizado, muitas vezes não dá para investirmos nesses estados. “Olha, vamos
2036 montar uma estrutura de tecnologia no estado”. Nós vamos lá, liberamos recursos,
2037 colocamos servidores, sala-cofre, monta uma estrutura maravilhosa. Daqui a um ano isso
2038 não vai estar mais funcionando, porque o estado não tem mais condições de manter. Ele
2039 não tem como custear aquilo. Ele não tem profissionais para trabalhar nessa área. Então,
2040 para esses estados, nós vamos dar toda a estrutura, ele precisa simplesmente acessar o
2041 sistema. Aqui, sim, o desenvolvimento da ferramenta de consulta, relatório, de
2042 processamento. A única coisa que nós vamos ver do Sinesp, praticamente, é esse último
2043 item. O resto tudo é o que vai construir esse sistema. Bom, aqui demonstramos como é
2044 que vai ser feita essa alimentação. A ideia é termos os dados em tempo real. É que o
2045 nível estratégico tenha um painel onde ele consiga ver exatamente o que está
2046 acontecendo, que a secretária consiga agir de forma antecipada, de verificar, ligar para o
2047 governador, para o secretário: “Olha, o índice de homicídios no seu estado está
2048 aumentando muito. Está precisando de algum apoio? Nós podemos fazer alguma coisa?
2049 Força Nacional? O que nós podemos fazer para auxiliar, para que não atinja números
2050 ruins no futuro?” Então, nós precisamos agir com antecipação. E, para isso, nós
2051 precisamos da informação em tempo real. Aqui alguns exemplos de painéis gerenciais.
2052 Muita gente questiona: “Isso vai servir só para quem está lá dentro da sala, do ar
2053 condicionado, da secretária, do secretário, do governador, do comandante, delegado-
2054 geral”. Não. Nós falamos em nível estratégico. Na área que eu atuo, por exemplo, um
2055 sargento, que é comandante de um pelotão numa cidadezinha lá do interior, ele é um
2056 nível estratégico naquela região. Então, ele vai enxergar o que está acontecendo na

2057 região dele. Ele vai conseguir ver tudo que está acontecendo e direcionar, inclusive, as
2058 suas ações diretamente no que realmente está acontecendo, no horário que está
2059 acontecendo. Bom, aqui é aquele desenho que eu falei para vocês, onde nós temos aqui
2060 dois exemplos. Nós temos um exemplo de um estado que eu tenho todos os sistemas
2061 informatizados. Esse estado tem lá o Boletim de Ocorrência, Auto de Prisão em
2062 Flagrante, Inquérito, Atendimento de Despacho, todos os meus sistemas de segurança
2063 pública são informatizados, estão dentro do padrão tecnológico definido junto com a
2064 Senasp, e todas as minhas ocorrências estão no meu banco de dados. Simplesmente,
2065 vamos à base de dados dele e buscamos essa informação aqui para dentro. Não precisa
2066 fazer mais nada esse estado. Fazemos tudo, inclusive mandamos até o profissional lá
2067 para fazer isso para ele, para alimentar a base nacional. Para aquele estado que ainda não
2068 tem sistema, ele simplesmente vai precisar de um computador e de acesso à internet. E
2069 ele já vai acessar o sistema, que vai estar todo mantido aqui no Governo Federal. Ele não
2070 precisa ter estrutura nenhuma lá. E mais, o sistema que nós vamos desenvolver, ele vai
2071 funcionar de forma *off-line*. Qual a grande dificuldade dos estados hoje? Os *links* de
2072 comunicação são muito caros. Eu estive no Piauí, por exemplo, um *link* de 128K. Na
2073 nossa casa, nós temos internet de 10 megas, 15 megas e paga R\$ 49,90 por mês. Um *link*
2074 de 128K custa R\$ 1.200,00 reais no Piauí. Por que ele precisa de um *link* de 128K a esse
2075 preço? Porque o *link* é dedicado. Ele precisa que o *link* funcione 100% do tempo. Porque
2076 o sistema dele é *web*. Depende totalmente do *link*. Se o *link* cair, eu não consigo fazer os
2077 meus registros. Não consigo despachar uma viatura para um acidente de trânsito, por
2078 exemplo. Então, ele é totalmente dependente do *link*. E o *link* é caro desse jeito por que a
2079 operadora dá garantia de que vai funcionar 100% do tempo. Então, o custo para a
2080 operadora foi muito alto também. Quando o sistema é um sistema que vai funcionar *off-*
2081 *line*, ele pode contratar essa internet que temos em nossa casa. Cidadezinha no interior,
2082 qualquer delegacia que o delegado pedir para o prefeito, o prefeito coloca DSL para ele
2083 lá de graça. “Rogério, a DSL caiu. Vai ficar fora do ar”. Não tem problema. O sistema
2084 vai continuar funcionando do mesmo jeito. Quando a internet voltar, eu atualizo a base
2085 de dados nacional. Isso aqui vai trazer uma redução de custo muito grande, para muitos
2086 estados que não têm condições de custear esses *links* de comunicação. Aqui trazemos um
2087 exemplo dessas informações que vão estar dentro deste portal. As informações dos
2088 estados, do sistema estadual, inclusive, o sistema prisional. Aqui nós trazemos as

2089 informações dos sistemas que nós temos dentro da Senasp, dentro do Ministério da
2090 Justiça, já integrando todo o Ministério da Justiça. Aqui nós trazemos Secretaria
2091 Nacional de Combate às Drogas, Sistema Prisional. Hoje, o outro grande problema,
2092 todos os estados reclamam muito. Nós exigimos muito dos estados. Exige que os estados
2093 estejam integrados, que as polícias se falem, mas quando nós vamos dispor informação,
2094 geralmente nós não damos informação da Polícia Federal, não damos informação da
2095 Rodoviária Federal, do Sistema Prisional, e isso é um grande problema. Nós fizemos
2096 uma apresentação para o pessoal de fronteiras, todos eles falaram: “olha, eu quero saber
2097 a quantidade de drogas que a Polícia Federal apreende na minha região. Eu não sei. Eu
2098 só vejo pelo jornal”. Eles contam apreensão de drogas pelo jornal. Então, como a
2099 secretária disse, a base de dados da Polícia Federal já está dentro do Sinesp, inclusive,
2100 podemos até mostrar aqui depois, se a secretária permitir, não sei se a rede aqui vai
2101 acessar, porque está em um ambiente interno, não foi para produção ainda. E a da
2102 Rodoviária Federal também vai estar aqui dentro. Então hoje quando eu faço uma
2103 consulta no Infoseg, eu não tenho informação de fuga de presos. E essa informação nós
2104 temos dentro do Ministério da Justiça. Então, nós vamos garantir para todos que nós
2105 vamos fazer a nossa parte. E o Governo Federal como um todo. Não só o Ministério da
2106 Justiça. Porque é um projeto prioritário da Presidência. Então, nós já vamos estar
2107 integrados com o Datasus, Previdência Social, Planejamento, e outros órgãos do
2108 Governo Federal. Aqui nós já temos algumas datas para todos ficarem alinhados. Então,
2109 no dia 30 de abril, nós já colocamos em produção os relatórios do sistema atual. Então, o
2110 portal já vai estar publicado. O portal já para acesso. Nós, por enquanto, no início,
2111 vamos liberar para os analistas criminais dos estados, gestores de estatísticas dos
2112 estados, para nós até verificarmos os dados que eles mesmos estão alimentando, que é do
2113 sistema atual. Alimentação automatizada daquele estados que já possuem sistemas
2114 informatizados até 30 de setembro, dentro desse padrão já. Nós estamos absorvendo um
2115 sistema, que é um sistema de apreensão de drogas, que é uma grande dificuldade que nós
2116 temos hoje. Que é um sistema que foi desenvolvido no passado, o Sinale. Ele vai estar
2117 em funcionamento já em maio. Publicação e informações de inteligência. Então nós
2118 temos uma previsão para que o Infoseg seja totalmente absorvido em meados do ano que
2119 vem. Esse é um processo longo mesmo. Como eu disse, o nosso grande objetivo é a
2120 parte estatística em análise criminal. Depois nós vamos fazer a parte de inteligência,

2121 pois, bem ou mal, o Infoseg tem funcionado, tem atendido, é um sistema que já está no
2122 ar. Então, a prioridade nossa é essa. Mas, até meados de 2014, nós vamos estar com o
2123 Infosg totalmente absorvido dentro do sistema, já com as novas ferramentas e tudo. Eu
2124 acho que muitos de vocês aqui talvez não vão ter acesso ao Sinesp como usuário logado.
2125 Não sei. Talvez tenha alguém aqui que não vai ter esse acesso. Mas, vamos garantir que
2126 para todo cidadão brasileiro, na verdade, do mundo. Nós vamos criar um site do Sinesp,
2127 que as pessoas vão ter acesso e vão tirar relatórios estatísticos da criminalidade no
2128 Brasil. Então, a Senasp está assumindo essa responsabilidade de colocar os números
2129 dentro de uma ferramenta da Senasp, e não mais de outras unidades, de outras
2130 instituições. Então, quem se utiliza do Datasus emite alguns relatórios por criminalidade
2131 por área, por região, por data. Isso vai estar publicado lá. Claro que essa informação que
2132 é publicada, ela vai ser publicada com um ano depois, porque tem toda a consolidação,
2133 os relatórios estatísticos. A estatística, ela muda. Às vezes tem um dado que foi
2134 publicado errado. Então, nós fazemos toda essa consolidação, esse trabalho de análise
2135 criminal para produção disso no site do Sinesp que vai estar pronto no dia 30 de
2136 setembro de 2013. Então, no anuário deste ano nós já publicaremos já dentro do site do
2137 Sinesp. Desenvolvimento do sistema de registros policiais. A ideia é que eles já estejam
2138 registrando Boletim de Ocorrência e TCO até o final deste ano implantado em um
2139 estado-piloto, que nós estamos definindo ainda, o Inquérito no final do ano que vem. O
2140 sistema de informações do Gabinete de Gestão Integrada até o final deste ano. Nós
2141 estaremos com InfoGGI que é um sistema que vai controlar os GGIs mesmo. A
2142 secretária vai ter condições de identificar: “olha, os GGIs realmente estou atuando?
2143 Quantas reuniões tiveram? Qual a ata de reunião? Eu quero identificar se o que o
2144 prefeito está pedindo é realmente o que foi definido no GGI”. Muitas vezes nós sabemos
2145 que não é a mesma coisa. Eles se reúnem lá no GGI e falam: “Nós precisamos de
2146 videomonitoramento, é mais importante, e tal”, aí chega um projeto do prefeito pedindo
2147 viatura para a Guarda, um exemplo. Então, a secretária vai ter condições de ter essas
2148 informações para poder bater e analisar se o GGI está realmente trabalhando de forma
2149 atuante e poder cobrar isso também. Interação com o Sistema Nacional de Balística.
2150 Então, está sendo adquirido o Sisbala. Até o final do ano que vem, nesse processo de
2151 aquisição, também criar uma grande base de dados de balística, que vai estar dentro do
2152 Sinesp também e nós devemos integrar com informações de policiais, de pessoas.

2153 Customização da rede de informação de inteligência. Bom, é isso. Aqui nós colocamos
2154 um cronograma bem resumido. O projeto tem mais de 1000 linhas de atividades. Mas, o
2155 prazo é curto, eu acho que tem muita coisa aqui que ia cansar vocês. Então, é
2156 basicamente isso que nós tínhamos para falar. Aqui está o e-mail, o nosso telefone. Se
2157 alguém quiser mais detalhes sobre o projeto é só entrar em contato conosco.

2158

2159 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2160 **Pública – Presidente do CONASP)** – Eu só vou fazer algumas intervenções, só para
2161 ajudar a esclarecer. Se você conseguir logar seria bom para já dar uma visão para todos
2162 os conselheiros daquilo nós já temos hoje. Bom, primeiro de tudo, isso é um projeto
2163 prioritário da presidenta Dilma. Quando nós chegamos à Senasp foi um pedido dela. E
2164 isso está sendo feito por um cronograma monitorado pela Presidência da República, pela
2165 Secretaria-Geral da Presidência e pela Casa Civil. Não é um projeto de fácil execução.
2166 Todo mundo sabe que as pessoas imaginam que quem tem informação tem poder e
2167 ninguém quer dividir isso. É muito complicado, alguns dados sob o ponto de vista de
2168 estratégia de segurança pública, temos consciência disso, e sabemos da necessidade de
2169 alguns sigilos, mas em termos operacionais. O que nós não queremos mais é que parem
2170 dúvidas sobre a política ou até mesmo sobre o diagnóstico da política. Eu acho que isso
2171 o brasileiro tem que ter na mão: por que é que está sendo executado tal coisa e não tal
2172 coisa? É privilégio? Não, não é privilégio. É porque existe uma hierarquia, e dentro
2173 dessa hierarquia de prioridades, já que não conseguimos fazer tudo ao mesmo tempo,
2174 temos que ter algumas prioridades. Esse projeto foi entregue ao Serpro. Exatamente para
2175 não termos qualquer questionamento. A primeira apresentação que nós fizemos desse
2176 projeto, a primeira pergunta que surgiu foi: “Qual a empresa que vai viabilizar isso?”
2177 Não sei, nós temos o desenho do projeto. Nós não temos empresa carimbada. É bem
2178 diferente. Então, para que não pairasse qualquer dúvida, isso foi entregue ao Serpro. O
2179 Serpro, por sua vez, está elaborando isso, com contratação e tudo o mais, mas aí é
2180 problema do Serpro, não é problema meu. O Serpro é quem gere isso. Para além do
2181 projeto em si e dessas explicações, hoje existe uma perfeita conexão entre os projetos
2182 prioritários. Entre os projetos prioritários da Presidência está a perícia. O Maciel está
2183 aqui e mais alguns peritos sabem do que nós temos buscado para aprimorar a perícia no
2184 País, por ter melhor investigação e qualidade de inquérito para chegar ao Judiciário e ter

2185 uma condição melhor. Nós estamos enviando aos estados, este ano, o Sisbala. No ano
2186 passado, todos os estados receberam o cromatógrafo gasoso, receberam
2187 microcomparador balístico. Além de receber, estão sendo capacitados o pessoal, dentro
2188 dos estados, para utilização. Isso vai ser importante na hora do diagnóstico da política.
2189 Também não queríamos ficar, no Sinesp, somente nos números. Os senhores, daqui a
2190 pouco, eu pedi para a doutora Isabel, que é a nossa diretora de ensino, estarão recebendo
2191 as publicações, já deste ano, feitas em pesquisa. Nós estamos junto com as academias e
2192 especialistas, fazendo pesquisas. Isso estará dentro do Sinesp para o diagnóstico e
2193 avaliação da política. Não adianta só número. Nós não queremos trabalhar no Sinesp só
2194 com registro de ocorrência. Isso não é número suficiente para diagnóstico, nem
2195 avaliação da política. Os senhores ao terem acesso ao mapa terão acesso também a essas
2196 pesquisas. Hoje nós temos pesquisas sobre todas as instituições de polícia no país. Os
2197 senhores vão receber, aqui, impresso, um para cada entidade, mas também tem isso *on-*
2198 *line* no nosso site, pesquisa sobre a mulher na segurança pública e outras. Nós estamos
2199 fazendo em parceria com a universidade, academia e com especialistas. O impacto dos
2200 projetos sociais na política de segurança pública, não é todo o projeto social que traz
2201 impacto em política de segurança pública. E nós queremos provar isso. Tem que ter um
2202 direcionamento. Tem que analisar áreas de vulnerabilidade. Então, eu acho que esse é
2203 um passo, a meu ver, essa é uma marca deixada por este governo para a segurança
2204 pública. Na hora que isso estiver funcionando e sabermos quantas armas foram
2205 apreendidas, quantas armas foram entregues, a diferença que existe disso, para que nós
2206 possamos informar à população. Inclusive em contraponto àqueles que vêm dizer que
2207 nós fazemos campanha do desarmamento e deixa o bandido armado, que nós tiramos a
2208 armada sociedade. A apreensão de arma pelo policial subiu muito no país. E isso nós
2209 temos como demonstrar hoje. E é importante, porque a campanha é um *plus* para
2210 diminuir o potencial ofensivo. Agora, a apreensão da arma tem que qualificar o policial
2211 para cada vez mais estar apreendendo arma. Nós não queremos desequilibrar nada.
2212 Então, eu acho que isso era um anseio de muito tempo. Muitos dos que estão aqui como
2213 conselheiros, como elaboradores da própria Conferência, ou até mesmo como gestores
2214 dentro da Senasp, caso do Alberto que esteve conosco na criação disso. Nós
2215 imaginávamos que isso era um sonho. E está aí, está realizado. É lógico que vai ser
2216 aprimorado. Eu vou terminar, e os senhores já fazem todas as inscrições. Para todos nós

2217 que aqui estamos é essencial. Carece de aprimoramento? Carece. Para isso aquela linha
2218 do ministro, espanquem, surrem, tragam soluções, se a sociedade civil entender que
2219 ainda há necessidade de buscar mais algum banco naquele lego lá para que façamos uma
2220 leitura aos senhores, tragam para nós. Se os trabalhadores precisam de mais alguma
2221 coisa, nos tragam, nós vamos buscar. Estou conversando com a Ana aqui, e acho que é
2222 importante, Rogério, o quanto antes, uma reunião com o CNJ. É importantíssimo
2223 trazeremos o Judiciário e o Ministério Público para esse banco de dados e traga os bancos
2224 de dados deles também, porque para o policial, lá na ponta, isso é de fundamental
2225 importância, quando ele levanta, numa ocorrência, um mandado de prisão. Ele tem que
2226 ter a certeza da execução daquele mandado. E hoje o policial não tem essa certeza toda
2227 ainda. Às vezes, nós cometemos algumas falhas, o próprio policial, por excesso, ou de
2228 um lado ou do outro. Ou libera o fulano porque não consta mandado ali, e ele procurado,
2229 ou prende alguém que o mandado já não tem mais eficácia. É fundamental isso. E, por
2230 favor, os conselheiros, dentro do prazo aí de 10 dias, voltem para as bases e verifiquem.
2231 Existe alguma coisa, ainda, que pode ser feito para aprimorar isso? Nós estamos
2232 buscando aprimorar essa ferramenta. Agora, que isso vai ser a ferramenta fundamental
2233 para a execução do próprio SUSP, por isso que eu acho que é essencial que o Sinesp seja
2234 mostrado antes, porque ele é elemento fundamental para o Sistema Único de Segurança
2235 Pública. Para, além disso, tem um comitê gestor desse sistema, composto não só pela
2236 Senasp. É importante dizer isso. Isso é um projeto que está sendo viabilizado pela
2237 Senasp, mas a tendência é que ele saia da nossa mão. Um dia isso vai funcionar tão
2238 certinho que já não vai precisar mais da interferência. Mas nós precisamos de um comitê
2239 gestor para principalmente, garantir o orçamento para que esse projeto não pare de forma
2240 alguma. E, dentro dos estados, todos foram capacitados, servidores de carreira. Nós
2241 pedimos aos estados que nos indicassem nomes de servidores de carreira da segurança
2242 pública para capacitação para ser gestor lá na ponta, porque a maioria dos servidores
2243 informados para alimentar e permanecer alimentando, se assim posso dizer, pelo
2244 Infoseg, eram servidores comissionados. O servidor fazia a alimentação, no outro mês já
2245 não era mais ele. Capacitava, ou não capacitava, e ele não informava nada. Então, a
2246 necessidade de ser servidor de carreira, primeiro, para que nós tenhamos um maior
2247 controle sobre esse servidor que está alimentando lá, e segundo, que fique a memória
2248 dentro do estado, porque essa permuta de pessoas nos traz a interrupção do trabalho. E

2249 isso era muito ruim. Então, foram capacitados servidores de carreira em todos os estados
2250 para a alimentação disso. Eu acho que era isso.

2251

2252 **O Sr. José Roberto Bellintani (Instituto São Paulo contra Violência)** - Pergunta para
2253 a secretária: eu não vi contemplado nas bases de dados os serviços de Disque-Denúncia.
2254 Então, são fontes importantíssimas. E já que estamos falando em integração, a senhora
2255 lembra que nesta gestão se iniciou um trabalho de mapeamento dos disque-denúncias.
2256 Só lastrear a minha questão, o Instituto São Paulo contra a Violência vem sendo cogestor
2257 do Disque-Denúncia do estado de São Paulo há 12 anos. Talvez uma das parcerias mais
2258 longevas. Nós implantamos e mantemos, sem ônus para o estado e sem ônus para o
2259 cidadão. Já neste Governo, no âmbito do programa de redução de homicídios, houve
2260 uma iniciativa de mapear, nós chegamos até a um determinado ponto, todos os serviços,
2261 a Senasp enviou ofícios para todos os secretários estaduais de segurança. Eles
2262 responderam em questionar isso, nós temos um mapeamento, de 2011, onde existem,
2263 segundo a visão do gestor público de cada estado, esse tipo de serviço, seja conduzido
2264 pelo estado, seja conduzido em parceria com a sociedade civil. São bancos de dados
2265 preciosos que não estão sendo integrados aos bancos estaduais. No nosso estado, eu
2266 posso afirmar que não estão. Então, é só considerá-lo como tal, e estamos à disposição
2267 para levar adiante. Inclusive, acho importante também fazer integração dos serviços de
2268 Disque-Denúncia do Brasil inteiro. Obrigado.

2269

2270 **O Sr. Rogério Bernardes Carneiro (Sinesp)** – Aproveitando, secretária, nós não
2271 falamos de várias bases de dados aqui. Não falamos de polícia científica, Disque-
2272 Denúncia, não falamos de Guardas Municipais, porque o foco agora é o grosso. E a
2273 partir do ano que vem, porque este ano estamos no foco da qualidade das informações da
2274 segurança pública, nós também vamos padronizar os procedimentos da perícia, também
2275 estarão nas bases de dados, das Guardas Municipais, dos disque-denúncias, e essas
2276 outras informações farão parte também do sistema.

2277

2278 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2279 **Pública – Presidente do CONASP)** – Eu acho que já poderia entrar no cronograma,

2280 seguinte. Já ir preparando reuniões paralelas. O dique-denúncia é importantíssimo
2281 mesmo.

2282

2283 **O Sr. Rogério Bernardes Carneiro (Sinesp)** – Inclusive, nós estamos falando com a
2284 Secretaria de Políticas para as Mulheres também do Disque-Mulher, para podermos
2285 avaliar também.

2286

2287 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2288 **Pública – Presidente do CONASP)** – Bom, para os senhores terem uma ideia. Eu não
2289 falei isso, mas eu acho que é importante os senhores saberem, esse sistema ficou maior
2290 que o sistema da Receita Federal.

2291

2292 **O Sr. Rogério Bernardes Carneiro (Sinesp)** – E do TSE também.

2293

2294 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2295 **Pública – Presidente do CONASP)** – É. Nós não pudemos, inclusive, hospedá-lo no
2296 datacenter do ministério, razão pela qual ele está hospedado no datacenter do Serpro,
2297 num anexo construído só para esse sistema.

2298

2299 **O Sr. Pedro Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** - Bom, bom-dia. Primeiro, eu
2300 gostaria de deixar registrado, aqui, a importância para nós que é o resgate da memória. E
2301 no dia de hoje, 5 de abril de 2013, comemora-se, não no sentido de comemorar, mas para
2302 lembrarmos para não se repetir, 10 anos da Chacina do Borel. Então, eu acho que neste
2303 espaço é um espaço importante para deixar marcado, para que nós possamos lembrar,
2304 para que esses fatos não se repitam. Agora, em relação ao Sinesp. Primeiro parabenizar,
2305 eu acho que todos nós trabalhadores, pesquisadores, gestores, precisamos, de fato, dessas
2306 informações cada vez mais sistematizadas, e para que nós possamos confiar nessas
2307 informações para produzirmos análises. Mas, eu gostaria de chamar algumas atenções. A
2308 primeira, é que foi anunciada ali a questão das drogas, como também mais um campo
2309 para alimentar o Sinesp. Como a questão das drogas é uma questão que é, na verdade,
2310 transdisciplinar e que passa por outras discussões, por exemplo, a interface de segurança
2311 pública e saúde. E lembrando que uma das grandes lutas daqueles que trabalham com

2312 essa temática, depois do plano “crack, é possível vencer”, foi exatamente ao que a
2313 secretária falou ontem, de afirmar a diferença das internações compulsórias involuntárias
2314 a partir da Lei nº 10.216, de 2001, que já tem, portanto, mais de 10 anos, e que ainda não
2315 é apreendido por nós. Então, é chamar a atenção que esse é um campo que não é um
2316 campo somente da segurança pública. E chamar a atenção, então, para que dados, a
2317 minha pergunta é, que dados no campo das drogas, aparecem como um dado para o
2318 Sinesp? Para que nós não retornemos com essas confusões no campo da saúde, no
2319 campo da segurança pública, que para nós são muito importantes. Outra questão é em
2320 relação à seletividade penal. Eu acho que é consenso para todos nós brasileiros, que nós
2321 vivemos em um país extremamente seletivo penalmente. Mas, temos outro grande
2322 problema que é a seletividade da seletividade penal a partir da ausência de informações
2323 oficiais. Entendemos que tão importante quanto saber quantos são aqueles que são hoje
2324 incriminados e criminalizados neste país, é saber, também, quais são, até para que, a
2325 partir desses dados oficiais, nós possamos pensar a afirmação de políticas públicas
2326 afirmativas. Um grande exemplo é o exemplo da população LGBT, que hoje faz a
2327 análise dos dados criminais a partir de dados que são publicados na imprensa e que são
2328 catalogados por um movimento social, que é o grupo gay da Bahia. E entendemos que,
2329 por exemplo, esse deve ser, para que nós possamos entender como se dá a homofobia
2330 neste país, precisamos ter dados oficiais, que nos possam, exatamente, entender sobre
2331 isso. Mas, a população LGBT é só um exemplo. Podemos pensar muitos outros que
2332 compõem esses que são penalmente seletivos neste país. E entendo que isso deve,
2333 também, fazer parte do dado da Senasp. E, por fim, lembrar que a falta de padronização
2334 não se resolve com a mera padronização de documentos. O treinamento e a qualificação
2335 desses que estão na ponta alimentando esses dados são de fundamental importância, e
2336 essa importância se dá, exatamente, porque esses dados não são assegurados como dados
2337 confiáveis apenas porque temos documentos confiáveis. Precisamos de uma população
2338 que possa, não somente alimentar, mas também produzir esse dado de uma forma mais
2339 qualificada. E entendo que isso é algo muito importante para nós. Queria trazer só um
2340 exemplo, o Conselho Federal de Psicologia está atuando de uma forma muito próxima
2341 do Disque-100, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, por entender que aquelas
2342 pessoas que estão ali no Disque-100 precisam de uma qualificação no campo
2343 psicológico, para que elas possam, naquele momento, fazerem melhores

2344 encaminhamentos em vários pontos. Esse é um exemplo. Assim como nós temos o
2345 Disque-100, temos muitos outros lugares que produzem dados, e entendemos que a
2346 sociedade civil, de um modo geral, pode contribuir muito mais perto para isso.
2347 Obrigado.

2348

2349 **O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**
2350 **Identificação – Fenappi)** – Bom-dia. Novamente, quero parabenizar a secretária por
2351 esse projeto que eu acho que é fundamental para qualquer encaminhamento de política
2352 nacional. E, segundo, achei interessante a presença do Rogério, que é do meu estado, e
2353 foi uma das pessoas que desenvolveu o sistema informativo do sistema de segurança, lá,
2354 na época. Começou todo esse processo, que é referência nacional, inclusive, já tendo
2355 contribuído com outros estados. E gostaria de falar aqui com a secretária, quando o
2356 Rogério citou que o RIC não está ainda no sistema. Quer dizer, está o nome, mas não
2357 está o RIC. Nós temos que lembrar que o RIC é fruto de uma lei de 1997, que foi
2358 regulamentada pelo Lula, agora no governo Lula, e, infelizmente, o projeto não anda. É
2359 um negócio absurdo. O custo-benefício de um projeto que é a base para qualquer sistema
2360 de informação, porque ele fala em relação à identidade das pessoas. E nós sabemos que
2361 no Brasil você pode fazer 27 identidades. Agora, você imagina um estado que não tem
2362 controle sobre quem faz a identidade. E na minha visão, isso tem se agravado. Por
2363 exemplo, eu faço parte de uma comissão para instalar o RIC no estado, no ano passado,
2364 e o projeto estava pronto para ser implementado, porque é um projeto caro. Mas o
2365 projeto se mantinha, tinha condições de se manter porque cobrava identidade, a primeira
2366 e a segunda via, e agora tem uma lei federal que proibiu a cobrança da primeira via. Ou
2367 seja, inviabilizou um projeto que estava na iminência de ser licitado. Aí está a questão,
2368 secretária, eu acho que se a Senasp não ajudar os estados, pelo menos no básico, por
2369 exemplo, na questão de digitalização do banco de dados nos estados, eu acho que fica
2370 difícil de implementar o RIC. O RIC pode ser proposto de outra forma no que estava
2371 sendo proposto originalmente. De colocar uma coisa nacional, por 180 milhões, sendo
2372 que se pode e eu vou colocar sempre como exemplo, a região Centro-Oeste, por
2373 exemplo, já tem em Brasília o RIC civil; Mato Grosso do Sul já tem, também, o banco
2374 civil. Goiás está na iminência de fazê-lo. Só fica faltando o Mato Grosso. Ou seja, os
2375 estados já estão fazendo o RIC sem o Governo Federal. Só basta mudar o foco. Em vez

2376 de tentar fazer uma coisa nacional que ajudasse os estados a implementar essa
2377 digitalização e cada estado fazer uma pesquisa no outro estado, e você fazer por região.
2378 Porque fica um negócio tão grande e tão distante, apesar de ser importante. Nós temos
2379 percebido que isso tem se alongado, e esse banco de dados, que é fundamental para
2380 qualquer sistema, porque se trata da identidade, da individualização de cada pessoa, eu
2381 acho que ajudaria muito. Então, se a Senasp abraçasse esse projeto, assim, no básico,
2382 digitalização do banco de dados de cada estado, já estaria ajudando bastante. Obrigado.

2383

2384 **O Sr. Atair Derner Filho (Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias**
2385 **Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares-CNCC-PM/CBM)** - Secretária, só
2386 dando uma contribuição, é a questão, e o Rogério disse que o principal alimentador de
2387 todo esse processo vai ser a ponta, tanto a PM, a Polícia Civil, a Polícia Federal, são o
2388 pessoal que trabalha lá na ponta. E ele falou da necessidade das informações serem
2389 precisas. Claro que as pessoas serão capacitadas para isso. Mas, pelo cronograma ali, eu
2390 acho que seria importante, desde já, claro que isso depois será feito pelos comandantes e
2391 os gestores, mas seria um auxílio da Senasp já para nós lá na nossa ponta, baseados em
2392 experiência recente de comando do Batalhão, que nós passamos, na divulgação de todo
2393 esse processo, pois a cultura está arraigada no nosso pessoal, e, às vezes, o pessoal sem
2394 ter uma informação precisa e um pouco mais adiantada, na hora de nós colocarmos isso
2395 na prática lá, às vezes eles não mudam só por não mudar, só por não aceitar um sistema
2396 novo. Então, seria interessante já começarmos a fazer essa informação chegar lá na
2397 ponta. Como eu disse, por experiência recente em comando de Batalhão, nós sabemos
2398 que o Infoseg, por exemplo, é uma bíblia para o nosso pessoal na busca de informações.
2399 E, daqui a pouco, para migrarem, mesmo que o Infoseg fique ali como uma aba de
2400 consulta, o pessoal não vai, como eu falei, aceitar por aceitar uma mudança, que venha
2401 para melhor e que vá até exigir um pouco mais de profissionalização e acerto na inserção
2402 dos dados. Então, seria interessante nós já começarmos, talvez, quem sabe, mandando
2403 essa apresentação já para os comandantes, e os comandantes passarem a divulgar todo
2404 esse processo.

2405

2406 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2407 **Pública – Presidente do CONASP)** – Ela já foi feita no CNCG, no Consesp, para as

2408 guardas municipais. O Rogério tem ido a todos os estados levando essa apresentação.
2409 Nós estamos fazendo agora assinatura dos termos de cooperação com o estado com a
2410 Senasp. E quando faz esse termo, nós, normalmente, chamamos todos os comandantes,
2411 chamamos todos os delegados, mais as áreas-fim da segurança pública diretamente, nos
2412 estados e faz a apresentação. Nós, inclusive, temos buscado o maior número de
2413 apresentações possíveis, porque para nós quanto mais nós disseminarmos isso, melhor é.
2414 É pela cultura mesmo, e aquela cultura que eu lhe disse, quem detém a informação tem
2415 poder e não quer compartilhar isso. Isso é um absurdo porque nós vimos o que aconteceu
2416 em 11 de setembro nos Estados Unidos. Todos tinham informações, ninguém
2417 compartilhava, e o que aconteceu lá? Então, nós queremos ter isso disseminado o quanto
2418 antes.

2419

2420 **O Sr. Alberto Koptittke (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis**
2421 **– Cobrapol)** - Bom-dia a todos. É um grande prazer fazer parte aqui do conselho e
2422 vamos procurar estar sempre ajudando, para qualificando nosso conselho. Elogiar,
2423 obviamente, todo esse avanço que se fez. Cumprimentar a senhora, toda equipe de
2424 trabalho, Rogério. Deu trabalho de trazer ele lá de Goiás para cá. Teve que ter muita
2425 conversa. E fico muito feliz por todo o resultado. Alguns temas, a questão da
2426 transparência. O nível estratégico para o gestor. O secretário municipal, academia
2427 poderem fazer a análise da dinâmica criminal. A Lei da Transparência veio, acho que
2428 depois que nós montamos o projeto de lei, ela deu um salto. Claro que aqui a informação
2429 é de segurança. Ela pode ser classificada ou não. Então, essa questão do relatório anual,
2430 se pudesse logo mais adiante, se transformar, por exemplo, em mensal. Muitos estados já
2431 publicam aquele relatório mensal para podermos acompanhar, cada vez mais, em tempo
2432 real, o gestor, ou aquelas pessoas que querem fazer análise da política de segurança do
2433 estado, ter condições de acessar.

2434

2435 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2436 **Pública – Presidente do CONASP)** – Para o gestor, ele vai ser *on-line*, diário.

2437

2438 **O Sr. Alberto Koptittke (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis**
2439 **– Cobrapol)** - Ele vai poder acessar? E a sociedade, em geral?

2440

2441 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2442 **Pública – Presidente do CONASP)** – O problema é o seguinte, o que nós vamos
2443 condensar são os aqueles relatórios anuais. Foi isso que ele quis dizer. Mas, para o
2444 gestor, ele vai ser *on-line*. Em tempo real.

2445

2446 **O Sr. Alberto Koptittke (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis**
2447 **– Cobrapol)** - Ótimo. E um membro, assim, da academia, que queira fazer um
2448 acompanhamento?

2449

2450 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2451 **Pública – Presidente do CONASP)** – A LAI não nos obrigou a determinadas
2452 classificações. Dentro do campo da segurança pública, nós até que temos uma
2453 movimentação razoável dentro da LAI. Não há obrigatoriedade de classificação de
2454 sigilo. Mesmo porque nós entendemos que isso não pode ser sigiloso. O que é sigiloso é
2455 a operacionalidade. É diferente. É o que é extraído daí para a operação. Então, assim,
2456 terá aberto *on-line*. Alguns campos, a difusão vermelha, por exemplo, da PF, e da PRF,
2457 essa, é lógico, que é sigilosa. E também não tem nada a ver com o que nós vamos fazer
2458 na segurança pública local. Então, alguns campos de segurança de defesa vão ficar meio
2459 guardados sigilosamente. Os demais, *on-line*.

2460

2461 **O Sr. Alberto Koptittke (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis**
2462 **– Cobrapol)** - Que bom. Ótimo. Parabéns. E outras duas coisas: tem uma que não foi
2463 colocada na lei, mas eu vou deixar aqui que é um tema para o conselho sempre debater,
2464 que é o financiamento. Se um dia, não está na lei, mas a lei também não é restritiva, ela
2465 só enumera, no mínimo, os pontos que têm que estar no Sinesp. Mas, se um dia nós
2466 conseguirmos ter *on-line* o financiamento da segurança, o SUS, alguma coisa já temos, o
2467 SUAS também, o Fundeb tem muito *on-line*. Então, acho que é deixar esse campo para
2468 saber do dindin que os estados, municípios, a União estão botando. E nos dados
2469 administrativos que estão na lei, o efetivo, e tal, se nós pudéssemos botar os policias que
2470 estão, não o nome, mas a quantidade de processos correccionais, eu acho que seria uma
2471 coisa legal para acompanhar. E uma última coisinha que eu gostaria de perguntar, estava

2472 conversando aqui com o Henrique, o DNA, também uma lei nova, como é que está a
2473 integração já aí? Para podermos acompanhar mais esse avanço.

2474

2475 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2476 **Pública – Presidente do CONASP)** – Nós estamos, inclusive, implementando os
2477 bancos de DNA no Brasil, por meio do Depaid e da própria Fortalecimento do Brasil
2478 Mais Seguro, dentro da perícia, e já está aí a leitura dele. É de fundamental importância
2479 para nós, principalmente nos crimes contra as mulheres, vítimas de estupro, e tudo o
2480 mais. Só um adendo. Beto, o filho cresceu e muito. Ele começou de um tamanho e,
2481 assim, surpreendentemente, foi um projeto que ganhou destaque na Presidência da
2482 República, porque, cronologicamente, não teve atraso de um dia, até hoje.

2483

2484 **O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE)** -
2485 Eu queria parabenizar a iniciativa pelo fato de que isso era o que o movimento social
2486 também estava precisando de dados específicos sobre toda essa relação. Então, eu
2487 acredito que a Rede Desarma Brasil, outras redes, ou o próprio Fórum Brasileiro, nós do
2488 Fonajune ficamos felizes com a iniciativa. Mas, elogiar somente quando a situação
2489 estiver andando, quando nós já estivermos colhendo os resultados. Eu, sinceramente, não
2490 vou elogiar agora. Mas, já parabenizo a iniciativa. Acredito que são dados específicos,
2491 que não só englobam a questão da segurança pública e da saúde, mas dados que também
2492 vão nos ajudar na questão da assistência social e educacional, por exemplo. Um dos
2493 dados específicos que deveria ser colocado é o da escolaridade. Porque nós sabemos, no
2494 movimento social, quem é que está lá na ponta, quais são as ações que estão ocorrendo,
2495 e o sistema educacional é culpado disso. Então, que isso pudesse, também, ser colocado
2496 como dados específicos, que também nós podemos usar isso para o sistema educacional.
2497 Como foi dito, foi bem rápido, eu não sei se já tem, mas só uma sugestão, de que sejam
2498 separadas as ocorrências por dados específicos. Por exemplo, essa relação da própria
2499 violência contra a mulher, relações do BO, se é ocorrência de racismo, para termos
2500 dados muito mais específicos para o nosso trabalho. Outra situação seria os dados da
2501 classe social. Tanto de quem faz a ocorrência, quanto de quem está envolvido na
2502 ocorrência. Isso seria específico para nós no direcionamento de algumas políticas
2503 públicas. Aí eu me pergunto, porque, lá no meu estado o sistema é falho, muito falho. Lá

2504 costumamos fazer acompanhamento através das mídias, dos *blogs*, e quando vamos
2505 direcionar na ponta com o sistema de segurança, os dados não batem. Os nossos estão
2506 maiores. Será que nós estamos inventando ou os dados estão desaparecendo para dizer
2507 que a política está andando. Nós queremos que os dados apareçam exatamente para nós
2508 também acompanhar, mas também que isso não seja da própria instituição, de querer
2509 fazer com que os dados desapareçam, para dizer que a política está caminhando. Então,
2510 eu queria saber, quem vai fiscalizar? Quem vai avaliar? Eu queria saber, também, se
2511 entra nesse sistema a relação da própria ética, que se fala muito hoje no Brasil, e,
2512 principalmente, é uma política que a presidenta diz está desenvolvendo. E eu queria
2513 saber se essa parte da ética vai entrar nesse sistema, como ocorreu, ontem, aqui no
2514 Distrito Federal, uma falha da polícia, de ter atirado no rapaz, infelizmente é mais um
2515 caso que acontece no Brasil, enquanto nós estamos aqui discutindo, vários casos desses
2516 estão acontecendo lá fora. E aí nós queríamos, também, uma resposta para isso, se isso
2517 também vai entrar no sistema para nós mesmos acompanhar esses casos. Porque
2518 sabemos, acontece, deu no jornal, mas não tem acompanhamento. Isso não existe.
2519 Porque nós não sabemos o que a Corregedoria da Polícia está fazendo, como ela dá
2520 destino a esses casos. Nós vemos só os mais influentes, o que a grande mídia colocou,
2521 mas o restante nós acabamos não acompanhando, não sabendo. E se vamos acompanhar
2522 os resultados finais. Era isso.

2523

2524 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2525 **Pública – Presidente do CONASP)** – Nós não entramos nos detalhes da pactuação,
2526 mas, todos esses dados que você disse estão pactuados aqui. Tem aí os campos que serão
2527 preenchidos. Isso não é taxativo. São os campos principais a serem preenchidos. Nada
2528 impede que nós busquemos, por meio de cruzamento de dados, disso com a Saúde, que
2529 vai ser muito fácil de cruzar esses dados, chegar a dados como você quer. E isso, não só
2530 a sociedade civil, mas o policial, ou qualquer pesquisador, vai ser fácil, porque você vai
2531 ter um campo aí, onde ele vai cruzar o dado do MEC, o dado da Saúde, o dado da
2532 Segurança. Então, você consegue convergir e extrair qualquer dado. O que nós temos
2533 que ter em mente, e aí foi uma preocupação nossa, veja bem, é de não criar muitos
2534 campos a serem preenchidos pelo policial na ocorrência ou por quem está ali na saúde e
2535 isso impedir até mesmo do policial preencher, ou do agente preencher. Porque às vezes

2536 quando nós criamos muito campo, ele acaba sendo um empecilho, e não há o
2537 preenchimento. Então, nós quisemos deixar o essencial, cruzar dados, para que nós
2538 possamos ter maior visão do todo. O que aconteceu, com isso? Isso passou por um
2539 processo de pactuação, que não foi fácil. É um processo de pactuação metodológica de
2540 preenchimento. E aquilo que foi aqui falado é muito certo. Quem está preenchendo ali na
2541 ponta, ele pode sim, dentro de manobras, até mesmo trazer uma irrealidade para nós no
2542 sistema. Qual é a fiscalização? O próprio conselho gestor tem um conselho fiscalizador
2543 disso. Nós vamos manter um conselho fiscalizador. Mesmo porque nós temos que
2544 cumprir a lei. E a lei determina que o estado que não alimentar corretamente, não é nem
2545 não alimentar, não adianta ele ficar pondo qualquer dado lá para nós, que se isso não
2546 bater com os nossos dados em que nós formos à fiscalização *in loco*, ele perde, da
2547 mesma forma o orçamento da segurança pública e do sistema. Não adianta ele alimentar
2548 de qualquer forma lá não. Porque nós não vamos deixar de fazer esse cruzamento com o
2549 Datasus. Nós não vamos perder isso. Nós não vamos deixar de fazer cruzamento de
2550 dados ali com as corregedorias, com as ouvidorias, os fóruns de ouvidores. Vamos ter
2551 todos os bancos de dados sendo consultados. Então, é um cruzamento de dados. Agora,
2552 vai depender também, é lógico, da sociedade civil. Acho que o Alberto dizer que é
2553 importante a sociedade civil ter isso *on-line*, porque é um forma que vocês vão nos
2554 ajudar a cobrar também. Ter isso *on-line* é uma forma de cobrança. Acho que foram
2555 respondidas as tuas perguntas. Então, está aí aberto. Também se quiserem levar o
2556 formulário que foi pactuado, para nós não há problema. Isso já é uma pactuação. Já
2557 consta, inclusive, dos nossos acordos de cooperação.

2558

2559 **O Sr. Eduardo Teodósio de Quadros (Rede Desarma Brasil)** - Eu quero parabenizar,
2560 porque eu acompanho o nascimento dessa proposta. E eu venho de uma militância de
2561 uma área da saúde, onde, o Alberto já deve ter falado, existe um trabalho que foi muito
2562 forte e que ainda não se consolidou no Brasil, que é na saúde, que foi chamado de SUS
2563 *on-line*, ou SUS Fácil, que apenas o estado de Minas Gerais conseguiu implementar. E
2564 eu fui até por uma ONG cearense que eu tive a oportunidade de trabalhar. E a
2565 experiência que eles trazem é a seguinte: imagine vocês que um estado aqui que tem um
2566 problema como dengue. Dengue é um problema que se você não tratar na hora pode
2567 virar uma epidemia e deflagrar uma situação muito grande, principalmente, afetando as

2568 crianças. Hoje, por causa do sistema, que, praticamente, a forma tecnológica de pensar o
2569 sistema é muito parecida. Um agente de endemias consegue com um celular, ou com
2570 qualquer acesso à internet, ter um prontuário, um protocolo que é feito para aquelas
2571 determinadas ocorrências da saúde. Ele preenche na hora aquele dado, assim que ele
2572 acessa a internet aquele dado vai para o sistema, que é também funciona *on-line*. O
2573 secretário de Saúde e o governador do estado têm, sobre sua mesa, a visão de todo o
2574 mecanismo que está funcionando *on-line*. Os médicos que estão pactuados, dos estados e
2575 dos municípios que já fazem parte, eles sabem o médico que está em cada posto, porque
2576 ele, para poder trabalhar, ele entra *on-line*. Então, há um controle geral. E a visão
2577 hierárquica, que é importante, por quê? Porque quem está mais em cima tem a visão
2578 geral, mas quem está embaixo, ou seja, que está ali, como o Rogério falou, um sargento
2579 que está ali cuidando daquela área, ele pode observar sua área toda. Isso para quem tem
2580 um trabalho na segurança, principalmente, é um trabalho preventivo, para não deixar
2581 acontecer, isso, por ser alimentado *on-line*, vai permitir essa forma de ação. Então, é um
2582 avanço. Eu acho que nós temos que batalhar para fortalecer isso nos estados. E aí
2583 existem algumas outras interfaces, que eu gostaria de compartilhar com vocês. Por
2584 exemplo, esse tipo de trabalho só vai conseguir chegar à ponta, como Atair estava
2585 colocando, que é a educação permanente. Esse Conselho de Educação Permanente é o
2586 seguinte: não é você chegar lá qualificou uma pessoa, foi embora e deixa lá na mão. É
2587 você estar constantemente passando por processos, onde o policial, o trabalhador, todos
2588 os que são envolvidos sejam produtores de conhecimento, não apenas recebam pronto.
2589 Eles pratiquem porque o sistema, daqui a pouco, com o uso, ele vai se aprimorar, porque
2590 as pessoas vão construir novos mecanismos nas suas bases. E ele vai passar a crescer,
2591 por exemplo, a base dos Disque-Denúncia. O Disque-Denúncia, hoje, consegue captar
2592 fontes de informações que outros setores vinculados à Segurança e à Justiça não
2593 conseguem, são barradas, porque no Disque-Denúncia a pessoa dá informações que ela
2594 não daria a um policial, assim como na Saúde, nós também temos nessa hierarquia de
2595 informações, dados que você não pode divulgar. Mas, que quando você consegue
2596 trabalhar os números do que está acontecendo, você sabe fazer uma intercorrência, parar,
2597 por exemplo, uma epidemia ou eminente epidemia, agindo nos locais certos. Então, a
2598 contribuição maior que nós podemos, como sociedade civil, é ter acesso ao que for
2599 possível do sistema, conhecimento disso, Rogério, porque na hora que você chegar lá na

2600 ponta, não é só os operadores de segurança saberem. Mas, nós, que estamos no entorno
2601 também poder ajudá-los para que na base eles tenham um apoio para movimentar o
2602 sistema. Era essa a minha pontuação.

2603

2604 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Eu gostaria de
2605 compactuar uma questão que é pertinente para todos nós, que é a questão do tempo.
2606 Porque realmente nós precisamos ouvir mais. E eu estou, pela hora, eu estou percebendo
2607 que nós não vamos ter quase tempo de ouvir os outros. Então, nós podíamos pactuar o
2608 tempo de manifestação. Três minutos? Vocês concordam? Qual é a proposta?

2609

2610 **A Sra. Ana Rita Cerqueira Nascimento (Conselho Nacional do Ministério Público-
2611 CNMP)** - Quando nós tentamos fazer uma pactuação de tempo, além de nós tentarmos
2612 restringir a fala, e muita gente não sabe ser tão sucinto exatamente dessa forma, parece
2613 que nós estamos cerceando de fato. Vamos pedir, então, para que todos sejam concisos
2614 nas suas falas. Direcionem no que querem. Eu entendo que todos querem marcar a
2615 presença aqui hoje, dizendo o quanto estão felizes, o quanto apoiam a ideia, mas nós
2616 podemos cortar todas essas falas iniciais e passar para as propostas de cada órgão. Isso
2617 nós ganhamos tempo. Até porque vai ter que ter alguém com relógio na mão marcando,
2618 um gongo, ou parecido. Então, é muito mais prático.

2619

2620 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Apesar de já ter sido
2621 consenso neste conselho que nós pactuemos tempo, não fiz isso de improviso. A
2622 pactuação do tempo não foi improvisada. Já é um *modus operandi* deste conselho.
2623 Desde que fique alguém registrando. Mas, concordamos com a posição da conselheira,
2624 sem nenhum problema.

2625

2626 **A Sra. Ana Paula Diniz de Mello Moreira (Secretaria Especial de Direitos
2627 Humanos – SEDH)** - Eu concordo com ela que não deveria ser cerceado o direito de
2628 ninguém falar aqui. Mesmo porque é tratar diferentemente as pessoas que se
2629 inscreveram. Mas, eu acho que o que poderia ser feito é fechar o número de inscrições.
2630 Quem gostaria de se inscrever, aqueles que já estão inscritos, se alguém quiser se
2631 inscrever para alguma proposta. A partir do momento que as discussões começam, novas

2632 inscrições são feitas. Então, assim, delimitar agora quem gostaria de se manifestar. E as
2633 pessoas se manifestam com o tempo, concisamente, para não limitar o tempo, que eu
2634 acho que isso é injusto.

2635

2636 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Sem dúvida. A
2637 proposta nossa não foi cercear de forma nenhuma, porque o conselheiro, mesmo que ele
2638 tenha pactuado o tempo, ele terá, novamente, o direito de buscar. Mas, é simplesmente,
2639 vamos ser sucintos. Vamos tentar, pelo conceito de ser sucinto, conseguir fazer isso.
2640 Então, há consenso com relação a ser sucinto? O difícil vai ser marcar esse sucinto. Mas,
2641 vamos lá. Além dos que já estão inscritos, alguém mais gostaria de se pronunciar?
2642 Então, são as últimas inscrições. Ok. Quem é que está agora com a vez?

2643

2644 **A Sra. Ana Rita Cerqueira Nascimento (Conselho Nacional do Ministério Público-**
2645 **CNMP)** – Bom-dia. Meu nome é Ana Rita Nascimento. Eu sou promotora de Justiça, e
2646 estou aqui representando o Conselho Nacional do Ministério Público. Saldar a todos na
2647 pessoa da nossa querida presidente, a dr^a Regina Miki. Pois bem, senhores, eu estava
2648 ouvindo, e quando nós chegamos aí em um determinado lugar que somos neófitos, nós
2649 temos que ouvir muito primeiro, para depois se manifestar. É algo que nós aprendemos.
2650 Bom, depois de tudo isso colhido, e aqui com o que eu vi do próprio SINESP e eu vi o
2651 próprio Sinesp nascer. Eu faço parte de uma estratégia, que junto com o Ministério da
2652 Justiça, é uma estratégia de sucesso que se chama Enasp. A doutora Regina também viu
2653 nascer. A estratégia fala de sistema de justiça e segurança pública. Todos esses dados
2654 que os senhores hoje falam, e estão dentro agora do Sinesp, que ele vai estar, nós
2655 tivemos a chance de ver isso de perto. Os senhores devem ter visto pela mídia o caso dos
2656 inquéritos da Meta 2. Devem ter visto muito através da Rede Globo, jornais e tudo o
2657 mais. Com a estratégia nacional, tivemos uma cifra de 136 mil inquéritos por crime de
2658 homicídios que estavam concluídos, até a data desses instaurados até 2007. Ou seja, essa
2659 cifra negra vem por conta da falta de todos esses dados que nós não tínhamos, e nós não
2660 temos. E o conselheiro Willy do Movimento Social na hora que ele fala sobre esses
2661 dados quanto à raça, quanto à escolaridade, isso, na ponta, é o que impede muito a
2662 própria política pública. E eu tenho visto isso de perto, porque eu posso dizer para os
2663 senhores, até dois anos e meio atrás, eu estava na ponta. Eu estava numa coordenação de

2664 GAECO. Entenda, Combate a Crime Organizado. Eu estou em Brasília há muito pouco
2665 tempo. São só dois anos e meio. Então, eu estive, e estou sempre muito perto da ponta.
2666 Então, eu posso dizer que hoje nós temos uma grande dificuldade de ter todos esses
2667 dados, senhores, primeiro porque muito dos nossos estados da Federação entendem que,
2668 um dia foi uma brincadeira que fizemos até, estávamos todos nós numa reunião aqui no
2669 MJ. Eles diziam assim: “Bom, nós não sabemos direito. Ou ele diz que é muito ruim
2670 para ter dinheiro, ou muito bom para ter dinheiro”. Ou seja, muito dos dados não chegam
2671 de uma forma lícita porque alguns governos entendem, ou quase todos dos estados, que
2672 precisam estar muito ruins para que a grande mãe dê dinheiro, como disse ali o colega
2673 conselheiro, “dindin” ou muito bons em certos pontos. O grande ganho desse novo
2674 sistema, que eu posso ver, e aí eu quero propor algo. É que nós vamos ter dados, que até
2675 pouco tempo atrás, nós não tínhamos nenhum. Nós temos uma cifra negra quanto à
2676 subnotificação, cifra negra quanto ao público que, bem disse, está sendo morto, ou não
2677 tem assistência de saúde, porque nossas bases não se falam. Mas, eu acho que parcela
2678 dessa, não vou dizer culta, porque nós não usamos essa palavra, essa
2679 corresponsabilidade é nossa. E aí o conselheiro do CNCG falou muito bem, e era uma
2680 das minhas propostas. Qual? Acho que podemos nós, enquanto conselheiros, em nossas
2681 bases, propor *workshops*. Isso é o que nós podemos concretamente fazer. Por quê? Nós
2682 temos que disseminar a ideia e a cultura de alimentação do sistema que nós não temos. O
2683 Brasil não acredita em estatística e em índice. E é por isso, e eu posso dizer, porque eu
2684 faço parte da Encla também, nós estamos no *follow-up* do Gafi. O que quer dizer isso? O
2685 grupo de ação financeira internacional cobra o Brasil, porque nós não temos estatísticas,
2686 nós não temos dados. E nós estamos sob observação desse grupo. Nós estamos no
2687 *follow-up*. Porque nós não temos dados, nós não temos números. Então, nós temos
2688 primeiro que disseminar a cultura da estatística e do dado. O dado é bom, o dado faz
2689 bem. A primeira coisa, e isso nós vimos na estratégia nacional. Aqui foi uma onde foram
2690 realizadas as nossas primeiras reuniões, nós, a Polícia, Ministério Público, Magistratura,
2691 Defensoria numa primeira reunião. A segunda, nós achamos que nós íamos fazer um
2692 levantamento cadavérico, porque só faltou sair tiro, dentada, puxão de cabelo, enfim.
2693 Porque todos achavam que nós estávamos querendo dados para literalmente ferrar com o
2694 outro. E não é isso, senhores. O dado é para formação de política pública extremamente
2695 necessária. Se nós não sabemos onde usar a nossa força de ação e dinheiro, nós não o

2696 usamos bem. Isso eu pude ver em dois anos e meio de estratégia. O governo emprega
2697 mal o que recebe do Governo Federal, porque nós não sabemos, nos estados, onde e
2698 como usar. E é para isso que isso é feito. Então, primeiro, nós temos que, como
2699 conselheiros, levar para os nossos estados, para os nossos órgãos, e todos eles,
2700 conjuntamente, para tentar disseminar essa cultura e saber que quem está na ponta e aí o
2701 Rogério disse muito bem, é que vai ser o grande responsável por esses dados serem
2702 fidedignos ou não. Não é a cúpula do governo, que, na verdade, ele não resolve nada.
2703 Ele só assina cheque, ou projeto de lei, ou normatização. Quem responde pelo que
2704 ocorre na ponta, pela execução, é a ponta. Então, é o movimento social, a polícia, os
2705 peritos, é quem está aqui, Ministério Público, dentre outros que estão aqui presentes.
2706 Então, a proposta seria de nós tentarmos fazer uma espécie de *workshops*, todos eles
2707 regionais, ou em nossos estados. Segundo, aí vai, secretária minha pergunta, nós vamos
2708 trabalhar com taxonomia, Rogério? Para todos esses dados? Porque, como você bem
2709 disse, cada estado fala de forma diferente. Eu tenho 27 estados que tratam o encontro de
2710 cadáver de uma forma. Enfim, todos os dados, eles não batem. Por quê? Porque cada um
2711 registra como lhe é conveniente para que a cifra não fique tão feia. Então, vamos fazer a
2712 taxonomia? Só mais uma pergunta. Os estados, quando pactuaram, eles sabem
2713 exatamente que a vantagem ou desvantagem financeira virá da veracidade desses dados?

2714

2715 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2716 **Pública – Presidente do CONASP) – Sabem.**

2717

2718 **A Sra. Ana Rita Cerqueira Nascimento (Conselho Nacional do Ministério Público-**
2719 **CNMP) – Estão sabendo. Então, essas são as minhas propostas, e as minhas perguntas.**

2720

2721 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2722 **Pública – Presidente do CONASP) – As duas perguntas. A primeira, nós, na pactuação**
2723 **metodológica, nós chamamos todos os estados e dissemos para eles o seguinte: “Podem**
2724 **registrar do jeito que for. Nós vamos entender homicídio. Art. 121, matar alguém”. Nós**
2725 **vamos entender pela tipificação e não pela forma que eles registraram. Podem registrar**
2726 **morte por derrubada, morte por encontro de cadáver. O que eles quiserem. Aqui vai ser**
2727 **lido como homicídio. Segunda pergunta, dentro da fiscalização, se o dado não for**

2728 verídico, e aí nós vamos ter uma forma, dentro do Comitê de Fiscalização, não recebe o
2729 orçamento. E não recebe o orçamento, inclusive, para o sistema prisional, Ana. Para
2730 além de orçamento, existe estado que fala para nós de cara: “Não precisamos do dinheiro
2731 do Governo Federal”. Então, você também não tem a pesquisa. Esse estado não vai ter
2732 acesso, de forma alguma, ao Sinesp. Bom, aproveitando, vou entregar aos senhores um
2733 pacote enorme, mas não tem outro jeito. Pensando em segurança pública, a pesquisa
2734 “Homicídios no Brasil, registro e fluxo de informações”, o segundo, “Direitos
2735 Humanos”, terceiro, “Política Pública: análise e diagnósticos”, “Mulheres na Segurança
2736 Pública”, e a pesquisa das instituições “O perfil das instituições de Segurança Pública no
2737 País”. Então, os senhores estão recebendo. É meio pesadinho, mas compensa, porque
2738 tem uma boa análise. Tem em meio eletrônico. Ele está no nosso site. Pedro, com
2739 relação às drogas, a leitura é do próprio sistema da Senad. Para além disso, o campo da
2740 saúde realmente que nós estamos trazendo e incorporando, quando nós falamos de
2741 droga. Mesmo porque pelo nosso pensamento que hoje o “Crack, é possível vencer” traz
2742 um paradigma diferenciado sobre drogas para a área da segurança. Nós temos plena
2743 convicção que usuários de drogas não são problemas da segurança pública. Ele cai na
2744 segurança pública pela falha do sistema que deveria ter sido acolhido antes, e não
2745 acolhido pela droga. Então, nós temos buscado fazer essa coerência. E um ponto
2746 importante é da agilização dos leilões de apreensão das organizações criminosas por
2747 meio de cruzamento desses dados para nós agilizarmos. Não perder esses bens, e utilizá-
2748 los para a própria política. Com a lei que está no Congresso, que nós estamos tentando
2749 viabilizar o mais rápido possível, deve entrar agora nessa votação aí, é que nós possamos
2750 desfazer do bem e acautelar o recurso e depois, no final do processo, quem tiver razão,
2751 levante o valor, porque há um problema desses bens apreendidos se deteriorarem, e
2752 chegar ao final, não valer nem para um, nem para outro. Então, nós fazemos de
2753 imediato a perda, o desfazimento, e que fique acautelado o valor do bem. E esse, ao final
2754 do processo, levanta de um lado ou de outro.

2755

2756 **O Sr. P Queiróz (Presidente da Associação Nacional de Praças – Anaspra) – Bom-**
2757 **dia a todos. Observando atentamente a explanação do Rogério, me chamou a atenção na**
2758 **hora em que ele fala com relação às informações, que irão, de forma fidedigna, prestar**
2759 **informações ao sistema, já que o gestor não faz isso, quem faz é a ponta. E acrescentaria,**

2760 além do soldado, que atende a ocorrência lá na ponta, o escrivão, que vai lavar o TCO,
2761 ou o BO, o Bombeiro também, que atende a ocorrência, que pode aquela ocorrência não
2762 ser uma ocorrência de acidente, e sim um fato criminoso que o Bombeiro atendeu, e só
2763 poderíamos fazer essa avaliação posterior, após ele preencher o relatório unificado. O
2764 relatório, inclusive, que poderia ser unificado. Hoje tudo no Brasil é unificado. O
2765 Renavan é unificado, o PIS/Pasep é unificado, a carteira de trabalho é unificada. Por que
2766 as ocorrências policiais, para fins de políticas de segurança pública também não se
2767 unificam, já que a Senasp, através desse sistema, gostaria de unificar todo o sistema. A
2768 questão da defesa de gêneros, eu fico feliz quando o conselheiro Willy buscou essa
2769 integração com a educação. É importante saber o perfil dos criminosos brasileiros, se são
2770 pessoas com altas faculdades em Harvard, ou se são, realmente, aqueles que não tiveram
2771 acesso ao primário, num local mais longínquo deste país. E, por falar em local
2772 longínquo, é interessante que não só o sargento do destacamento, como disse o Rogério,
2773 tenha acesso às informações, como também qualquer policial de ponta. Ponta de
2774 atividade-fim. E, é natural que tem que haver um sistema, como ele mesmo falou, que
2775 possa impedir, de alguma forma, a venda da informação. Algum policial inescrupuloso,
2776 que venha a se envolver com algum tipo de organização criminosa, não passe essas
2777 informações de forma clara. Naturalmente, que haverá uma hierarquia, talvez de dentro
2778 do sistema, das informações. Nós sabemos que as políticas de governo dependem disso,
2779 e eu também achei interessante, na palavra da conselheira Ana, do Ministério Público,
2780 essa questão de que muitas vezes o Governo Federal, por não conhecer toda a
2781 sistemática estadual de segurança pública, acaba jogando dinheiro no lixo. E é muito
2782 dinheiro. O Ceará hoje é exemplo disso. Nós estamos no *ranking* do estado mais
2783 violento hoje, e vocês investiram milhões de reais num tal de Território de Paz, que é um
2784 território de guerra. Não houve jeito. Não quero aqui fazer nenhuma crítica a gestor.
2785 Mas, é importante, sim, que nós possamos dar as nossas contribuições ao sistema. Eu
2786 estou vendo que ele não é um sistema fechado. Vocês estão abertos, ainda, a sugestões, a
2787 algo que possa melhorar. Mas, a indagação que eu faria era esta: se fosse possível,
2788 dentro de uma sistematização, fazer com que aquele policial que está hoje no Distrito de
2789 Macaí, em Roraima...

2790

2791 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2792 **Pública – Presidente do CONASP)** – Os Bombeiros já estão incluídos. Todos estão
2793 incluídos. Bombeiros, todos já foram capacitados. É só para dizer para o senhor. Todos
2794 já foram capacitados na ponta. É que a apresentação foi muito rápida. Mas, quem for
2795 alimentar, já chegou lá na ponta. Inclusive, nós já partilhamos isso com os agentes de
2796 saúde, para vocês terem uma ideia. Porque o agente de saúde está todos os dias na casa
2797 das pessoas, está todo dia em contato. Até os agentes de saúde vão ter um campo de
2798 preenchimento.

2799

2800 **O Sr. P Queiróz (Presidente da Associação Nacional de Praças – Anaspra)** – E os
2801 agentes penitenciários também. Presumo que sim. É ele que mapeia as fugas.

2802

2803 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2804 **Pública – Presidente do CONASP)** – Está incorporado. Porque o Sinesp está em
2805 construção permanente. A vida inteira ele vai estar em construção. Ele não é um sistema
2806 fechado. Ele é um sistema de leitura. Então, toda a área de inteligência do Depem está
2807 incorporada nele.

2808

2809 **O Sr. P Queiróz (Presidente da Associação Nacional de Praças – Anaspra)** – Então é
2810 isso. Eu encerro aqui. Eu já fui contemplado em outras questões, por outros
2811 conselheiros, e aqui eu espero, então, poder acompanhar e dar de contribuição o que for
2812 possível. Obrigado.

2813

2814 **A Sra. Patrícia Couto (Coordenadora do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia)**
2815 – Eu gostaria, então, secretária, a senhora falou a respeito da importância dos parceiros,
2816 a inclusão do Judiciário e do Ministério Público, acho muito salutar essa colocação. E
2817 também gostaria de saber se no Sinesp está previsto, também, os dados da Justiça
2818 Militar. Porque quando se fala em Justiça ali, se é da Justiça comum, acho extremamente
2819 pertinente, como já foi colocado pelo Alberto e pelo Willy, que esses dados,
2820 correccionais, no caso, no âmbito das polícias, que na Polícia Civil está contemplado pela
2821 Justiça comum, mas os inquéritos policiais militares, não. E nós precisamos, realmente,
2822 saber do andamento disso, que se inicia nas corregedorias e deságua na Justiça Militar, e

2823 não se sabe. Outra situação, um exemplo, uma política excelente. E eu vou fazer uma
2824 campanha do Rio Grande do Sul, que não poderia deixar de fazer, a respeito da questão
2825 da Lei Maria da Penha, onde há uma medida de segurança que não há uma comunicação,
2826 não havia pelo menos no nosso estado, entre as delegacias e o Judiciário. Hoje nós temos
2827 um projeto em que no momento em que o juiz concede a medida de segurança, ele
2828 informa, dá o retorno para a delegacia que vai avisar lá uma patrulha Maria da Penha,
2829 que vai fiscalizar se essa medida está sendo respeitada. Porque se sabe que os
2830 homicídios acabam acontecendo mesmo depois das medidas serem concedidas. Então,
2831 há essa fiscalização do policiamento ostensivo no Rio Grande do Sul. Também outra
2832 situação, e eu não sei aqui quando fala no Boletim de Ocorrência, a origem da delegacia.
2833 Nós temos, quando se alimenta os dados de ocorrência, duplicidade de informações,
2834 porque, no momento, quando a Polícia Militar, no caso a Brigada Militar, lança o seu
2835 dado, ela depois repassa para a Polícia Civil, e aí puxa o indivíduo lá, e aparecem duas
2836 ocorrências e, na verdade, é a mesma ocorrência. Então, o cuidado que se tem que ter da
2837 fonte, já que vão se migrar os dois dados das duas corporações para não repetir o mesmo
2838 fato. Então, eram essas as colocações bem brevemente. Obrigada.

2839

2840 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
2841 **Pública – Presidente do CONASP)** – Deixe-me aproveitar, Patrícia, e elogiar também a
2842 Patrulha Maria da Penha. Eu estive há pouco em Nova Iorque na comissão que trata de
2843 assuntos sobre mulheres, e inclusive foi levado pelo deputado, o Edgar, não só a
2844 Patrulha Maria da Penha, como o cartão vermelho “Diga Não à Violência”. Nós
2845 estávamos juntos lá. E aproveitar para comunicar a este conselho, é de fundamental
2846 importância, que neste exato momento a nossa ministra, Leonora, está no Espírito Santo
2847 lançando um projeto, que é junto com o CNJ, Secretaria de Política para Mulheres, a
2848 Senasp, por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário, nós estaremos seguindo as
2849 medidas protetivas, entregando a cada mulher um botão de pânico e monitorando a
2850 vítima, e não o agressor. A aproximação do agressor, a mulher teria esse botão de
2851 pânico, que passa imediatamente a dar todos os dados para o videomonitoramento ou
2852 rádio da própria polícia. Então, a partir do momento que ela apertou o botão de pânico,
2853 esse botão está filmando a cena, e levando esse áudio para a polícia. Isso, para o CNJ, é
2854 de fundamental importância para dar concretude àquela medida protetiva, porque o juiz,

2855 ao designar medida protetiva, ele fazia com insegurança pela proteção da vítima lá na
2856 ponta. E a vítima sai de uma audiência dessa com um papel na mão dizendo que o cara
2857 não pode se aproximar dela. Mas, e daí? Qual é a certeza que você dá da concretude da
2858 prestação jurisdicional? Então, nós estamos pensando nisso para o Brasil inteiro.
2859 Estamos lançando esse piloto lá. E a ministra foi hoje para o Espírito Santo lançar esse
2860 piloto sobre a medida protetiva. E eu acho que é muito importante isso, e importante,
2861 inclusive, de nós, enquanto Conselho, acompanhar isso para que possamos exigir,
2862 realmente, dos outros estados que sigam a mesma coisa. E do que depender da política
2863 nacional, nós estamos implementando essa forma. E também há um anseio de nós
2864 trabalharmos cada vez mais o agressor. Nós já chegamos à conclusão, no começo foi um
2865 embate muito forte com as feministas, mas hoje até elas aceitam, que não adianta
2866 trabalhar só e proteger a vítima. O agressor, ele vai reproduzir, porque isso é dele, ele vai
2867 reproduzir isso em outra relação, e nós vamos ter problema com outra vítima se nós não
2868 tratarmos o agressor. Então, para além da medida protetiva, tratar esse agressor.

2869

2870 **O Sr. Kléber Luiz da Silva Júnior (Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil –**
2871 **CONCPC)** - Bom, primeiramente me apresentar, meu nome é Kleber, eu represento
2872 aqui o Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil. Para nós é uma alegria poder
2873 assistir a uma apresentação dessa e saber que o governo avança no enfrentamento
2874 normativo à criminalidade, fortalecendo a segurança pública no país. Eu acho que com a
2875 aprovação desse projeto, nós conseguimos virar uma página da história neste país no que
2876 se refere a segurança pública, porque nós quebramos o paradigma do desconhecimento
2877 da realidade no país sobre criminalidade, e nós criamos um substrato importantíssimo
2878 para o estabelecimento de novas políticas públicas de enfrentamento à criminalidade.
2879 Mas, paralelamente, nós entendemos que nós precisamos avançar muito mais nessa
2880 questão do enfrentamento normativo à criminalidade no país. No ano passado, eu acho
2881 que por ocasião da 4ª Reunião Extraordinária do Conasp, o ministro da Justiça fez uma
2882 bela explanação sobre os cinco planos de ação do Governo Federal de combate à
2883 criminalidade violenta e a violência no trânsito. E naquela ocasião, nós dissemos ao
2884 ministro que além desses investimentos que o governo têm feito, e acho que de forma
2885 inédita no país, nós entendíamos que era urgente avançarmos no enfrentamento do ponto
2886 de vista normativo. E aqui, como representante da Polícia Judiciária, e dando um viés

2887 também do ponto de vista do Concp à matéria, nós entendemos que isso resolve uma
2888 questão estrutural no país, mas temos muitas outras que precisam avançar, sob pena de,
2889 para a Polícia Judiciária, a implantação e funcionamento do Sinesp servir apenas como
2890 objeto de contemplação de dados. Hoje a nossa sociedade está muito desprotegida e,
2891 infelizmente, a criminalidade está blindada no país. E eu posso dar uma série de eventos.
2892 Sem querer entrar na casuística, mas nós temos dificuldade de obtenção de imagens de
2893 circuito de televisão que tenham captado cenas de crime. Posso dar um caso concreto
2894 aqui no Distrito Federal, o sequestro e morte de um engenheiro mecatrônico de São
2895 Paulo, que foi abordado na saída de uma agência bancária no Distrito Federal, e eu tive
2896 que representar judicialmente para obter acesso a essas imagens. Isso é inaceitável uma
2897 situação dessa. Em caso de sequestro no país, nós não conseguimos rastrear o telefone
2898 celular da vítima. Apesar de ser um dado estático, isso não caracterizar nenhuma forma
2899 de invasão à privacidade da pessoa, nós não conseguimos ter acesso a esses dados, por
2900 quê? Porque a nossa legislação blindo o criminoso, e desprotege a sociedade. Então, eu
2901 faço um apelo, também, aqui, em nome da secretária Nacional de Segurança Pública,
2902 para que os formuladores de políticas públicas no país comecem a pensar em se conferir
2903 ao estado ferramentas de investigação, para que nós possamos proteger a sociedade. E eu
2904 não falo aqui de uma estratégia de empoderamento de órgãos policiais. Agora, a
2905 sociedade precisa de proteção. E nós queremos dar essa proteção à sociedade, mas
2906 enfrentamos amarras que são muito sérias, e são históricas no país. E está na hora de nós
2907 avançarmos nesse sentido. Então, eu entendo que o Sinesp é um marco. Nós viramos a
2908 página neste país. Os nossos órgãos policiais não dialogam e não conhecem a realidade
2909 dos outros estados, e nós não sabemos o que acontece em matéria de dados de
2910 criminalidade no país. Agora, o que nós esperamos é que isso seja apenas o início de um
2911 processo, e que novas políticas públicas possam surgir a partir daí para favorecer o
2912 enfrentamento da criminalidade no país.

2913

2914 **A Sra. Fernanda Benvenuti (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais,**
2915 **Travestis e Transexuais – ABGLT)** - Bom, primeiro eu quero pedir um
2916 encaminhamento à Mesa. Todas às vezes que as pessoas pedirem inscrição, que seja
2917 respeitado o momento que a pessoa pediu a inscrição. Porque não foi aqui pactuado que
2918 quando alguém pedisse a inscrição, faria assim. Eu pedi faz horas, Alex. Aí, o que

2919 acontece, você tomou a decisão de dar a palavra em círculo. Quer dizer, tem que ser
2920 respeitado na hora que a pessoa pediu, por ordem de pedido. Eu só faço só esse pedido.

2921

2922 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – É que levantou um monte de
2923 gente ao mesmo tempo.

2924

2925 **A Sra. Fernanda Benvenuti (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais,**
2926 **Travestis e Transexuais – ABGLT)** - Não. Quando eu levantei, não sei se você prestou
2927 atenção, mas eu prestei atenção, que, inclusive, eu só fiz assim, foi o colega que fez
2928 assim para mim, não tinha essa quantidade de gente inscrita. Só isso. Não me leve a mal,
2929 mas para nós caminharmos sempre nessa perspectiva. Quando alguém pedir, anotar por
2930 sequência. Eu entendo dessa forma, porque, às vezes, queremos falar em cima do que a
2931 outra pessoa falou, e perde o foco da história. Eu vi ali, a questão racial entrou, outras
2932 questões de escolaridade entraram. É muito complicado quando as pessoas, e nós vemos
2933 isso nos estados, quando nós falamos de identidade de gênero e orientação sexual. Aqui
2934 mesmo na Senasp, no GT, LGBT da Senasp que nós tínhamos no passado, antes dessa
2935 gestão, foi trazida aqui uma pesquisa do IBGE, quando a pesquisa do IBGE ia ser
2936 lançada. Nós fizemos a proposta de que fosse colocado o campo de identidade de gênero
2937 e orientação sexual. Aí, pasmem vocês, que quando veio trazer a resposta da pesquisa
2938 experimental com os pesquisadores, eles alegaram que não tinham condições de
2939 perguntar a identidade de gênero ou orientação sexual da pessoa. Isso só tem um
2940 embasamento na questão moral fundamentalista religiosa que está instalada neste país.
2941 Daí, eu vejo ali o campo de, se eu não estiver enganada, alcunha, e outro nome que tem
2942 lá. Eu não vejo nome social. Eu acho que se nós trabalhamos, e aqui mesmo tem um
2943 decreto a respeito do nome social, eu acredito que todas as polícias, elas sabem
2944 identificar travesti e transexuais na hora de bater, na hora de agredir, na hora de
2945 violentar. Porque quando aborda uma travesti, e não estou falando de todo mundo no
2946 geral, a carapuça caia na cabeça de quem lhe servir. Eu não estou generalizando.
2947 Existem os bons policiais, e existem os maus. Eu estou falando desses. Que quando
2948 aborda uma travesti, abordagem é totalmente diferente de qualquer outra pessoa.
2949 Primeiro agride moralmente, depois agride fisicamente, para depois aplicar a lei ou fazer
2950 o procedimento correto. Isso é fato. Não estou fazendo nenhum vitimismo aqui. Todos

2951 vocês conhecem muito bem isso. Agora, não querer reconhecer a identidade de gênero
2952 dessa pessoa, é outra história, porque quando nós dizemos assim: “Ele pode, ele vai
2953 pegar o RG, ele vai saber de quem se trata”. Mas, se eu digo assim: “Eu quero ser tratada
2954 por Fernanda”, qual o problema dele me tratar por Fernanda? Ele simplesmente vai olhar
2955 e dizer: “Você é homem. Nasceu homem, porra!”. É desse jeito. Estou trazendo assim
2956 essas falas, porque é dessa forma que nós presenciamos. Então, se não tem ali, por
2957 exemplo, nome social ou identidade de gênero das pessoas, nós não vamos começar a
2958 fazer essa cultura mudar. Essa cultura prejudicial. Se nós queremos uma cultura de paz,
2959 nós temos que começar cortando os males pela raiz. É isso que eu não vejo ali. Porque
2960 quando eu falo de identidade de gênero, pode ser que algumas pessoas não saibam do
2961 que está se falando de identidade de gênero. Identidade de gênero, eu nasci
2962 biologicamente do sexo masculino, mas eu me identifico com o gênero feminino, e eu
2963 quero ser tratada do gênero feminino. Lá nos processos você pode colocar o que você
2964 quiser, mas, socialmente, eu quero ser tratada do gênero feminino. Isso machuca? Isso
2965 incomoda alguém tratar outra pessoa da forma como ela quer ser tratada? Porque se tem
2966 ali alcunha, e outra palavra que eu não me lembro, por que não tem nome social? Porque
2967 aí são linguagens policiais. Mas, porque nós também não introduzimos na linguagem
2968 policial a questão do nome social? Quando se trata das coisas LGBT, as pessoas
2969 parecem que ficam meio travadas, parece que tem um problema de aceitar o que é óbvio,
2970 o que é natural. Ninguém está forçando. Eu não quero me chamar Fernanda só porque eu
2971 acho bonito ser chamada pelo nome feminino. É porque eu vivencio a minha
2972 feminilidade 24 horas. O que eu carrego, ostento, no meio das minhas pernas, isso
2973 pertence a mim. Isso não é do direito de ninguém, questionar ou querer isso ou aquilo.
2974 Agora, como política, eu acho que nós já estamos, porque no SUS agora, não deu tempo
2975 para trazer aqui, mas na próxima reunião eu vou trazer o cartaz do SUS, que tem lá a
2976 portaria que garante o nome social a travestis e transexuais para o atendimento. E isso,
2977 quando eu estou falando disso, isso evita constrangimento até para a própria polícia.
2978 Porque se eu sou tratada como gênero feminino, eu me desarmo diante de um policial.
2979 Se ele me trata dessa forma, e eu estiver armada, verbalmente, para descarregar, porque
2980 quando uma travesti na rua faz isso, ela não faz por que ela acha bonito ou por que ela
2981 quer, é por que ela tem uma carga social tão pesada, que ela nem na própria polícia ela
2982 confia naquele momento. Então, mas se eu sou tratada de forma como eu gosto, como eu

2983 desejo, eu me desarmo. Você vai arrancar de mim a informação que você quiser. Agora,
2984 se você não me trata, eu me fecho, o mundo fecha, e causa constrangimento para você
2985 policial, porque você vai entrar em um embate comigo. Você vai me agredir
2986 verbalmente, e daí pode sair até outras coisas. É isso que eu estou trazendo aqui. Não é
2987 nenhum benefício pessoal. É o bem da coletividade e da própria polícia. Porque se todo
2988 mundo se respeita, se eu passo na rua, eu vejo um grupo de policial, só para vocês terem
2989 a ideia, eu sempre faço isso, eu sempre testo. Nós somos testados, eu também tenho que
2990 testar. Para ver até que ponto isso é verdade ou não, esse preconceito que nós também
2991 instalamos, eu digo: “Bom-dia”. Pasmem vocês, poucos respondem bom-dia para mim.
2992 Agora, se eu passar e olhar com o olhar de desejo para um policial, eu não preciso nem
2993 cantar, ou lhe dar uma cantada, ele já vem para cima de mim, já vem me abordar. Isso
2994 nós precisamos desconstruir. Porque nós temos a obrigação de tratar a polícia e todas as
2995 pessoas com dignidade e com respeito. Se eu encontro um policial e eu o trato com
2996 respeito, eu quero respeito da mesma forma. É isso que eu estou trazendo aqui. Por isso
2997 que eu sinto falta, ali, do nome social. E na questão da sexualidade, nós só aprendemos a
2998 tratar as pessoas pelo sexo homem e mulher. Vamos começar a tratar também identidade
2999 de gênero? Porque aí eu também me identifico. Isso é para nós debatermos. Estou
3000 trazendo aqui para os conselheiros. Eu não estou impondo. E estou fazendo essa
3001 explanação porque isso daria um seminário de capacitação para todos vocês, porque
3002 vocês também, muitas vezes, não conhecem as nossas nomenclaturas, não conhecem o
3003 que o movimento discute, e o que o movimento traz, socialmente, como política. Mas, se
3004 nós estamos aqui num ambiente para construir política, e nós já estamos construindo
3005 essa política em outros espaços, por que aqui não? A prova é que nós estamos para
3006 construir política que aqui tem sociedade civil, e muito bem representada, quando tem
3007 aqui Movimento Negro, Movimento LGBT, e outros e outros movimentos. E aí, eu
3008 queria pedir, às vezes, as pessoas cometem erros, não são preconceitos, nem são
3009 discriminações. É o vício de linguagem e social que muitas vezes as pessoas falam. E aí
3010 eu vi aqui a colega lá, eu não estou enxergando o nome dela, mas ela muito expressiva.
3011 Assim, quando você fala, assim, cifra negra, o movimento negro se sente ofendido. Mas,
3012 é por isso que eu estou dizendo, é o nosso vício de linguagem. Às vezes, eu não vejo.
3013 Vou dizer a você que você foi racista nesse momento? Não foi. Mas, nós temos que
3014 também interpretar as coisas. Mas só para nós nos policiarmos. Se policial no bom

3015 sentido de não cometer esses pequenos equívocos, que não é uma forma racista como
3016 você se expressou, (*Intervenção fora do microfone*) é termo jurídico, mas aí, sempre que
3017 somos movimento, nós sempre tentamos fazer esse tipo de coisa. Obrigada. Desculpa-
3018 me, Alex. É só para dialogarmos melhor.

3019

3020 **O Sr. Rogério (Senasp)** - Eu queria assumir a culpa aqui, na verdade, foi um erro meu.
3021 Eu não vim preparado para mostrar esse documento. Como surgiram as discussões, a
3022 secretária pediu para abrir, isso aqui foi a primeira versão. Quando nós fomos discutir,
3023 vocês haverão de concordar que quando nós falamos que íamos padronizar os
3024 procedimentos, todo mundo falou que nós não íamos conseguir. Nós ficamos fechados
3025 dentro de uma sala três dias, os 27 entes federados, debatendo sobre a construção. E para
3026 os pontos mais polêmicos, foi construída uma comissão para avaliar. E essa questão da
3027 identidade de gênero, como é que iria ser colocada, não sei se foi a Secretaria de Direitos
3028 Humanos mandou para os estados quarenta tipos, e os estados disseram que não iriam
3029 conseguir cadastrar. então, lá nesse momento, nós fizemos um trabalho junto com a
3030 CNJ, que estava fazendo um trabalho sobre tráfico de pessoas, para alinharmos com eles
3031 como seria identificar, tanto nos procedimentos das polícias, quanto nos procedimentos
3032 da saúde, porque o CNJ já estava fazendo esse trabalho focado na questão da comissão
3033 que trata lá sobre a questão de tráfico de pessoas. Então já foi incluído, Fernanda, só
3034 para te tranquilizar, nome social, inclusive sexo, eu não sei como está direito, mas eu
3035 posso te passar depois, vou pegar seus dados, passo o documento definitivo. Isso já foi
3036 tratado, já foi corrigido no documento. Só não está aí porque causou uma polêmica no
3037 dia, porque umas pessoas queriam abrir demais os campos sobre a opção sexual. E muita
3038 gente questionou, às vezes, nem a própria pessoa ela sabe se identificar como um desses
3039 tipos que as pessoas estão pedindo aqui. Aí uns queriam que colocasse os 40, uns
3040 falavam que era só os 3. Então, como houve um debate nesse sentido, nós criamos a
3041 comissão para discutir depois. Então, essa aí é a primeira versão. É o que eu tinha aqui
3042 no meu pendrive. Como eu disse, eu não vim preparado para mostrar. Por um acaso eu
3043 tinha aqui. Então, já foi incluído. E nós nos preocupamos em incluir com padrão com os
3044 outros órgãos também que trabalham com essa política, especificamente nessa política.
3045 Inclusive, na discussão lá da comissão que tratava sobre de tráfico de pessoas, tinha

3046 representantes de todos os movimentos. E tudo isso foi incluído depois. E aí depois eu
3047 posso passar a versão definitiva do jeito que está lá.

3048

3049 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
3050 **Pública – Presidente do CONASP)** – Eu até, Fernanda, achei estranho, porque você
3051 sabe que tudo o que foi tirado de dentro do comitê que discutia política, e discute,
3052 porque nós ainda temos a ligação, inclusive, com SEDH, e tudo o mais, e isso passa a ser
3053 norma interna dentro da Senasp. Então, eu tinha achado estranho, porque para nós,
3054 dentro da Senasp, o nome social é corriqueiro. Não existe qualquer distinção. Então,
3055 manda a versão nova, Rogério.

3056

3057 **A Sra. Josiane Gamba (Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH) -**
3058 Bem, eu queria ressaltar, primeiro a importância, não só para a questão da elaboração de
3059 políticas e do aperfeiçoamento de políticas, mas para o controle social, porque, para nós
3060 é fundamental enquanto sociedade civil. Então, nesse sentido, eu não vou nem perguntar,
3061 porque eu acho que pode ser que já esteja. Mas, aí era interessante, como foi ventilada a
3062 possibilidade de dentro de 10 dias nós darmos retorno para contribuir para o
3063 aperfeiçoamento, que nos fossem fornecidos os campos que podem estar nessa questão,
3064 porque, por exemplo, para nós, era importante saber se nós vamos poder detectar em que
3065 circunstâncias, por exemplo, uma pessoa que estava com privação de liberdade, por
3066 exemplo, se é uma pessoa com deficiência, se ela morreu ou algo ela está dentro de uma
3067 gaiola, e ela morreu se debatendo, o que para nós significa que foi uma debilidade do
3068 sistema de segurança que não viu que aquela pessoa tinha um problema qualquer; ou se,
3069 por exemplo, foi um caso de tortura, e que a pessoa era uma pessoa com deficiência, e
3070 que, de repente, estava algemada, e ela era surda. Então, essas questões, para nós, eram
3071 importantes se nós pudéssemos detectar. Pode ser até que já consiga se detectar através
3072 desse diagnóstico, por isso é melhor nós olharmos para ver se tem essa possibilidade
3073 nesse campo para nós contribuirmos, porque para nós é um instrumento importante para
3074 o controle social. Essa era uma questão. Por exemplo, a questão dos autos de resistência,
3075 é possível detectarmos, nós vamos saber quem foi, vou chamar de um nome feio, mas é
3076 porque como eu sou do sistema de proteção a vítimas e testemunhas, o algoz. Pode ser
3077 que o algoz seja nessa inserção. Então, nessas questões que talvez possam ser

3078 respondidas se nós tivermos. Não precisaríamos estar discutindo aqui. A outra questão
3079 que eu queria colocar, é que tem no nosso compromisso de Governo, a questão do
3080 PNDH3, e nós estamos fazendo o monitoramento do PNDH3, e existem alguns itens que
3081 nos colocam: publicação periódica de questões. Então, se é possível já esses relatórios
3082 que vão ser emitidos, obedecer a um compromisso de Governo de 2008, que foi o
3083 Programa Nacional de Direitos Humanos. Então, essas duas questões, para mim, são
3084 importantes. E queria, mais duas coisas rápidas, que era com relação a questão assim,
3085 nós temos direito a esses dados. Porque a Lei das Transparências é realmente na questão
3086 da operacionalidade e das estratégias de segurança, e não dos dados oficiais. Então, e
3087 esses são dados que chegam a ser inquerito, a se transformarem em inquerito, ou chegam
3088 ao conhecimento. E tantos outros extermínios que nós nem sabemos. Então, esses que
3089 pelo menos chegam, nós temos direito a ter o acesso, inclusive pela Lei da
3090 Transparência. E a outra questão, realmente, com relação à metodologia. Eu adorei o
3091 crachazinho assim, eu acho que facilita, mas precisa que alguém realmente garanta o
3092 controle da ordem de prioridade. Porque quando eu me inscrevi, por exemplo, todos dali
3093 já tinham inscrito. Aí de novo passou para lá, e nós ficamos aqui. Mas, não tem
3094 problema não. O meu recado, eu dei, e era isso. Está bom? Obrigado.

3095

3096 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
3097 **Pública – Presidente do CONASP)** – Deixe-me interagir um pouquinho. É o seguinte,
3098 vamos lá. A primeira questão, eu acho que é quase impossível contemplarmos, porque
3099 ela é meio subjetiva na hora da tradução ali. Mas, se os senhores, enquanto sociedade
3100 civil, enquanto trabalhador, e até mesmo gestor, sentirem necessidade de que nós
3101 aprimoremos isso, e aí não no campo do registro, mas no campo da pesquisa, Joseane,
3102 nós possamos, dentro dessas pesquisas incorporar alguma coisa para subsidiar a
3103 sociedade civil na busca, e aí vale para qualquer tema, elenquem esses temas e nos
3104 encaminhe porque temos a possibilidade e temos utilizado esses acordos internacionais
3105 com organismos internacionais, não para consultoria daquilo que nós temos condição de
3106 fazer do dia a dia. Mas para essas consultorias um pouco mais avançadas. Então, nós
3107 temos nos apoiado nos (...) com organizações internacionais, buscando fazer esse tipo de
3108 pesquisa que não é possível o servidor, no dia a dia, fazer. E eu acho que isso cabe uma
3109 pesquisa. E, se for o caso, nós contemplamos, sem problema nenhum. Quanto ao auto de

3110 resistência, esse está contemplado. Ele vai ser registrado como homicídio, mas no campo
3111 ele estará que foi com polícia. Ele está contemplado, mesmo porque, veja bem, nós
3112 estamos numa luta incessante no Congresso de aprovar uma lei que não mais se trate de
3113 auto de resistência, e, sim, de homicídio, porque isso tem que ser levado para o
3114 Judiciário. A quem tem o dever ou a competência de traduzir a excludente de licitude,
3115 não é a autoridade policial, é a autoridade judiciária. Então, de qualquer forma, isso tem
3116 que ser levado ao Judiciário. É essa a nossa luta. Nós estamos travando isso. Quem
3117 discute se tem ou não excludente naquele ato é a autoridade judiciária. É uma luta que
3118 nós temos travado no Congresso. E eu acho que está em ajuste. Porque é lógico, eu
3119 considero que não podemos criminalizar ninguém de antemão, mas tem que ser levado
3120 ao Judiciário para averiguação. Não se esqueçam de que aliado a esse sistema, nós
3121 teremos a pesquisa de vitimização. Nós lançaremos agora o resultado da primeira
3122 pesquisa de vitimização. Essa pesquisa, nós já estamos em tratativas com o IBGE para
3123 que ela incorpore no censo pelo menos perguntas básicas para que nós não defasemos
3124 essa pesquisa, e de dois em dois anos nós estamos nos obrigando a fazê-la. Então, assim,
3125 aliado a isso, essas as subnotificações e os sub-registros, isso, nós estaremos
3126 contemplando por meio da pesquisa de vitimização, porque é corriqueiro em outros
3127 países, e há sub-registros e subnotificações em outros países. Nós até achávamos que
3128 não havia, em termos de homicídio o sub-registro. Mas há. E muito. Às vezes o pessoal
3129 fala, “Tem cadáver, tem registro”. Não tem registro de homicídio, tem subnotificação.
3130 Muito grande.

3131

3132 **O Sr. Clóvis Souza Nunes (Rede Desarma Brasil)** – Primeiro, queria tranquilizar
3133 vocês que sou o último, e vou falar concisamente. Não vi o companheiro mostrar, mas
3134 tem um campo de fonte de informações muito importante que está na invisibilidade da
3135 sociedade brasileira para os dados de violência, que são os conselhos tutelares. A
3136 quantidade de crianças abusadas e de agressões à mulher e adolescentes é infinita. Então,
3137 os conselhos tutelares passam por uma dificuldade grande. Li uma pesquisa feita por um
3138 grupo que fez uma tese de mestrado na Bahia, e eles descobriram, muitas vezes,
3139 empírica, assim, sem muita profundidade, mais com telefonemas, 72% dos conselhos
3140 não têm computadores. Então, eles não estão informatizados. Principalmente quando
3141 você interioriza a pesquisa sobre esses conselhos. O Brasil tem mais, em torno de 5,6 mil

3142 municípios, e a grande maioria tudo na mão ainda. Eu digo a vocês, a minha cidade, que
3143 é a segunda maior da Bahia, Feira de Santana, não tem computadores no conselho
3144 tutelar. E para nós tirarmos um dado de lá é o maior trabalho. Nós tivemos que entrar
3145 com uma representação jurídica, porque houve um juiz que proibiu o conselho tutelar de
3146 dar os números. porque eles revelam muita coisa que ninguém quer saber: prostituição
3147 infantil, abuso de pedofílias entre famílias, entre parentes, entre pessoas muito próximas,
3148 as violências domésticas, muito lá inseridas. Eu penso que o Sinesp traz um avanço
3149 enorme para o país. É uma fonte poderosa que pode estabelecer uma nova dimensão para
3150 a segurança humana no país, porque dentro da segurança pública brasileira tem muito
3151 achismo. A falta de pesquisa é que dá a lacuna do achismo para todo mundo opinar. A
3152 segurança no Brasil, em cada estado, é uma espécie de panela que todo mexe e cada um
3153 bota o seu tempero. E aí o achismo fica ao gosto do consumidor. Eu digo isso a vocês
3154 por causa do desarmamento. Há números absurdos que estão dentro da pesquisa do
3155 desarmamento que ninguém sabia se não tivesse a pesquisa, principalmente para aqueles
3156 que defendem as armas. Outra coisa que eu penso que é muito importante, é que nós
3157 poderemos retirar desse banco de dados poderoso, não só políticas, mas um diagnóstico
3158 social do país, que nós nunca tivemos antes. É uma espécie de comparação, mesmo,
3159 panorâmica, do organismo social brasileiro perante a criminalidade, a vitimização, aos
3160 tipos de violência. Todas elas estão, como bem falou o companheiro Kleber, as
3161 organizações policiais, estado a estado, estão isoladas. Nunca tivemos uma rede como
3162 essa. Então, me congratulo com todos que elogiaram a ideia, e acho que a ideia é
3163 maravilhosa, que pode ajudar muito. Ele, inclusive, entrou em um sistema, que vocês
3164 estão sabendo, esse controle também da informatização dos presídios, eles foram
3165 estabelecidos lá, mas estão isolados dos estados. O Sinesp pode integrar. Então, são
3166 tantas variáveis maravilhosas que poderão sair, e que, com certeza, nós teremos novos
3167 rumos na segurança humana no país se nós soubermos bem usar o Sinesp. Agora, eu
3168 penso que para desconstruir essa cultura de não ter pesquisa, não ter importância nos
3169 dados, o Sinesp chega em uma hora que ele mesmo é o grande motivador da
3170 desconstrução dessa cultura. Porque nós não temos o costume de fazer a notificação. O
3171 Brasil tem um número de subnotificações imensas em todas as áreas da segurança. Fala-
3172 se que para o assalto à mão armada, tem pesquisador que diz que para cada um que dá
3173 uma queixa, tem 12. Mas, tem pesquisador que diz que é 5. E todos eles dentro de

3174 universidades. Então, você não tem certeza. Porque de 5 para 12 a diferença é enorme.
3175 Então, qual é o número exato? Eu penso que esse sistema chega em uma hora boa, onde
3176 chega o SUSP, uma coisa tem a ver com a outra. O SUSP nunca teria eficácia, eficiência
3177 que poderá ter se esse sistema não chegasse junto. Então, é um casamento perfeito. O
3178 Sistema Único de Segurança Pública com o Sinesp. E penso que nós vamos descobrindo
3179 mais coisas que poderão enriquecê-lo e fazer com que seja uma grande ferramenta para
3180 que nós possamos mudar o mundo brasileiro que nós temos aí escondido. Dizem que o
3181 Brasil é cordial, mas nós somos um país agressivo, agressor, violento, e que precisa
3182 mudar dessa fase. Eu acho que o Sinesp vai revelar muitas surpresas incríveis e, ao
3183 mesmo tempo, maravilhosas para nós irmos ao rumo certo das mudanças.

3184

3185 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
3186 **Pública – Presidente do CONASP)** – Eu só gostaria de colocar, também, que nós já
3187 investimos nos estados para a compra de equipamentos para que possamos receber isso
3188 *on-line*, 39 milhões o ano passado; este ano já estamos disponibilizando mais 40
3189 milhões. O nosso investimento, em 5 anos, é de 297 milhões, para que também o estado
3190 não diga para nós que não fez porque não tinha condições, não tinha equipamento, não
3191 tinha nada. Então, nós estamos disponibilizando equipamentos lá na ponta. Eu pediria
3192 para a Paula que fizesse uma fala, porque eu sei o Termo de Referência foi feito em
3193 conjunto conosco, pela ministra Maria do Rosário. Os conselhos tutelares estão
3194 recebendo equipamentos, carro, enfim. Eu gostaria só que você fizesse essa fala, porque
3195 é importante para esse colegiado saber o que nós estamos fazendo enquanto Governo
3196 Federal. Também para que nós possamos contrapor, às vezes, algumas informações que
3197 nos chegam. Porque, Clóvis, pesquisa nós temos para tudo. Dificilmente quando nós
3198 damos uma pesquisa, nós indicamos a metodologia e o campo pesquisado. E aí vem
3199 número de tudo quanto é jeito, ao bel-prazer de quem quer demonstrar alguma coisa.
3200 Então, eu acho que nós temos que ter informação daquilo que está acontecendo para que
3201 nós possamos, lá na ponta, combater algumas coisas.

3202

3203 **A Sra. Ana Paula Diniz Mello Moreira (Secretaria de Direitos Humanos – SEDH) -**
3204 Obrigada, Regina. É uma oportunidade falar disso, porque é uma política muito exitosa
3205 que o Governo está fazendo. Ano passado foi aprovada a lei que trata dos conselhos

3206 tutelares do Brasil, que regulamentou todos os procedimentos em relação aos conselhos
3207 tutelares e a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente. Então, foi uma grande vitória
3208 para o país essa promulgação da lei. E desse trabalho conjunto, a Secretaria de Direitos
3209 Humanos criou o que nós chamamos de Kit conselhos tutelares, que ele incorpora, como
3210 a secretária disse, envolve computadores, envolve estrutura, uma parte de estrutura
3211 administrativa, carros, exatamente para que se permita o deslocamento e atuação dos
3212 conselheiros tutelares, que inclusive agora, também, tem toda a sua atuação regulada,
3213 inclusive com remuneração, enfim, uma série de coisas assim. Eu não sei por que Feira
3214 de Santana ainda não recebeu. Mas, estão sendo distribuídos já a vários municípios e a
3215 vários conselhos tutelares. Exatamente. Essa que é a questão. Tem que estar com certa
3216 estrutura, tem que ter a rede no local trabalhando. As varas de Infância e Juventude e as
3217 Promotorias também, o sistema tem que estar bem estruturado. Mas, eu sei que já foram
3218 entregues, agora em janeiro, já começou a entrega desses kits, e posso até trazer, pedir os
3219 dados para vocês, hoje à tarde, se quiserem que nós passemos essas informações, que eu
3220 entro em contato com a Secretaria, para dar os dados mais concretos. Obrigada pela
3221 oportunidade porque realmente essa é uma política que nos engrandece muito como
3222 Secretaria, e como Governo também.

3223

3224 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
3225 **Pública – Presidente do CONASP)** – Bom, eu só vou dar uma introdução, bem rápida,
3226 sobre a história do SUSP, para que depois o coronel Washington fale um pouco aí como
3227 chega o Fórum Brasileiro nessa discussão, nessa parceria. E aí eu gostaria também de
3228 que todos que aqui estão tivessem a mesma oportunidade de colaborar nesse processo de
3229 construção. Ele, infelizmente, é um processo que está nos sendo colocado rápido,
3230 embora o projeto de lei que está lá no Congresso seja de 2007. E aí nós vamos ter pouco
3231 tempo, mas eu gostaria que cada um, dentro da sua ótica, nos mandasse colaboração para
3232 formatação desse PL substitutivo, que vai ter que entrar rápido. O que aconteceu? O
3233 deputado Efraim Filho, da Paraíba, ele nos chamou, ele é presidente da Comissão de
3234 Segurança Pública, e nos pediu que ele gostaria muito de ver o SUSP regulamentado
3235 dentro da sua gestão. Nós entendemos, já de muito, dentro da Senasp, que aquilo que
3236 está lá não é uma lei do SUSP que não nos contempla. É um apanhado de anseios que
3237 existiam na Senasp que foi juntado tudo e mandado para lá como SUSP. Nesse ínterim,

3238 consegue-se a aprovação do PRONAS, que é muito mais uma operacionalidade do que
3239 um sistema, e que hoje, para nós, é um norteador daquilo que nós chamamos de Política
3240 Nacional de Segurança Pública. E aí nós temos que encaixar tudo isso dentro de uma lei.
3241 Foi nesse sentido que nós criamos um cronograma de trabalho. Nós teremos até o final
3242 de maio para entregar para o deputado um esqueleto formatado. O Fórum Brasileiro tem
3243 até o final de junho, para dentro desse esqueleto, refazer isso. Já contratou uma
3244 consultora. Essa consultora está trabalhando já dentro dessa elaboração. E eu acho que aí
3245 nós temos um papel fundamental enquanto conselho. Nós temos dois pontos que para
3246 mim são muito claros. Um, nós deixamos a coisa acontecer do jeito que eles quiserem,
3247 porque nós não vamos nos manifestar. Estou dizendo enquanto conselho. E outro, nós
3248 participamos. Ou nós vamos só para a assinatura ou nós vamos participar. Para
3249 participar, eu gostaria que o debate fosse mesmo intenso, que cada um tivesse um olhar
3250 dentro da sua peculiaridade para aquilo que deve estar contemplado ou não. Não
3251 esquecendo que tem que ser uma lei enxuta. Não é uma lei. É uma lei geral. Ela não é
3252 uma lei específica. Depois nós criaremos as especificidades decorrentes da lei geral. Mas
3253 ela tem que fazer um sistema. E acho que isso, para nós, quando lá na própria
3254 Conferência, o Alberto sabe disso, era uma discussão dentro do texto-base, que nós
3255 tínhamos que ter um sistema. E como formatar esse sistema? O fundo tem que ser
3256 incorporado ao fundo de segurança. Esse fundo de segurança tem que ser ampliado. O
3257 conselho gestor do fundo tem que ser melhorado. É tudo para discutir dentro disso.
3258 Trazemos a Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal, é lógico, para dentro desse
3259 sistema, porque não dá para deixar de fora. Como contemplar, dentro desse sistema as
3260 diversas óticas? Como contemplar o Conasp dentro do Sistema Único de Segurança
3261 Pública. Eu acho que o Conasp também tem o papel que não é do conselho gestor, mas é
3262 um papel fundamental nesse sistema. Como que fica isso? Tem que compatibilizar tudo
3263 isso. Então, eu acho que é um desafio. O coronel Washington deve expor um pouco
3264 aquilo que o Fórum está pensando. E nós deixaremos, aí, para os senhores, um tempo
3265 que, infelizmente, é o tempo que nós também estamos tendo, um tempo exíguo, mas, eu
3266 acho que pelo menos aí uns 15 dias para os senhores para darem um retorno para nós,
3267 daquilo que pensam enquanto esse novo sistema para que nós possamos incorporar como
3268 contribuição. O projeto de lei que vocês receberam é o que no Congresso. O coronel
3269 Washington vai colocar. Nós começamos a debater um esqueleto. Mas, assim, como nós

3270 começamos a formatar isso? Um sistema tem que ter um conselho, tem que ter um
3271 fundo. Começamos a só pontuar. E estamos fazendo isso de uma forma triangulada. O
3272 que vocês podem ter é esse esqueleto, no qual nós estamos nos baseando. Isso aí não tem
3273 problema. A nossa equipe da Senasp mesmo passa para os senhores, isso não tem
3274 problema. O que nós não detalhamos é dentro desse esqueleto como fazer, como é o
3275 fundo. Eu só estou jogando algumas coisas para vocês.

3276

3277 **O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE) –**
3278 Mande para nós em mídia digital, porque eu compartilho com a rede.

3279

3280 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
3281 **Pública – Presidente do CONASP) –** Está bom. No final da exposição aquilo que os
3282 conselheiros acharem necessário que a Senasp providencie para que melhor os senhores
3283 possam dar a sua opinião, por favor, pontue para nós, que nós providenciamos.

3284

3285 **O Sr. Alberto Koptittke (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis**
3286 **– Cobrapol) -** Só uma dúvida nesse sentido. Esse PL está protocolado?

3287

3288 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
3289 **Pública – Presidente do CONASP) –** Esse aqui, esse é aquele antigo.

3290

3291 **O Sr. Alberto Koptittke (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis**
3292 **– Cobrapol) -** Mas ele está de 2012 aqui. Esse aqui que nos distribuíram é um de 2012.

3293

3294 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
3295 **Pública – Presidente do CONASP) –** Porque assim, ele foi renumerado dentro do
3296 Congresso por causa da entrada do Sinesp. Você se lembra de que dentro do SUSP tinha
3297 um tópico que falava do Sinesp. Eu não sei se você se lembra. Ou melhor, falava do
3298 Infoseg. Aí nós sacamos isso por conta da Lei do Sinesp, e aí ele sofreu uma nova
3299 numeração. Então, consta 2012, mas ele é de 2007. É aquele antigo.

3300

3301 **O Sr. Alberto Koptittke (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis**
3302 **– Cobrapol) - Mas o Executivo ainda pode apresentar um substitutivo?**

3303

3304 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
3305 **Pública – Presidente do CONASP) – A ideia é que nós apresentemos um substitutivo,**
3306 **e que o deputado Efraim seja o relator desse substitutivo dentro desse PL. É essa a ideia.**
3307 **Que nós façamos a apresentação do Executivo. Agora, eu tinha dois encaminhamentos**
3308 **com relação ao Sinesp. Até mesmo porque foi uma sugestão da conselheira Ana. E eu**
3309 **acho que nós podíamos, com os diversos, não só os segmentos, mas com as entidades**
3310 **que aqui estão e que sentirem necessidade de nós fazermos a apresentação do Sinesp na**
3311 **entidade, ou em um grupo de entidades, que nós programemos isso. O Rogério tem a**
3312 **equipe, está disposto. E nós faríamos a apresentação. Eu acho que é de fundamental**
3313 **interesse, tanto para os segmentos de trabalhadores. Quanto mais pulverizarmos isso, é**
3314 **melhor para os segmentos de gestores e para o segmento da sociedade civil. No controle**
3315 **externo é fundamental essa ferramenta. Então, vamos espalhar isso. Essa é a primeira**
3316 **coisa. E a segunda, se sentirem a necessidade da disponibilidade, também, da**
3317 **apresentação que o Rogério faz nos estados, e está fazendo, não há problema. Nós já**
3318 **deixamos isso disponibilizado, também, para os conselheiros. E além de ir para fazer a**
3319 **apresentação, nós já disponibilizamos também para que os senhores, dentro das suas**
3320 **bases, também dizer: “Já existe isso, está aqui, nós podemos pedir o maior**
3321 **esclarecimento com a presença do próprio técnico”.**

3322

3323 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) - Decorrido o**
3324 **lapso temporal de 15 dias, que está sendo dado aos conselheiros, o Conasp se reúne para**
3325 **ver um texto final, ou as contribuições serão individuais?**

3326

3327 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
3328 **Pública – Presidente do CONASP) – Serão individuais.**

3329

3330 **O Sr. P Queiróz (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais -**
3331 **Anaspra) - E quem vai sistematizá-las?**

3332

3333 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
3334 **Pública – Presidente do CONASP)** – Quem vai sistematizar é a própria Senasp, que
3335 está fazendo isso, porque aí, veja bem, isso que nós estamos fazendo é pedindo
3336 contribuição dos senhores. Porque o processo vai andar. Independentemente de nós ou
3337 não, ele é um processo legislativo. O deputado só está pedindo colaboração. Se ele
3338 quiser fazer lá o substitutivo dele ele faz. Então, nós vamos ter um tempo exíguo. Nós
3339 não vamos ter tempo de nos reunir. O que nós podemos ter é comprometimento com os
3340 senhores é de dar a devolutiva. “Olha, a Senasp sistematizou isso e está mandando isso
3341 para o deputado”. Isso nós fazemos com tranquilidade. Agora, reunião, eu não posso me
3342 comprometer. Mas de dar devolutiva aos senhores daquilo que nós estaremos dando
3343 encaminhamento para o Fórum Brasileiro e para o deputado, isso não tem problema.
3344 Sem problema nenhum.

3345

3346 **O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE)** –
3347 Mesmo que você dando a devolutiva, acho que daria mais um prazo de mais cinco dias,
3348 porque, de repente, alguma ideia que eu coloquei, e que outros companheiros botaram e
3349 de repente nós acabamos subindo, tendo outra ideia. De repente, nós podemos colocar
3350 temas e finalizar.

3351

3352 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
3353 **Pública – Presidente do CONASP)** – Eu entendi. Então, vamos fazer um bem bolado.
3354 Os senhores ficam com 10 dias, mandam, nós sistematizamos, e volta, e os senhores têm
3355 mais 5 dias. Pode ser dessa forma? Porque aí nós temos a contribuição desse sentido.

3356

3357 **O Sr. Alberto Koptittke (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis**
3358 **– Cobrapol)** – Eu vou fazer duas sugestões aqui: convidar o deputado para vir aqui na
3359 próxima reunião do Conasp. Seja qual for o estágio que esteja a votação, porque se nós
3360 não podemos decidir, mas, algum tema importante, talvez o próprio SUSP, ainda dê
3361 tempo. E à tarde vou fazer uma sugestão. Claro que esse tema está na pauta, e tal, mas eu
3362 acho que o conselho tem que exercitar e produzir resoluções sobre os temas para ficar
3363 como um documento nosso. Então, ter um relator, como foi o dos municípios, que o
3364 Sana fez e é a única que resolução que este conselho produziu. E é de tanta qualidade.

3365 Outro dia, eu a usei igualzinha, copiei e coleí em um documento. Então, eu queria deixar
3366 uma sugestão, mesmo que não dê tempo, porque isso aqui estrutura, ou deveria
3367 estruturar todo o sistema da relação do conselho com os estados, com os municípios. A
3368 possibilidade de cortar financiamento. E assim por diante. Então, a sugestão é uma
3369 proposta de resolução, que nós escolhemos um relator aqui. Complementando a urgência
3370 imediata que tem que mandar.

3371

3372 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
3373 **Pública – Presidente do CONASP)** – E se nessa linha se o conselho criasse, aí, um de
3374 cada segmento para sistematizar aquilo que o conselho quer mandar para nós? E aí esse
3375 prazo, nós deixaríamos os 15 dias mesmo, internamente. Essa comissão receberia em 10
3376 dias a contribuição de todo mundo, sistematiza, e volta, e aí vem como resolução do
3377 conselho para a Senasp?

3378

3379 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** - É que eu tinha
3380 compreendido que esse tema, o aprofundamento, nós faríamos à tarde. Porque há um
3381 cronograma já estabelecido que surgiu do encontro anual do Fórum. Pelo menos a
3382 contribuição do Fórum, do Encontro Anual do Fórum Brasileiro de Segurança, o ano
3383 passado, depois um conjunto de reuniões prévias com a Senasp. E seria interessante
3384 serem previamente discutidas essas etapas já cumpridas, para que nós fizéssemos
3385 encaminhamentos. Eu acho que agora, na minha opinião, não é o momento de tirar o
3386 encaminhamento. À tarde, nós precisaremos apresentar, até porque não necessariamente
3387 essa contribuição do Fórum está conjugada ao cronograma da Senasp, temos que fazer
3388 estreitamento, e isso exige, pelo menos, em minha opinião, uma socialização prévia, um
3389 nivelamento maior do *status* atual, e uma discussão soberana deste conselho, no que toca
3390 a essa deliberação. A minha sugestão é só para que nós possamos ter maior densidade no
3391 encaminhamento, e que às vezes para ter celeridade nós pulamos alguma etapa.

3392

3393 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
3394 **Pública – Presidente do CONASP)** – Vejam qual é a forma melhor. Eu só peço que
3395 mantenham os 15 dias. Não extrapolem os 15 dias, porque isso vai prejudicar a
3396 participação do conselho. Volto a dizer, o deputado poderia ter feito isso por ele, sem

3397 pedir nada. Então, nós estamos querendo aumentar a participação nessa lei, é lógico.
3398 Então, vamos manter os 15 dias. Só isso.

3399

3400 **O Sr. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares**
3401 **Estaduais - Feneme)** - Esse projeto é de extrema importância para todas as polícias.
3402 Talvez seja o mais importante desde 89 está lá para regulamentar o § 7º, do art. 144.
3403 Então, é de suma importância. Eu, por exemplo, com a passagem marcada para as 15h,
3404 tenho que sair. O do CNG saiu. É de extrema importância. Eu pensei que seria agora de
3405 manhã. Nós trabalhamos essa noite, inclusive em propostas. Nós temos uma proposta. Já
3406 vou enviar agora dentro desse prazo aí. E segunda informação, acho que é importante, o
3407 deputado não é mais presidente da Comissão de Segurança Pública. Ele, inclusive, é
3408 suplente do partido lá. E a relatoria, provavelmente, vai cair com outra pessoa.

3409

3410 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
3411 **Pública – Presidente do CONASP)** – Não. Não vai. Eu acho que não me expressei
3412 bem. Ele, na condição de presidente da Comissão, ele queria e ele é o relator.

3413

3414 **O Sr. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares**
3415 **Estaduais - Feneme)** - Então, eu até lamento de não poder estar aqui à tarde. Não tem
3416 nem como transferir passagem agora nesse momento. Porque nós queríamos participar
3417 ativamente. O P Queiroz vai ficar aqui, porque é de extrema importância. E existem
3418 coisas nessa proposta, que nós já observamos, que são inconsistentes. Até coisas
3419 técnicas, simples de serem resolvidas. E nós temos algumas preocupações aí, porque é
3420 algo que vai ficar sei lá para quantos anos. Então, tem que ter muito cuidado nisso.
3421 Então, se tiver esse prazo para nós mandarmos. A proposta do conselheiro Willy, eu
3422 acho que é importante, nós temos que ter o retorno, porque senão vai acontecer uma
3423 coisa, secretária, nós vamos correr, nós, que eu digo, os interessados, correr lá na
3424 Câmara, e a senhora sabe como é que é, embaça tudo. O deputado pergunta: “Tem
3425 acordo?” “Não”, então, acabou, fechou. Esse que é o problema. Então, tem que ter um
3426 “acordamento”, se é que esse termo existe aqui dentro, porque senão vai ter problema lá.
3427 Eu conheço há 13 anos o Congresso. Todo mundo conhece aqui. Para tudo. Não tem

3428 acordo, então parou. Então, eu acho que sair consensuado aqui é importante. E lamento
3429 não poder estar à tarde aqui para conhecer exatamente isso.

3430

3431 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
3432 **Pública – Presidente do CONASP)** – Bom, serão remetidos tudo que for discutido
3433 aqui, por meio eletrônico. Sintam-se também, os conselheiros, por meio do Alex, ele tem
3434 todo o contato dentro da Senasp. Ele faz essa remessa de documentos, e tudo o mais.

3435

3436 **O Sr. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares**
3437 **Estaduais - Feneme)** - E que houvesse um retorno, porque nós vamos mandar, nada
3438 descabido, obviamente, mas coisas que vão ficar, coisas perenes.

3439

3440 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
3441 **Pública – Presidente do CONASP)** – Eu acho que assim, nós só trouxemos isso ao
3442 Conasp porque entendemos, inclusive, que isso não só afeta as polícias, mas afeta
3443 terrivelmente a sociedade civil também. É lógico, nós estamos tratando da polícia que
3444 queremos, e da polícia que nós vamos formar daqui para frente. É importante para todo
3445 mundo. E não é só polícia. Vejam bem, nós estamos tratando de um sistema único de
3446 segurança pública, onde nós já temos ideia de que a prevenção é ponto primordial até
3447 salvarguardar a polícia. Porque a polícia só entra onde já falhou todo o sistema, e que não
3448 deveria entrar. Então, nós queremos que esse sistema proteja a sociedade de tal forma
3449 que dê condições da polícia não precisar agir. Que nós tenhamos mais prevenção, e
3450 entenda esse outro lado da segurança pública.

3451

3452 **O Sr. P. Queiróz (Associação Nacional e Entidades de Praças Militares Estaduais –**
3453 **Anaspra)** - Presidenta, eu observo que há um interesse muito grande do Governo em
3454 manter algumas questões nessa redação que nos foi apresentada. A minha pergunta é: o
3455 Governo, a Senasp está flexível à discussão ou vai apenas homologar através do
3456 conselho.

3457

3458 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
3459 **Pública – Presidente do CONASP)** – Eu gostaria muito de deixar claro as instâncias

3460 aqui. A Senasp é Secretaria Nacional de Segurança Pública, portanto, ela tem a posição
3461 de governo. Eu aqui sou conselheira e presidente de um conselho que tem que trazer ao
3462 presidente maior, que é o nosso ministro, conselhos. Então, nós vamos tirar resolução
3463 daqui, que nós vamos levar ao ministro. Mas, não é vinculante. E não é vinculante
3464 dentro do governo, como não é vinculante dentro do Congresso. Tem outro debate lá
3465 dentro. Isso é instância normal. Agora, é óbvio que tem que ser levado em conta a
3466 consistência da resolução que sai daqui. O ministro, ontem, foi taxativo. Ele vai ler, vai
3467 se aprimorar disso. Às vezes, sai de dentro da Senasp algo compactuado e entra no
3468 Congresso de outro jeito. Por quê? Porque para além do Ministério da Justiça, nós temos
3469 Ministério do Planejamento, nós temos a Casa Civil, nós temos a Secretaria-Geral da
3470 Presidência. Tem que saber se aquilo que nós estamos pactuando, ou almejando, se vai
3471 causar impacto financeiro no Governo Federal e no governo dos estados. Eu não posso
3472 criar impacto para o governo dos estados. Então, tem toda uma dinâmica e um fluxo que
3473 nós temos que entender. Nós somos uma parcela desse complexo todo. Agora, eu falo
3474 para o senhor, conselheiro, se nós não tivéssemos a intenção de levar isso a sério, o que
3475 for produzido aqui, nós nem traríamos aqui para discussão. É óbvio que se está sendo
3476 trazido para cá, é porque nós precisamos da opinião deste conselho. Agora, dizer para o
3477 senhor que o que vai sair daqui é taxativo, fechado, como projeto de Lei, eu não posso
3478 garantir. É um processo legislativo. Para isso existem dentro do Congresso, as forças.
3479 Nós temos representantes dentro do Congresso de todas as forças da sociedade civil e de
3480 todas as organizações. É o que está aqui.

3481

3482 **A Sra. Ana Rita Cerqueira Nascimento (Conselho Nacional do Ministério Público –**
3483 **CNPM)** - Eu vou trazer para vocês um pouco. Isso é rápido, isso é breve, a experiência
3484 que nós temos com a ENCLA que é a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e a
3485 Lavagem de Dinheiro. Ficamos aqui durante o ano inteiro com o projeto de Lei nº 150,
3486 que trata sobre organizações criminosas, fazendo várias mudanças propostas no nosso
3487 projeto de Lei. A verdade é que vários deles foram absorvidos sim. Mas, por que,
3488 senhores? O princípio que nós temos que daqui partir é que nós não podemos propor o
3489 absurdo ou o que nós gostamos, mas o que é tangível. O que nós podemos negociar. A
3490 palavra certa é essa. Nós temos que aqui tirar propostas negociáveis. Porque, uma coisa
3491 é certa, existe a SAL, existem outros órgãos dentro do próprio Ministério da Justiça, e

3492 fora. Eu tive que aprender, eu tive que apanhar muito para aprender isso. Então, tudo que
3493 nós tiramos daqui deste colegiado é extremamente importante, desde que nós tenhamos a
3494 consciência que será mitigado pelos outros órgãos. Então, nós temos que ter uma ideia
3495 precisa do que é possível negociar. Eu acho que essa é a palavra-chave.

3496

3497 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Bom, eu queria dar
3498 um informe pedindo as orações de vocês, um ex-conselheiro nosso muito importante,
3499 que contribuiu muito, sofreu um AVC, que é o Sebastião Santos, do Viva Rio. Nós
3500 precisamos das vibrações e orações. Se nós tivermos tempo, por favor, orações para o
3501 nosso irmão Tião. E o conselheiro Sá Ribas também.

3502

3503 **A Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki (Secretária Nacional de Segurança**
3504 **Pública – Presidente do CONASP)** – O conselheiro Sá Ribas também, eu recebi
3505 notícias ontem, ele está com leucemia. Ele esteve dentro de uma bolha, inclusive. Gente,
3506 vibração positiva para todo mundo. Vamos lá.

3507

3508 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – O retorno será às 15horas.
3509 Vamos tentar ser pontuais, porque nós só vamos ter três horas aqui na parte da tarde.
3510 Muita gente já tem voo. Até lá.

3511

3512

05/04/2013

3513

TARDE

3514

3515 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Vamos iniciar os trabalhos de
3516 hoje à tarde. Foi a explanação geral de como está a situação do SUSP hoje na Senasp no
3517 âmbito do Poder Executivo e no Congresso Nacional, e nós tínhamos ficado de começar
3518 à tarde com a exposição dos colegas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Então,
3519 eu pediria que o conselheiro Washington França da Silva fizesse aqui a apresentação do
3520 conteúdo que o Fórum tem para contribuir com os trabalhos.

3521

3522 **O Sr. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Boa-
3523 tarde a todos e a todas. Vou falar um pouco sobre a inserção do Fórum Brasileiro de

3524 Segurança Pública nessa formulação, nesse desenho do Sistema Único de Segurança
3525 Pública. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública é uma organização não
3526 governamental que existe desde 2006 e congrega profissionais de segurança pública e
3527 acadêmicos. Pessoas que têm ao longo desse bom tempo buscado estudar bastante sobre
3528 a segurança pública do nosso país, sobretudo no tocante à questão da gestão, da
3529 segurança, das atividades policiais. Buscando nesse sentido fomentar um ambiente de
3530 discussão, de debate sobre as questões da segurança. E, naturalmente, em alguns
3531 momentos, dando sua contribuição à cooperação técnica a determinadas instâncias que a
3532 procuram. Nesse sentido, o Fórum se reúne anualmente. E a última reunião do Fórum foi
3533 em julho do ano passado em Porto Alegre, onde lá tivemos a Carta de Porto Alegre. E,
3534 naquele encontro, já sinalizava sobre a importância, a necessidade de apresentarmos uma
3535 nova proposta sobre esse modelo de segurança pública que nós temos no nosso país e
3536 que todos sabem que está extremamente carcomido. Diante disso, nós, no mês de
3537 novembro do ano passado, logo no início de novembro, nós realizamos um *workshop* em
3538 São Paulo, conjuntamente com o Instituto São Paulo contra a Violência e também com a
3539 Fundação Getúlio Vargas. Naquele momento nós fizemos o *workshop* para exatamente
3540 debater sobre o Sistema Único de Segurança Pública. Tivemos, naquela oportunidade, a
3541 presença do deputado Efraim, que naquela ocasião presidia a Comissão Parlamentar de
3542 Segurança e Combate ao Crime Organizado. A participação dele foi extremamente
3543 importante em todo este processo. Logo em seguida, o deputado Efraim convidou o
3544 Fórum para estar em uma Audiência Pública naquela Comissão de Segurança Pública e
3545 Combate ao Crime Organizado, e lá nós nos fizemos presentes, e lá foi debatido
3546 exatamente as questões que foram tratadas no encontro em Porto Alegre. A discussão
3547 como um todo girou em torno exatamente desse Projeto de Lei Complementar nº 3.734,
3548 que é do SUSP. O que resultou dessa audiência foi exatamente a constituição de uma
3549 Subcomissão Especial para tratar, especificamente, da questão desse Projeto de Lei,
3550 onde o deputado Efraim solicitou ao Fórum que apresentasse um pré-projeto, e que seria
3551 esse inicialmente encaminhado já agora no mês de maio. E a partir de então, a partir
3552 desse pré-projeto teríamos aberto todas as discussões, todos os debates, todos os
3553 encontros que se fizerem necessários para exaurirmos a análise a reflexão sobre esse
3554 Projeto. A visão inicial do Fórum sobre esse projeto de lei, até hoje pela manhã, nossa
3555 presidente, doutora Regina Miki, já abordava isso tratando exatamente o quanto esse

3556 projeto de Lei não atende efetivamente as nossas expectativas. A nosso ver é um projeto
3557 de lei que reforça efetivamente o que o art. 144 da Constituição já estabelece. É ele que
3558 vem no sentido de regulamentar o §7º do art. 144, portanto, é o mais do mesmo. E nós
3559 precisamos, na verdade, é construir uma alternativa diferente dessa que existe, porque
3560 sabemos que o que está posto não atende efetivamente as demandas que estão sendo
3561 postas a cada dia, os desafios que se colocam a cada dia. O que se verifica é que essa
3562 proposta inicial centraliza, sobretudo nos organismos policiais, mais uma vez essa visão
3563 reducionista de querer tratar a questão eminentemente com a visão policial. E é uma
3564 coisa um tanto quanto estranha, esse antagonismo, essas dicotomias que existem ainda
3565 nesse projeto porque o projeto se propõe, exatamente, a buscar essa articulação, essa
3566 integração desses diversos órgãos que, direta ou indiretamente, estejam relacionados
3567 com a segurança, mas, efetivamente, não avança muito nesse sentido. Por exemplo, os
3568 municípios, eles não estão contemplados nesse projeto. E é preciso efetivamente que nós
3569 tenhamos uma participação mais efetivamente, uma inserção dos municípios. Assim com
3570 nós vimos hoje pela manhã na apresentação do Sinesp, onde já se contempla outras
3571 informações que não sejam somente a questão de Polícia. Nós também não vemos uma
3572 participação, e entendemos que é necessário ter uma participação, um engajamento, um
3573 envolvimento do Ministério Público, da Justiça; é preciso envolver essas instâncias, da
3574 Defensoria Pública, e outros mais que nós efetivamente vamos, certamente nas
3575 discussões, nos debates, verificar essa necessidade . Então, o Fórum está exatamente
3576 nessa elaboração, e agora no mês de abril, nós temos uma reunião no Fórum, onde já
3577 será apresentado um pequeno esboço. Nós vamos discutir, refletir e debater. E, em
3578 seguida, para que nós possamos colocar isso para a Câmara e para o Governo Federal,
3579 especificamente para o Ministério da Justiça Senasp, pois, paralelamente, nós não
3580 deixamos de manter um diálogo com o Governo Federal, com a Senasp, com o
3581 Ministério da Justiça no sentido de que pudéssemos contemplar a expectativa desses
3582 diversos atores no encaminhamento dessa proposta. Entendemos que é importante. É
3583 extremamente válida e importantíssima essa questão que foi tratado aqui no Conasp,
3584 porque entendemos que o Conasp também é um Fórum extremamente relevante para o
3585 encaminhamento dessa questão. E daí o porquê de nós que estamos a realizar no mês de
3586 julho deste ano, em Cuiabá, o próximo encontro do Fórum Brasileiro, nós pretendemos
3587 nessa ocasião apresentar em definitivo a proposta, e até gostaríamos de nosso próximo

3588 encontro do Conasp, no mês de junho, de poder apresentar aqui para o Conasp para que
3589 nós pudéssemos ter uma participação efetiva do Conasp nesses encaminhamentos
3590 conosco para que pudéssemos dar esse encaminhamento de forma unida. E com certeza
3591 vamos ter um pré-projeto bastante enriquecido. E é essa nossa expectativa no tocante a
3592 esse projeto. Era isso que, inicialmente, eu queria dizer e me coloco a disposição para
3593 outros esclarecimentos. Obrigado!

3594

3595 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Agradecemos ao
3596 conselheiro Washington pela apresentação.

3597

3598 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Então, eu pergunto se alguém
3599 quer se manifestar a respeito do SUSP, a respeito desse tema antes de passarmos adiante.

3600

3601 **A Sra. Ana Paula Diniz de Mello Moreira (Secretaria Especial de Direitos**
3602 **Humanos – SEDH)** - - Boa-tarde. Eu gostaria de falar duas coisas. Uma passar aquela
3603 informação que eu fiquei de buscar hoje pela manhã, e consegui. Agora em abril, eu dei
3604 uma informação errada, os kits dos conselhos tutelares estão sendo entregues agora na
3605 segunda quinzena de abril. E a previsão é de 500 kits a serem entregues no primeiro
3606 semestre, e 500 no segundo semestre. Então, este ano deverá ser entregues 1000 kits que
3607 correspondem a computadores, carros, toda uma estrutura para o funcionamento dos
3608 conselhos tutelares nos municípios. Com relação ao SUSP, é mais uma pergunta, porque
3609 a ideia do SUSP, realmente, foi fruto de uma proposta de governo em 2002. Esse projeto
3610 de lei eu não entendi da explicação do Fórum. Ao que indica, todo esse texto vai ser
3611 modificado, está sendo feito um estudo para modificação do texto completo. E é uma
3612 questão, já que ele na verdade só está alterando, aliás, regulamentando o que está no art.
3613 144. E a ideia é criar um sistema que mude a estrutura mesmo, faça uma mudança mais
3614 consistente na segurança pública. E pela manhã nós tínhamos o encaminhamento de
3615 analisar esse texto para enviar proposta de 15 dias. E eu me pergunto se, do ponto de
3616 vista prático também, esse é esse texto mesmo que nós vamos utilizar de referência, ou
3617 se já há alguma outra proposta. É para nós tentarmos aproveitar alguma coisa daqui? Eu
3618 fiquei sem entender, pela explicação, de que está sendo feito uma nova, que é uma
3619 mudança radical que está sendo proposta pelo Fórum, e eu não sei o que faço com esse

3620 texto do deputado Efraim, uma vez que a tendência é que haja uma mudança radical.
3621 Esse que nós recebemos? Esse PL aqui? Não, que está lá com ele para relatoria. Essa é a
3622 pergunta.

3623

3624 **O Sr. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Não.
3625 Primeiramente esse projeto de lei não é do deputado Efraim. Na verdade, o deputado
3626 Efraim, quando presidente da comissão, abriu esse espaço para que nós pudéssemos
3627 estabelecer esse debate, essa discussão, onde colocamos que esse projeto de lei não
3628 atendia a todo o acúmulo de discussão que nós temos neste país sobre o que entendemos
3629 sobre segurança pública. Quer dizer, não dá para continuarmos tratando a coisa dessa
3630 forma reducionista como esse projeto de lei enfoca. Ele concentra a responsabilidade,
3631 basicamente única e exclusivamente, nas mãos dos órgãos de Segurança. Outros atores
3632 como Ministério Público, como a Justiça e outros mais, até mesmo a questão da
3633 participação dos municípios, isso não é tratado. Nós entendemos que é preciso
3634 apresentar uma proposta mais ampliada. Isso está sendo desenhado a pedido da própria
3635 Câmara, do próprio deputado Efraim, que o Fórum apresentasse um pré-projeto e para
3636 que isso servisse, a partir de então, começasse uma discussão sobre que modelo de
3637 segurança pública nós queremos para este país. É isso.

3638

3639 **A Sra. Ana Paula Diniz de Mello Moreira (Secretaria Especial de Direitos**
3640 **Humanos – SEDH)** - - A pergunta permanece. Por que isso está acordado com a
3641 Senasp, ou isso é um acordo só da Câmara? Para informação mesmo, porque nós vamos
3642 analisar esse PL.

3643

3644 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – A Senasp tem um esboço, um
3645 rabisco que foi feito assim, que não diz muito, mas tenta melhorar o projeto. Eu vou
3646 enviar também isso. Oficialmente o que tem é esse que está na Câmara, não sei a autoria,
3647 mas não é do deputado Efraim. Mas está lá. E eu não sei se o Fórum já tem alguma
3648 proposta do Fórum preparada.

3649

3650 **O Sr. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – O
3651 Fórum está desenhando isso. Não existe nenhum pré-projeto do deputado Efraim. Quero

3652 deixar mais uma vez isso bem claro. Não existe. O Fórum está apresentando a proposta e
3653 disso nós sugerimos, nós pretendemos no próximo encontro de junho que nós teremos
3654 aqui de o Fórum vir apresentar para vocês quais são as ideias, a proposta que o Fórum
3655 pretende encaminhar. E nós pudéssemos conjuntamente encaminhar isso. Essa é uma
3656 proposta que nós estamos colocando e de forma alguma impede que a Senasp, como
3657 colocou hoje pela manhã para o Conasp, de que desse outro encaminhamento. Acho que
3658 isso não impede. Nós estamos apenas sugerindo que pudéssemos ter essa oportunidade
3659 de no mês de junho apresentar aqui para vocês.

3660

3661 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Então, pelo que está entendido
3662 pelo encaminhamento da presidente hoje pela manhã. Nós faríamos essa apresentação
3663 para termos um substrato, alguma matéria- prima para iniciar as discussões e flexão a
3664 respeito do SUSP e que os conselheiros terão 10 dias de prazo para apresentar essas
3665 propostas que serão consolidadas pela Secretaria-Executiva. Depois mais 5 dias de
3666 manifestação sobre essa consolidação de propostas. E que nós viremos discutir na
3667 próxima reunião no começo de junho, já que o prazo que o deputado deu é maio, mas
3668 nós vamos acabar discutindo na primeira semana de junho, que é o nosso próximo
3669 encontro. Então, o Fórum vai apresentar uma proposta em paralelo com a proposta que
3670 vai ser consolidada pela Secretaria-Executiva. É isso?

3671

3672 **O Sr. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Nós
3673 estamos apresentando essa proposta e temos mantido diálogo com a Senasp, com o
3674 Ministério da Justiça, no sentido de poder harmonizar, fazer esse encontro de
3675 expectativas, de ideias e pudéssemos até formatar um só documento.

3676

3677 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Para que se formate um só
3678 documento, é necessário que essa proposta venha no prazo de 10 dias junto com as
3679 outras para que entre na consolidação.

3680

3681 **O Sr. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** –
3682 Infelizmente, nós não vamos poder trazer essa proposta aqui no prazo que a secretária
3683 Regina Miki estabeleceu. Nós já temos um prazo estabelecido com a Câmara Federal.

3684 Então, o prazo que nós temos, inicialmente, é maio. Nós vamos apresentar um esboço
3685 em maio para ele, mas nós queremos no mês de junho aqui no encontro do Conasp fazer
3686 esse encaminhamento para vocês, pois o projeto como um todo, de forma mais
3687 consistente, deverá ser fechado mesmo no mês de julho.

3688

3689 **O Sr. Alberto Koptittke (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis**
3690 **– Cobrapol) -**Vou fazer uma fala com encaminhamento junto. Bom, boa-tarde a todos,
3691 novamente. Quero fazer só um regaste já defendendo uma argumentação que eu vou
3692 expor. O SUSP nasceu daquele documento, Segurança para o Brasil, que foi apresentado
3693 em 2001 na Campanha Nacional. Já vinha sendo discutido, até mesmo no Governo
3694 Fernando Henrique, depois em uma Conferência Nacional de Direitos Humanos. Depois
3695 o Luiz Eduardo Soares fez um grande estudo chamado Arquitetura do SUSP, que alguns
3696 aqui devem ter participado. E o assunto parou, 2004, 2005 e 2006. Não parou, mas teve
3697 o Pan-Americano, outros temas. Em 2007, aonde eu queria chegar. A reestruturação do
3698 Conasp nasceu como pontapé para estruturação do SUSP. Essa era ideia, resgatando
3699 quem ali estava naquele momento. Por quê? Isso que eu queria chamar a atenção dos
3700 colegas. No que eu acho que é o mais importante quando nós estamos falando do SUSP,
3701 na Política Nacional de Segurança Pública. Não é tanto o conjunto de poderes, nem o
3702 conjunto de instituições, mas a gestão da política. Então, nós temos no país, para se
3703 basear, um grande modelo que vem sendo feito desde 1988, que é o SUS, o Suas e o
3704 Fundeb. São as três grandes políticas sociais. Nós somos a quarta. O primo pobre, no
3705 sentido de acúmulo e resultados para o país. E essas três outras políticas sociais
3706 migraram de um modelo do Executivo para o modelo participativo, ou seja, como
3707 queiram chamar. E o centro do Sistema de Saúde de Assistência Social e de Educação do
3708 país é o Conselho Nacional. Então, o conselho passa a gerir o próprio fundo e as
3709 políticas nacionais, para não termos mais a cada momento de troca de governo, ou
3710 secretário nacional, ou estadual ou municipal. Muda-se toda a política, muda o
3711 programa, muda o nome, e o financiamento ser menos arbitrário e mais vinculado à
3712 política nacional decidida na Conferência. A saúde demorou quase 40 anos para chegar
3713 entre a primeira conferência e a última de 87. Mas acho que nessa discussão do SUSP é
3714 um grande momento do Conasp se afirmar. Então, isso que eu queria chamar a atenção
3715 dos colegas para nós sentirmos que as nossas discussões têm uma factibilidade na vida

3716 real do país. O momento de fazer isso, em minha opinião, é na estruturação do SUSP. É
3717 vincular o Conasp e os conselhos estaduais como órgãos centrais da gestão da Política
3718 Nacional de Segurança Pública. E eles vinculam o orçamento do país. A saúde faz isso
3719 com R\$200 bilhões de reais, anualmente, entre a verba nacional, estadual e municipal,
3720 chega a R\$200 bi, então, com certeza, nós podemos fazer isso também. Isso não tem
3721 nada haver com competência de polícia do resto do 144. Nada a ver. É só como nós
3722 gerimos a política de prevenção. Era essa a observação e, nesse sentido, tendo em vista
3723 que o Conasp é o maior interessado, nós aqui conselheiros, nessa discussão aqui, porque
3724 aqui está o conjunto de entidades, e para que o Conasp passe a ter efetividade nas suas
3725 discussões. O que adianta hoje fazermos uma Resolução. Não adianta nada. Nem o
3726 Estado é obrigado a cumprir nada. Nem um secretário estadual. Nada. Então, essa
3727 possibilidade de estruturar um sistema federativo, por isso eu queria propor que nós
3728 elaboremos um parecer do Conasp sobre o SUSP. Estabelecer, eu deixo para a Mesa,
3729 porque estou um pouco fora, pois não sei como tem sido votado, processado isso, junto
3730 com o Fórum, que, obviamente, é muito bom que esteja com o Fórum. Tem um acúmulo
3731 fenomenal também, mas que o Conasp aprove aqui uma diretriz da sua opinião sobre o
3732 SUSP. E defenda essa visão junto ao Congresso, junto a Senasp, junto a Presidência da
3733 República. Então, essa é a minha proposta nesse conteúdo que eu fiz.

3734

3735 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – No momento, ainda estamos
3736 discutindo essa questão do SUSP. Então, têm dois escritos: o Massimiliano e o P
3737 Queiróz.

3738

3739 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC)** – Boa-tarde a
3740 todos os colegas. Um breve esclarecimento. A irmã Petra voltou para a sua cidade,
3741 Goiânia, pois o voo dela estava marcado para às 16h, porque o aeroporto de Goiânia
3742 está em obra. Então, fecha às 19h, razão pela qual ela foi embora. Ela queria ficar, mas
3743 foi impedida. Eu estou aqui, razão pela qual estou sentado à mesa. Nós recebemos esse
3744 PL ontem, e nós dois sentamos, debruçamos, lemos, fizemos um questionamento e veio
3745 para nós a fala desse substitutivo hoje. Esse PL em princípio não vai vingar do SUSP,
3746 etc. Bem, agora a apresentação pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública dessa
3747 proposta de renovação, os questionamentos da colega da Secretaria. Na proposta

3748 original, nós enxergamos uma falha muito grave, que é a razão da minha fala para
3749 podermos nos atentar, que é não nos esquecermos do Sistema Penitenciário nessa
3750 condição toda, apesar de o Sistema Penitenciário não estar abarcado no art. 144, pois
3751 hoje em dia, todos sabem que o Sistema Penitenciário influencia demais na segurança
3752 pública. Se não a ponta final é a causa que retorna ao primeiro ponto, ao policiamento
3753 ostensivo, problemas com a sociedade, etc. Até conversando no intervalo do almoço
3754 com o colega Sandro do Viva Rio, eu expus a experiência da Pastoral Carcerária, pois
3755 são 6 mil voluntários prestando assistência religiosa dentro dos estabelecimentos penais
3756 em todas as regiões do país. Então, nós acreditamos que a Pastoral Carcerária tem uma
3757 possibilidade de trazer, não só as mazelas, mas todas as questões que devem ser
3758 trabalhadas quanto a esse ponto ao Sistema Penitenciário. E nós temos que dar a devida
3759 atenção na criação desse Sistema para esse ponto também para que possamos colher
3760 efetividade no Sistema Único de Segurança Pública. É isso. Nós vamos fazer nossas
3761 contribuições no prazo e esperamos que todos tenham esses olhos, essa atenção com essa
3762 questão. Obrigado.

3763

3764 **O Sr. P Queiróz (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais**
3765 **(Anaspra)** - Bom, eu fiquei surpreso com a colocação do conselheiro Washington, em
3766 não ter se manifestado quando foi estipulado os 10 mais 5 dias com retorno da suposta
3767 minuta, apresentada pelo Conasp. Mas eu acho que os conselheiros, como nós já vimos
3768 alguns falarem de ontem para hoje, tinham que ser mais proativos. Eu, de fora,
3769 acompanhando os relatos dos conselheiros que antecederam a mim aqui no Conasp, o
3770 Gonzaga e o Héder, é natural que política não se constrói em curto prazo, porque
3771 demanda de vários setores, vários pensadores. O Brasil é um Estado federativo, tem que
3772 ouvir os governadores, enfim. É um negócio complicado. Mas, lendo ainda ontem,
3773 quando nos foi entregue esse projeto de lei do Poder Executivo que está pela Câmara,
3774 realmente, é necessário mudanças radicais na redação dele. E eu queria pedir ao
3775 conselheiro Washington que nos proporcionasse, já que a Senasp não tem um modelo
3776 propositivo. Disseram que tem apenas um esboço só para nortear supostas mudanças.
3777 Mas, eu clamo aqui aos companheiros conselheiros que possamos interagir mais nesse
3778 processo. Eu estou vendo que a oportunidade que o Fórum Brasileiro de Segurança
3779 Pública teria para dar de contribuição aqui para o conselho não será possível, pois o

3780 projeto dele só estará pronto em junho, mas a nossa secretária presidente nos deu apenas
3781 15 dias para prepararmos o nosso. Então, fica meio complicado. Já foi observado que os
3782 outros órgãos que diretamente influenciam na segurança pública não estão direcionados
3783 nesse projeto. Eu conversei com o conselheiro Duda e Willy no almoço, nós fizemos
3784 uma observação que eu acho que os conselheiros deveriam levar em consideração. A
3785 segurança pública do Brasil, agora que realizou a primeira Conferência em 500 anos. Foi
3786 de 27 a 30 de junho de 2009. E, efetivamente, não se viu nada concretizar-se de 2009
3787 para cá. Muitas discussões foram feitas. Projetos que estão elaborados precisando de
3788 muitos ajustes. E o conselheiro Duda Quadros fez um comentário, que eu acho
3789 pertinente. O SUS necessitou de 8 conferências nacionais, e 8 conferências com
3790 intervalo rigoroso de dois anos um para o outro. Vão 16 anos. Então, o SUS levou 16
3791 anos para compreender, seus conferencistas, que era necessário um sistema unificado. A
3792 partir daí, já que eles têm uma experiência vasta em sistema unificado, porque o
3793 conselho não tenta ver uma viabilidade de ouvir pessoas que construíram o Sistema
3794 Único de Saúde na sua forma estrutural. Claro que o serviço é diferente, lá é saúde, aqui
3795 é segurança pública. Por que não escuta alguém nessa área. Procuremos os nomes mais
3796 viáveis e o conselho vai onde eles se reúnem, ou eles vêm ao conselho para nós dar luzes
3797 de como poderíamos acelerar 16 anos-luz, ao invés de começarmos do zero. Pegar um
3798 modelo que vem dando certo, a isso requer uma estrutura maior. E eu concordo com o
3799 conselheiro, no sentido de que nós temos que efetivar, e dar outra competência a esses
3800 conselhos que são consultivos. Que não vão influenciar em nada, como ele mesmo fala,
3801 qualquer resolução que tomarmos aqui não vai ser parâmetro para ninguém seguir. Nós
3802 estamos aqui trocando ideias, experiências para nós mesmos e mais ninguém. Eu
3803 lamento profundamente de no final da minha fala ter que dizer isso, mas é o que vamos
3804 ver se não conseguirmos...

3805

3806 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Eu posso ter um
3807 aparte Pedro, na sua fala? Como conselheiro eu não concordo que a efetividade das
3808 resoluções, pareceres que foram tomados pelos conselheiros e por essa Plenária não
3809 tenha tido a efetividade. Elas podem não ter tido no tamanho que esperávamos e que
3810 seria preciso. Hoje mesmo foi falado sobre a questão da perícia, Humberto e Márcio
3811 tiraram um documento aqui e esse documento está sendo efetivado com a Comissão.

3812 Isso é uma proposta. Claro que nós precisamos ampliar esses espaços, então, a
3813 Campanha do Desarmamento, que foi uma demanda da Conseg, das diretrizes e que aqui
3814 também foi aprovado um documento e ela aí está. Se precisar melhorar a Campanha do
3815 Desarmamento, então nós vamos efetivando isso. São algumas resoluções, pareceres e
3816 decisão colegiada que foram tomadas por essa plenária que têm alguma efetividade.
3817 Agora como é grande a demanda das nossas necessidades, parece que elas se perdem
3818 nesse oceano. Essa é a consideração que eu queria.

3819

3820 **O Sr. P Queiróz (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais**
3821 **(Anaspra)** - Eu tenho humildade suficiente para reconhecer que talvez a minha fala não
3822 tenha sido compreendida como eu queria que fosse, mas talvez seja isso. Talvez a
3823 efetivação dos projetos é que não tenha sido concluída ou consumada na proporção que
3824 um país continental requer. O povo está morrendo, o crime tem se alastrado e nós não
3825 vemos. O Sistema de Segurança Pública Nacional, isso levando em consideração União,
3826 estados e municípios, efetivamente manter o povo vivo. Pois como foi dito ontem aqui
3827 por alguém, um país onde se permite dar-se ao luxo de ter 180 mil mortes por ano, é um
3828 país que não quer nada de segurança para o seu povo. Eu me sentiria ofendido em passar
3829 dois anos aqui gastando dinheiro dos meus tributos e, efetivamente, não trazer no
3830 tamanho continental que é o país, um projeto que possa melhorar. Eu acho que esse
3831 Sistema Único de Segurança Pública poderia realmente ser moldado de forma
3832 esquemática em outro sistema que tenham dado certo. Essas são minhas considerações.

3833

3834 **O Sr. Augusto Coutinho (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –**
3835 **Sindarspen)** - Bem, boa-tarde. Certamente, essa discussão do Sistema Único de
3836 Segurança Pública deverá, e é bom inclusive que leve mais tempo para mais debates,
3837 mais aprofundamento. E que bom que a partir dos debates anteriores, nós estamos nos
3838 aproximando de uma compreensão macro do Sistema de Segurança Pública, que,
3839 certamente, não está voltado apenas para atividade policesca. Isso já, pelo menos o
3840 que eu ouvi de alguns conselheiros, é praticamente consenso. Não podemos tratar o
3841 Sistema de Segurança Pública apenas nesse patamar, e o colega da Pastoral Carcerária
3842 lembrou bem do tema. Que inclusive reconhecido pelo próprio ministro da Justiça, atual,
3843 sobre a questão do Sistema Penitenciário, nas grandes declarações que ele deu no país,

3844 inclusive, de forma até corajosa em que o Estado brasileiro reconhece como um dos
3845 grandes problemas do Sistema de Segurança Pública, que passa também pelo Sistema
3846 Penitenciário. Mas, a minha intervenção é em relação ao encaminhamento que este
3847 conselho vai tomar sobre essas manifestações que nós deveremos fazer nesse prazo de
3848 15 dias. E a minha pergunta de esclarecimento é se nesse período o que for sistematizado
3849 pela Secretaria Executiva será entendido como uma recomendação do conselho, ou se
3850 nós retornaremos aqui na próxima reunião para definir se aquela sistematização é
3851 realmente isso que nós acordamos aqui, sobre o ponto de vista do seguinte: digamos que
3852 haja algum encaminhamento de algum conselheiro, de algum segmento que não seja
3853 contemplado na sistematização e que ele queria manifestar que aquela proposta, por
3854 mais que não tenha sido aprovada pela Plenária, que fique registrada, nós não
3855 concordamos.

3856

3857 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Na verdade, o prazo é de 10
3858 dias. São 10 dias a respeito do Sinesp e 10 dias a respeito do SUSP e mais 5, vamos
3859 dizer assim, para réplica. Após consolidar a primeira leva de propostas, nós
3860 apresentamos por e-mail, eu peço a todos que estejam com os e-mails atualizados. Então,
3861 nós vamos reenviar e vamos ter o prazo de 5 dias para novas propostas. Nós fazemos
3862 essa outra consolidação, e não só a questão de não estar contemplado, como de
3863 divergência. É possível haver propostas contraditórias. E a discussão vai acontecer. Nós
3864 vamos atualizar os e-mails do e-grupo que ainda está com os e-mails da composição
3865 antiga do conselho. E é claro, evidentemente, vai ter que chegar aqui na reunião de
3866 primeiro de junho. Não vai dar nesse ponto para nós adequarmos o nosso calendário ao
3867 da Câmara. Nós vamos ter que fechar isso na primeira semana de junho. Então, aí nós
3868 vamos fechar a posição Conasp. O que o Conasp pensa a respeito de SUSP. Não precisa,
3869 acredito, estar em formatação de texto legal, mas o que queremos, somos a favor disso,
3870 contra aquilo. Isso tem que estar fechado. A ideia é fechar isso na próxima reunião que é
3871 na primeira semana de junho. Já vou passar a palavra para o próximo escrito, que é o
3872 coronel Washington até para colocar isso. Como vai ser, porque o Fórum vai participar
3873 dessa discussão junto com os conselheiros na qualidade de conselheiro do Conasp,
3874 dando as opiniões nessa consolidação de propostas. E se vocês têm um compromisso à
3875 parte com os deputados na Câmara de apresentar um projeto até o final de maio. É um

3876 compromisso do Fórum que não dá para encaixar no calendário do Conasp. Queria
3877 aproveitar a próxima fala que é do coronel Washington, que ele se manifeste sobre isso.

3878

3879 **O Sr. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Bom,
3880 vou comentar um pouco do que foi dito aqui. Mais uma vez repetir, e agradeço o Alex
3881 quando você coloca, em momento algum a proposta que está sendo desenhada pelo
3882 Fórum quer ser posta como algo competitivo à proposta da Senasp. Não é isso. Na
3883 verdade, nós queremos que possamos, efetivamente, dialogar e fazer um
3884 encaminhamento contemplando essas diversas expectativas. Daí por que fizemos aquela
3885 proposta de apresentarmos aqui em junho e em julho nós encaminharmos. Nós estamos,
3886 como já dissemos, com esse compromisso de entregar no mês de maio na Câmara um
3887 pré. Um esboço inicial. Eu acredito que nada impede desse esboço inicial também ser
3888 apresentando aqui no Conasp. Se vamos apresentar lá, porque não apresentar aqui? Sim,
3889 podemos apresentar aqui. No tocante ao que você acabou de dizer sobre a questão do
3890 Conasp encaminhar as propostas para a Câmara e não ser com texto de lei, alguma coisa
3891 assim, nesse formato, eu vou colocar minha opinião. Eu acredito que é importante, sim,
3892 que nós encaminhemos algo num formato de um projeto de lei. Não apenas o estudo que
3893 propôs aqui o Alberto. Ele é importante, até para que nós aqui como conselheiros
3894 possamos aprofundar nossas reflexões sobre o SUSP, o que, efetivamente, entendemos
3895 pelo SUSP. Será que nós podemos repetir as mesmas ideias que já foram trabalhadas
3896 pelo Sistema Único de Saúde. Será que dá para fazer a mesma coisa? Não sei. Acho que
3897 precisamos amadurecer isso, refletir e de repente acho que isso é importante para
3898 chegarmos num denominador comum. Portanto, é fundamental que nós apresentemos
3899 uma proposta lá, dentro do formato de projeto de lei, porque de uma maneira geral,
3900 alguns estudos, a Câmara até já dispõe, me parece de vários subsídios nesse sentido.
3901 Quanto à questão de contemplar o Sistema Penitenciário, eu também entendo que, eu
3902 deixei de falar anteriormente, me esqueci, mas nós do Fórum entendemos que é
3903 fundamental. Eu que recentemente estive na condição de secretário de Administração
3904 Penitenciária no meu Estado vivenciei mais do que de perto e sei das agruras enfrentadas
3905 pelo Sistema Penitenciário neste país. De nada adianta organizarmos a casa, achar que
3906 podemos conduzir a coisa se não dermos a devida atenção ao Sistema Penitenciário. É
3907 importante que o Sistema Penitenciário seja contemplado. No mais é isso. É nós não

3908 pronunciamos Pedro, porque o nosso entendimento é de que a proposta que estamos para
3909 apresentar não está atrelada ao prazo estabelecido pela Senasp. O que nós acordamos foi
3910 junto a Câmara Federal, mas nem por isso estamos deixando de manter o diálogo com a
3911 Senasp para esses encaminhamentos. Obrigado.

3912

3913 **O Sr. P Queiróz (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais**
3914 **(Anaspra)** - Conselheiro Washington, eu compreendi perfeitamente a vossa fala. O que
3915 me deixa intrigado é o seguinte: se o Conasp tem um lapso temporal de até 15 dias para
3916 que seus conselheiros apresentem propositoras nesse PL 373, acredito que é o número.
3917 Qual a razão deste Conselho em junho discutir novamente o assunto se ele já
3918 encaminhou por resolução o conjunto de pensamentos dos companheiros. Eu não quero
3919 aqui ficar nesse bate-bate. Mas só quero compreender isso. Por que nós vamos,
3920 novamente, à próxima reunião discutir o assunto que está sendo hoje pacificado, no que
3921 diz respeito a calendário cronológico sobre esse assunto de encaminhamento de texto
3922 substitutivo, digamos assim. É isso que eu não estou entendendo. Nós vamos apresentar
3923 propostas agora em 10, 15 dias. Eu, Coutinho e outros conselheiros. Pronto, encerramos
3924 a nossa contribuição enquanto Conasp para construção de uma redação dentro do molde
3925 que nós pretendemos. E quando for em junho novamente, com tudo já resolvido, eu vou
3926 ter que trazer novamente essa discussão? Por mim enquanto categoria lutar no
3927 Congresso? É isso que eu estou entendendo? Para que eu possa apoiar o Fórum fora do
3928 conselho em outro pensamento. Seria isso a ideia?

3929

3930 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Deixa-me ver o que
3931 eu entendi, por isso que um esclarecimento pode ser que ajude. Eu entendi que a
3932 contribuição dos conselheiros e instituição que estão aqui dos três segmentos, com
3933 relação a esse PL, ela independe. Se nós mandarmos ou não, o Congresso já está
3934 tramitando. Mas como a Senasp está preparando um documento em parceria com o
3935 Fórum para gestar uma diretriz, nós vamos consolidar isso aqui nos próximos 15 dias. O
3936 que eu entendi, pela proposta do Alberto, eu gostaria que ele esclarecesse é que
3937 independentemente disso, esta plenária tirasse um parecer. Foi isso que eu entendi. Eu
3938 gostaria de perguntar ao conselheiro se foi isso para podermos separar as duas coisas.

3939

3940 **O Sr. P Queiróz (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais**
3941 **(Anaspra))** -A pergunta é para mim?

3942

3943 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Não. É para o
3944 Alberto. Com relação a você eu não tenho dúvida não.

3945

3946 **O Sr. Alberto Koptittke (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis**
3947 **– Cobrapol)** - A minha proposta é esta: que a Secretaria-Executiva do Conasp informe à
3948 secretária e à Câmara que o Conasp irá produzir um parecer na sua próxima reunião,
3949 porque não tem como ser antes. Infelizmente. Então, a minha proposta é essa. A
3950 secretária pediu pela Senasp para que todos nós enviemos em 15 dias contribuições para
3951 a Senasp. Ok. Tem a discussão do Fórum sendo feita, que tem o tempo deles também,
3952 eles têm as reuniões, o Encontro Nacional. Não sei se é esse que vai passar pelo
3953 Encontro Nacional também. A minha sugestão concreta é esta: designar uma relatoria e
3954 todas essas contribuições que todos forem enviar individualmente irem para a relatoria e
3955 ela apresentar em mais 15 dias uma proposta de parecer para ser discutida e aprovada ou
3956 não próxima reunião nossa. E a Secretaria-Executiva do Conasp enviar um documento a
3957 todos os deputados da Comissão de Segurança informando que o Conasp recebeu cópia
3958 e irá analisar e pedindo que eles aguardem, se possível, a análise do Conasp, pois serão
3959 convidados para virem aqui. Essa é minha proposta.

3960

3961 **O Sr. José Roberto Bellintani (Instituto São Paulo contra Violência)** - Para
3962 compatibilizar tudo que foi dito aqui e não ter perda nenhuma de contribuições na linha
3963 do tempo, eu diria o seguinte. A secretária, presidente do Conselho, pediu para cada um
3964 dos conselheiros, as organizações representadas para apresentar em 10 dias e depois teria
3965 aqueles mais 5, em 15 dias. Essas contribuições já viriam para a relatoria aqui do
3966 Conasp. A Senasp vai receber as contribuições, o relator do Conasp recebe também. O
3967 Fórum em maio vai fazer a apresentação. O conselheiro Washington falou que poderia
3968 mandar as contribuições do Fórum em maio. Não sei se em maio ainda. E nós teríamos.

3969

3970 **O Sr. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Se
3971 fizemos lá para a Câmara, encaminháramos também para cá.

3972

3973 **O Sr. José Roberto Bellintani (Instituto São Paulo contra Violência)** - Para cá.
3974 Então, isso tudo a Relatoria vai acumulando para formular um parecer, e nós teríamos
3975 além dos 15 dias, poderíamos vir com outras contribuições com mais tempo nesse prazo.
3976 Por que o relator teria que consolidar todas as propostas que vieram nos 15 dias, depois a
3977 do Fórum e outras que vierem de membros do Conasp. Você tinha proposto até 15 dias
3978 antes da próxima reunião, Alberto, por exemplo? Para que o relator possa formular o
3979 parecer e ser discutido. E já avisando a Câmara dos Deputados que o Conasp irá se
3980 pronunciar. Nós não perdemos nada. Recolhemos todas as contribuições. A única coisa
3981 que o *time* que a presidência deste Conselho, mas como secretária nacional, nos deu é
3982 um prazo relativamente curto para tratar de um assunto tão importante. Mas nós não
3983 podemos mandar diretrizes e depois esmiúça-las até nesse prazo, um pouco maior, não
3984 grande, mas para quem está envolvido como todos nós estamos, nossas organizações e
3985 nós como cidadãos, acho que é possível organizarmos desse jeito. Então, nós não
3986 perdemos nada. Isso que é importante. Todas as contribuições serão consideradas.
3987 Obrigado.

3988

3989 **A Sra. Josiane Gamba (Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH)** - Eu
3990 concordo com o conselheiro Alberto de que nós enviemos dentro de 10 dias todas as
3991 contribuições individuais das entidades para o conselho para que sejam sistematizadas e
3992 devolvidas para nós nos 5 dias, pois eu acho que as oportunidades não podemos ficar em
3993 silêncio. Nós temos que quebrar o silêncio de qualquer forma. E acho que é viável, se ele
3994 não for votado e com certeza não será votado na próxima reunião, nós emitirmos um
3995 parecer. Mas eu me inscrevi para dizer outra questão. Eu acho interessante o que o
3996 doutor Pedro fala com relação a que nós também inauguramos um processo. Ou seja, o
3997 fato de nós falarmos agora, sugerimos parâmetros para ele não significa que queiramos
3998 fazer incidência de que esses parâmetros sejam efetivamente. Então, que também
3999 preveja a realização de um, eu não gosto muito da palavra *workshop*, porque eu não
4000 gosto muito do inglês, então eu vou chamar oficina, que se faça uma oficina, ou uma
4001 atividade onde possamos apresentar, discutir, aprofundar essa questão de sistemas únicos
4002 e dentro dos parâmetros que nós defendemos para segurança pública. Eu acho que isso é
4003 uma forma de fazer incidência. De não deixar ficar só na burocracia, nos papéis. De

4004 dizer, explicitar o que se pensa. Com relação a uma pergunta que foi feita que eu não sei
4005 quem fez, que se coloca o seguinte. Nós gostaríamos de trabalhar nesses 10 dias com
4006 aquilo que eu entendi, posso ter entendido equivocadamente, de que seria o que será
4007 apresentado agora à tarde pelo Fórum. Se não for, será em cima deste? Eu estou
4008 entendendo que é, mas nós precisamos definir em cima de que minuta nós vamos reagir
4009 e trabalhar. E como relação ao Fórum, me permitam, eu entendo o seguinte.

4010

4011 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Um aparte? Eu vou enviar
4012 mais um subsídio da Senasp, que é o que está sendo discutido, mas não acrescenta
4013 muito. É em cima dessa minuta que será o trabalho.

4014

4015 **A Sra. Josiane Gamba (Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH)** - Mais
4016 o outro subsídio que vai chegar. Então, o que eu queria colocar é o seguinte: enquanto
4017 movimento e outros movimentos individuais que nós representamos, nada nos impede de
4018 aprofundar e continuar aprofundando.

4019 Agora eu acho que o que não podemos fazer é ir de encontro aos parâmetros que nós
4020 apontamos aqui nesse período de 15 dias. Então, eu acho que tem que ser um
4021 compromisso de cada conselheiro independentemente de estar acumulando
4022 coletivamente mais para além, ou não, de que não possa ir nenhuma proposta de
4023 encontro àquilo que estabelecemos como contribuições deste coletivo. O que eu quero
4024 dizer explicitamente? O Fórum poderia se for assim, sem ferir a sua autonomia, de que
4025 aqui se comprometa de levar em consideração o documento que vamos trabalhar dentro
4026 da sua proposta que vai ser elaborada para junho, os parâmetros e as questões que nós
4027 acumulamos aqui nesses 15 dias. Se for possível vocês se comprometerem de que irão
4028 levar em conta. Por que do contrário vamos caminhar realmente com varias propostas
4029 dissonantes. Obrigado.

4030

4031 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** - Eu acho que nós
4032 temos alguns atravessamentos e isso é da prática de um conselho dessa natureza, de
4033 vários tempos, varias dinâmicas, varias lógicas que não necessariamente dão conta deste
4034 coletivo. Nós temos um pedido de apoio da secretária Nacional de Segurança Pública
4035 como presidente que nós observemos os 10 dias e mais 5 para as contribuições do

4036 Conasp. O entendimento pessoal e do Fórum, a partir do que nós dialogamos, inclusive
4037 no intervalo do almoço com demais representantes da nossa entidade é de que nós não
4038 temos condições em 10 dias de produzir uma contribuição efetiva, em nossa opinião nem
4039 o Fórum tem. Muito menos o Conasp. Essa é a primeira reunião deste mandato. A
4040 proposição foi trazida à tona agora, embora o tema seja recorrente, histórico e
4041 fundamental para a gestão da informação e transparência. Então me parece, e acho que o
4042 comprometimento tem haver com uma discordância da premissa de que essas
4043 contribuições nesses 10 dias serão de cada entidade isoladamente. Sequer as serão deste
4044 coletivo Conasp como uma decisão colegiada. A menos que já tenhamos aqui uma
4045 posição amadurecida, parece que evidentemente não há, do Conasp a respeito do projeto
4046 do SUSP. Posto que nem os elementos para essa análise neste momento nós temos. Nós
4047 temos um projeto que foi entregue no dia de ontem. Tem um esqueleto para usar o termo
4048 que a secretária nacional utilizou. E o Alex apontou agora outras diretrizes
4049 complementares que serão enviadas. Então, evidentemente o tempo de 10 dias é muito
4050 exíguo para que, em nossa opinião, esse colegiado emita uma posição consensuada ou de
4051 maioria. O que é possível fazer nos 10 dias para compor uma solução conjunta com a
4052 Senasp e aproveitarmos efetivamente uma janela, que é o que parece uma janela no
4053 Executivo Federal dialogada com o Poder Legislativo Federal, é cada entidade enviar
4054 para a Secretaria-Executiva que vai reportar as contribuições que não são frutos de um
4055 processo exatamente dialógico, com amadurecimento e com debate inclusive nas nossas
4056 bases. Em nossa opinião não se trata do Fórum incluir ou não essas proposições como
4057 parte do processo do Conasp. Evidentemente, temos esse entendimento, tanto que do
4058 ponto de vista temporal, nós estamos observando nossa autonomia na entidade. Quer
4059 dizer, nós temos uma reunião do Conselho de Administração no dia 26 de abril, já
4060 marcada, na qual vamos voltar a discutir esse tema, e a próxima reunião do Conasp é em
4061 junho. Talvez pudéssemos fazer em maio uma oficina para amadurecer esses
4062 encaminhamentos individualizados que as entidades estão propondo. Inclusive avançar
4063 na constituição de um parecer. Então, na verdade, eu acho que não há uma contradição.
4064 Nós só precisamos observar claramente da onde veio o pedido, qual a contribuição que
4065 cada entidade pode dar, respeitando a sua autonomia e a colegiada que vai partir
4066 necessariamente de um amadurecimento institucional desse próprio colegiado. Nós
4067 sequer fizemos uma reunião da Mesa Diretora. Nós sequer organizamos a metodologia

4068 de como é que nós vamos construir o funcionamento do Conasp doravante. Parece-me
4069 no mínimo açodado que tenhamos um posicionamento de consenso nesta reunião e neste
4070 encontro. Mas isso não quer dizer que o Fórum Brasileiro está atrelado à proposição da
4071 Senasp e muito menos o Conasp. Nós estamos compondo nessas diversas instâncias de
4072 deliberação coletiva. Como eu não aceito a premissa, por isso não posso concordar que
4073 nós simplesmente ratifiquemos, embora evidentemente as contribuições de cada uma das
4074 entidades vão ser carreadas para um debate mais amplo, seja na próxima reunião, seja
4075 em outros fóruns de cada uma das entidades ou do próprio processo legislativo que está
4076 apenas começando, porque sequer a Subcomissão como o Washington referiu foi
4077 constituída. Quer dizer, essa é a primeira etapa de muitas que virão nesse processo.
4078 Obrigado.

4079

4080 **A Sra. Josiane Gamba (Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH) - É**
4081 esclarecimento. Vejam. Dez dias para mandarmos individualmente. Cinco dias para
4082 sistematização. Eu estou entendendo que se houver propostas que sejam contraditórias
4083 elas são retiradas, ou não? Vai tudo junto?

4084

4085 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Não.** Dez dias para enviar as
4086 propostas. A Secretaria vai consolidar isso. Vai ver o que é coincidente. Vai remandar
4087 um boneco, um espantalho, vou dizer assim, das propostas. As pessoas vão com base
4088 nessa consolidação saber o que o outro propôs. Repropor, ou ter outras ideias, vão ter
4089 mais 5 dias para apresentar novas ideias em cima desse boneco pré-montado. Então,
4090 vamos montar uma minuta já tomando uma forma melhor para que essa minuta seja o
4091 objeto de discussão na próxima reunião.

4092

4093 **A Sra. Josiane Gamba (Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH) –**
4094 Mas, como certeza não terá nessa minuta ideias que forem dissonantes. O que for
4095 dissonante será tirado.

4096

4097 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) –** As ideias deverão ser
4098 discutidas aqui.

4099

4100 **A Sra. Josiane Gamba (Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH)** –
4101 Então, retira-se dessa minuta e volta para discussão numa Plenária aqui, ou não?

4102

4103 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Nós trazemos a Minuta. Pode
4104 até sistematizar o que é consenso. Mesmo assim, você não pode assumir porque a
4105 proposta está ali ninguém contraditou no e-mail, aquilo é consenso, porque em sendo
4106 assim iríamos fazer a Plenária por e-mail. A ideia era trazer tudo que foi colocado aqui
4107 onde só houve a manifestação no sentido A. onde houve A e B contraditório e a Plenária
4108 aqui discute e delibera.

4109

4110 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Nós temos um
4111 encaminhamento. Apesar de todos esses esclarecimentos, nesta Plenária, nós temos um
4112 encaminhamento para ser aprovado. Então, mesmo que nós entendemos que cada
4113 instituição, cada pessoa pode contribuir nesses 10 dias, mais 5 para consolidar, isso é um
4114 trabalho, não é paralelo. As informações para não perdermos tempo. Existe um
4115 encaminhamento de um conselheiro aqui para que nós possamos formar um parecer, e a
4116 sugestão, pelo menos foi o que eu entendi, compor um parecer com todas essas
4117 informações que vieram consolidadas em um relator que a Plenária vai escolher e a
4118 pessoa se candidatar. Então, esse parecer vai conter toda essa contribuição e vai ser
4119 debatido aqui. Nós precisamos decidir isso.

4120

4121 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos**
4122 **Periciais do Brasil)** – O Alberto propôs a mais. Além de comunicar aos deputados da
4123 Comissão e ao líder do governo como também a todos os membros da Comissão de
4124 Segurança Pública.

4125

4126 **O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Então, o entendimento a
4127 princípio está esclarecido. Vamos notificar os membros da Comissão e líderes de
4128 Governo que o Conasp vai se pronunciar em 60 dias após a próxima reunião. Nesse meio
4129 tempo, nós vamos fazer essa sistemática de trabalho por e-mail, de enviar as ideias. Mas
4130 que nem 10, nem 15 dias é prazo para manifestação do Conasp. Essas ideias serão
4131 jogadas. É um balaio de gato de ideias. Portanto, vai ter coisa contraditória, vai ter coisa

4132 omissa, coisa obscura e isso não é a manifestação do Conasp. O Conasp não vai se
4133 pronunciar a respeito antes dos 60 dias. O único ato antes disso é notificar os deputados
4134 que nós vamos nos pronunciar. Convidar um deputado para vir aqui falar, não sei se virá.
4135 Não é isso? Não contempla?

4136

4137 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Não. Não é que se
4138 contempla. Um conselheiro, uma instituição que faz parte do Conasp fez uma proposta.
4139 Pode ter a proposta discordante. Vamos dizer. Se eu não concordar, eu não quero um
4140 parecer, quero uma resolução. Quero um trabalho tal. E nós vamos discutir qual das
4141 duas. O parecer dele é que todas essas contribuições façam parte de um parecer que será
4142 tomado no futuro pelo Conasp, que pode ser na próxima reunião, e que seja entregue a
4143 um relator. Foi isso que eu entendi. Para juntar, fazer o que a Secretaria vai fazer. Juntar
4144 na mão de um relator. E fazer um parecer. E nós vamos aqui aprovar um parecer. Antes
4145 de esse Parecer, apenas pelo complemento de Humberto, é que nós temos que comunicar
4146 ao Congresso que nós vamos construir esse parecer. Foi mais ou menos isso que eu
4147 entendi. Pode falar.

4148

4149 **A Sra. Josiane Gamba (Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH)** –
4150 Quanto a isso eu entendi o processo. Sou de acordo. Agora, eu havia entendido, pode ser
4151 que estou equivocada. De que nesses 15 dias, o que nós vamos mandar em 15 dias é que
4152 precisa para alguma coisa. Não era para acumular para a próxima. Precisa para ser
4153 encaminhado para algum lugar.

4154

4155 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – A própria Senasp,
4156 independentemente do Conasp, está tratando via ministério essa questão. Então, essas
4157 nossas contribuições podem também assessorar a Senasp, se ela achar que é pertinente, e
4158 ela vai dar independentemente da decisão do Conasp. Foi isso que a Senasp pediu.
4159 Agora, a proposta do conselheiro é que o Conasp, mesmo que seja fora do prazo, que já
4160 tenha aprovado, que nós tenhamos um parecer do Conasp a respeito do assunto.

4161

4162 **O Sr. Alberto Koptittke (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis**
4163 **– Cobrapol)** - Acho que a grande ideia também, só para complementar, é pedir ajuda da

4164 Senasp, do governo, que não vote o SUSP sem ouvir a posição do Conasp. A Senasp
4165 disse que em 15 dias tem que fechar nossa opinião, e tal. Tudo bem, mas que não vote.

4166

4167 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Não é fechar nossa opinião em
4168 15 dias. A nossa opinião vai ser fechada em junho. Em 15 dias nós temos que fechar a
4169 matéria-prima para montar a nossa opinião.

4170

4171 **O Sr. Alberto Koptittke (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis**
4172 **– Cobrapol)** - E o pedido para o governo que não vote. Nada é votado no Congresso
4173 sem o governo querer.

4174

4175 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** - Eu estou de
4176 acordo com o encaminhamento geral. Só uma dúvida, até um esclarecimento. Seria para
4177 marcar e dar visibilidade a essa associação que a Polícia Civil através do Alberto está
4178 propondo, o parecer ou uma moção, do ponto de vista até daquele regramento de
4179 esclarecimento ontem? O que teria mais visibilidade política? Pelo que eu entendi talvez
4180 a moção de um direcionamento político do Conasp em relação a este projeto do Susp.

4181

4182 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Seria a mesma coisa. Os dois
4183 acabam sendo um posicionamento do Conasp.

4184

4185 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** - Então vamos
4186 terminar com os dois. Deixar um só para facilitar o parecer, a moção. Então, termina,
4187 fica com um só.

4188

4189 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Para votar hoje teria que ser
4190 moção, porque ela para ser apreciada na mesma data que é a proposta tem que ser
4191 moção. O Parecer tem que ser apresentando o texto 15 dias antes da reunião e circulado.

4192

4193 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – É, porque parecer é
4194 um documento que deve estar contido o aprofundamento do tema discutido aqui. Então,
4195 nós temos um parecer muito importante, só para resgatar, nós temos um parecer

4196 chamado Parecer Número I. Esse Parecer Número I foi constituído um relator, uma
4197 Comissão de Trabalho e durante mais de dois meses essa comissão e esse relator fizeram
4198 esse trabalho para a Plenária e constituiu o Primeiro Parecer, o papel do Município na
4199 Segurança Pública. Esse documento está tão bem elaborado que tem servido na
4200 Academia, nos municípios, a nós que somos organização, eu, pelo menos, tenho usado
4201 demais com os prefeitos. Parece-me que nós queremos construir com relação a essa
4202 questão do SUSP esse mesmo documento. Um parecer sobre o Susp. Foi o que
4203 compreendi. E não necessariamente sobre o PL?

4204

4205 **O Sr. P Queiróz (Presidente da Associação Nacional de Praças – Anaspra)** – Então,
4206 só para encerrar a minha participação por hoje. A finalização do parecer ou da
4207 propositura de texto substitutivo a esse só irá ser finalizado na próxima reunião. É isso?
4208 Deixa-me ver se falo de outra forma. A secretária presidente quer que os conselheiros
4209 nesse lapso temporal de 10 ou 15 dias manifestem-se sobre esse texto. Ponto. O Fórum
4210 Brasileiro que tem uma parceria com a Senasp também está construindo em cima desse
4211 texto outro Texto. Ponto. Pergunta: Os conselheiros do Conasp terão suas contribuições,
4212 finalizada a discussão, agora em 15 dias ou só depois da segunda reunião em junho?
4213 Essa é a pergunta. Se eu tenho que construir uma redação fora daqui enquanto entidade
4214 independente, ou se as manifestações dentro do Conasp irão ser as ideias finalizadas. Ou
4215 eu aqui penso de um jeito e lá fora construí de outro.

4216

4217 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Deixa-me tentar esclarecer. A
4218 Senasp em parceria com o Fórum, mas a Senasp não tem ingerência das discussões que
4219 estão acontecendo no âmbito do Fórum. Não está envolvendo a Senasp. O que a Senasp
4220 tinha era um esqueleto que foi discutido internamente na Senasp, uma coisa que não
4221 chegou a ser votada. Que eles nem conhecem. Nós temos duas discussões. Essa parceria
4222 não entra nesse ponto de mérito. Eles estão tendo a discussão deles enquanto entidade, e
4223 tem o contato deles direto lá na Câmara. Não passa pela Senasp. A Senasp também
4224 quanto a todo o processo começou a pensar uma coisa para fazer-se uma discussão
4225 interna. E nós estamos jogando agora, a ideia é querer ouvir a sociedade, o que todo
4226 mundo acha, para construir a proposta. Só que agora está sendo tirado o
4227 encaminhamento que o Conasp vai construir uma proposta. Espero que seja finalizada,

4228 votada, aprovada na próxima reunião, começo de junho. Então, o Fórum tem o tempo
4229 dele, o procedimento dele que não influi a Senasp. Se for chamada para discutir, a
4230 Senasp vai querer consolidar também algum posicionamento discussão interna, para se
4231 tomar uma posição junto ao Congresso. Mas que a posição da Senasp muitas vezes não
4232 necessariamente coincide com a proposta do conselho. O conselho vai tirar a sua posição
4233 e vai atuar diretamente junto aos seus deputados. Todo mundo aqui tem seus contatos
4234 que não necessariamente ninguém depende do Poder Executivo. O Poder Executivo, o
4235 Ministério da Justiça é um ator a mais que vai atuar. Então, você tem a discussão que vai
4236 ser construída a proposta do Conasp. Cada conselheiro, como eu disse ontem, pode se
4237 manifestar em qualquer lugar enquanto conselheiro do Conasp com as suas posições
4238 individuais, com as posições das suas entidades, mas a posição do Conasp será tirada em
4239 junho. Não sei se está claro.

4240

4241 **O Sr. P Queiróz (Presidente da Associação Nacional de Praças – Anaspra)** – Então,
4242 como disse a conselheira Josiane, o Conasp tem um posicionamento. O Fórum com a
4243 Secretaria pode ter outro, e a entidade junto ao Congresso pode ter outro.

4244

4245 **O Sr. Washington França da Silva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – É só
4246 para realmente esclarecer, Pedro. Em momento algum nós queremos estabelecer
4247 vinculação, subordinação da ideia de um órgão, ou de uma entidade a outra. Não é isso.
4248 Na verdade, eu acredito que todas as ideias que vão surgir sejam elas da Senasp, do
4249 Conasp, do Fórum ou até mesmo da própria Câmara vão enriquecer cada vez mais esse
4250 documento que vai ser discutido e debatido lá. Na verdade, o debate e a discussão vão
4251 começar efetivamente quando a coisa chegar a Câmara, e aí sim o bicho vai pegar.
4252 Como se diz. Então, eu acredito que o momento agora é exatamente esse de nós
4253 buscarmos refletir um pouco mais o que nós pensamos sobre o SUSP e apresentar não só
4254 esse parecer, Alberto, mas Alex, eu acredito que é importante não só, se é para
4255 encaminhar algum documento, se o Conasp pretende encaminhar algum documento à
4256 Câmara, que não se encaminhe apenas o parecer. Mas que encaminhe também um
4257 projeto de lei, até porque a Câmara vai exatamente se debruçar sobre o projeto de lei.
4258 Claro que o parecer vai de certa forma justificar, servir de respaldo, de uma reflexão, de

4259 uma análise maior sobre aquilo que está sendo proposto. Então, em hipótese alguma é
4260 para dizer que um está subordinado ao outro. Nada disso.

4261

4262 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Ok. Eu acho que nós
4263 agora por causa de quórum, tempo, nós precisamos tomar decisão. Precisamos ser
4264 pragmáticos agora, para poder não perder a oportunidade. Nós vamos ter que colocar a
4265 proposta do conselheiro Alberto e submeter à aprovação. Estamos aptos?

4266

4267 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – O parecer mais
4268 uma redação no projeto de lei.

4269

4270 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – O Parecer pode ser
4271 ampliado. Não tem problema. Não contradiz, apenas complementa.

4272

4273 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** – Complementa?
4274 Então acho que esse complemento é importante. Por que o envio de um parecer a
4275 Comissão de Segurança vai representar necessidade de tradução para o texto legal.

4276

4277 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – O parecer pode
4278 conter essa documentação, sem problema. Deixe-me dar um esclarecimento, porque nós
4279 vamos pedir a Alex, como nosso secretário Executivo, para dizer a vocês que existe uma
4280 instrumentalidade que temos que pedir permissão. Permissão porque ter a viabilidade
4281 das condições. Nós vínhamos com uma metodologia que favorecia muito o
4282 esclarecimento. E quando vínhamos para aprovação já estávamos enriquecidos. Se
4283 houver possibilidade, nós temos que consultar a nossa presidente. As nossas reuniões
4284 vinham precedidas de uma audiência do próprio conselho. Vamos dizer o SUSP. Nós
4285 poderemos solicitar à Presidência uma audiência na quarta-feira para que traga
4286 contribuição no SUSP, disso que está sendo falando. Então, na quinta e sexta quando
4287 formos para a discussão estaremos enriquecidos. Então existe essa metodologia que
4288 vínhamos fazendo com todos os temas de desmilitarização, penitenciário. Nós criamos
4289 vários documentos por conta disso, o próprio programa do crack. Então, se houver
4290 possibilidade nós podemos antes de trabalhar aqui na Plenária o parecer, esse documento

4291 ampliado. Nós podemos ter uma audiência na quarta-feira. Nós pedimos a Alex para
4292 conversar com a nossa presidente e ver. Essa é uma metodologia. E estamos aptos agora
4293 para aprovação da Proposta acrescida com o que foi proposto pelo Fórum.

4294

4295 **O Sr. Alberto Koptittke (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis**
4296 **– Cobrapol)** – Se a sugestão de convidar para essa audiência o presidente do Conselho
4297 Nacional de Saúde e o presidente do Conselho Nacional de Assistência Social.

4298

4299 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Vamos tentar. Vamos tentar
4300 disponibilidade.

4301

4302 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Ok. Primeiro vamos
4303 fazer o seguinte para nós não incorrerem no erro, nós temos que ver se existe realmente
4304 quórum para decidirmos. Vamos contar se nós temos quórum de 16 entidades
4305 representativas para fazer a deliberação. Nós temos? Não. Ele é convidado. São os
4306 convidados, são os titulares.

4307

4308 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – São só os titulares. É uma
4309 entidade e as atividades compartilhadas é só quem estiver na titularidade. Erga a mão
4310 quem estiver na titularidade neste momento. Temos 16.

4311

4312 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** -- Então, temos
4313 quórum. Estamos aptos para votação sobre a proposta. Estamos aptos? Em regime de
4314 votação estamos aptos? Em regime de votação. Por consenso? Existe consenso?
4315 **Unanimidade. Aprovado por unanimidade. (Aplausos).** Agora nós temos um informe.
4316 Nós temos aqui uma leitura de uma proposta da nossa Josiane.

4317

4318 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Na verdade, agora vamos para
4319 aquilo que nós tínhamos colocado, tema livre para cada conselheiro colocar o tema que
4320 achar conveniente. A Josiane apresentou hoje pela manhã. Você já chegou a comentar
4321 ou tem mais algo a respeito?

4322

4323 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Nada do que vai ser
4324 dito será submetido à liberação, porque não tem mais quórum. É só informe.

4325

4326 **A Sra. Patrícia Lucy Machado Couto (Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia –**
4327 **FNOP)** - É uma questão de ordem porque para poder fazer funcionar o que foi aprovado
4328 precisa saber quem é o parecerista.

4329

4330 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Eu acho que é o
4331 próprio autor. Eu que não tenho condição. Acho que é o autor, na ideia, possa ser o
4332 relator.

4333

4334 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Patrícia, você está se
4335 inscrevendo também ou era só isso? Está. Então alguém aqui que pediu também, o
4336 Eduardo Quadros. Então, vamos passar para leitura aqui, depois o Coutinho. O Coutinho
4337 terá a palavra logo depois da leitura da Josiane. Depois Eduardo Quadros. Então,
4338 solicitação do estado de Pernambuco ao Conasp. Considerando que a participação social
4339 no âmbito da Segurança Pública é uma conquista recente, portanto frágil, que deve ser
4340 amplamente estimulada para garantir a legitimidade das ações orientadas para esse
4341 campo; considerando que apesar dos avanços na promulgação da Constituição de 88,
4342 apenas em 2009 foi realizada a primeira Conferência Nacional de Segurança Pública;
4343 considerando que desde então não foi realizado outra Conferência desta política;
4344 considerando que o ano de 2014 contará com períodos de muitas dificuldades para
4345 realização de conferências públicas em razão da Copa do Mundo e de eleições para
4346 Presidência, Câmara, Senado e governos estaduais; e, por fim, considerando a
4347 necessidade de que redes fora dos movimentos, organizações, trabalhadores e etc
4348 possam intervir institucionalmente e fiscalizar os princípios, diretrizes, sobretudo a
4349 execução do conjunto de ações de segurança pública no país. Solicitamos que esse
4350 Conselho Nacional de Segurança Pública delibere sobre a realização da segunda
4351 Conferência Nacional de Segurança Pública ainda no âmbito de 2013 e que o processo
4352 possa contar com a mais ampla e plural mobilização nas cidades e estados prezando pela
4353 diversidade e equidade nas representações. Assinam essa solicitação várias entidades e

4354 órgãos públicos. Tem uma lista enorme aqui. De qualquer forma, hoje não há mais
4355 quórum para deliberação, mas fica registrada aqui a entrega da solicitação.

4356

4357 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Somente para dar um
4358 alento. O outro Conasp fez uma deliberação solicitando para que a Conseg pudesse ser
4359 realizada em 2013 e ficou o ministério de ver a questão e condições financeiras para
4360 bancá-la. Já está prevista, inclusive na Secretaria da Presidência, porque lá existe um
4361 elenco de conferências a serem realizadas. E a segunda Conferência Nacional de
4362 Segurança Pública está prevista para 2013 em novembro. Ressalvando tendo condições
4363 financeiras para fazê-la. Foi uma condição do Conasp. Então já existe, ela está pedindo
4364 um reforço. Por que isso já foi deliberado. A ideia agora é ficar aberto para que cada
4365 conselheiro no momento do informe dê alguma notícia, alguma coisa. Eu acho que todos
4366 vão querer o uso da palavra. Ou somente vai fazer do mesmo jeito? Assim. Agora eu não
4367 quero entrar na situação que Fernanda me pegou. Quem foi que levantou primeiro? Eu
4368 não sei mais agora. Vocês vão ter que facilitar.

4369

4370 **O Sr. Augusto Coutinho (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná –**
4371 **Sindarspen)** - Ele já disse presidente, que eu estou com a palavra. Não é isso? Uma
4372 parte já foi contemplada da minha pergunta, que era justamente sobre a Segunda
4373 Conferência, que inclusive já foi motivo de debate nos dois últimos anos. E há essa
4374 previsão que aconteça no mês de novembro, e eu tenho um encaminhamento a fazer à
4375 Mesa. Primeiro assim se será possível se na próxima reunião nós já trouxéssemos essa
4376 informação. Por que eu acho que é tempo suficiente para o ministério, até porque nem
4377 vai dar tempo. Se na próxima reunião em junho nós não tivermos essa posição do
4378 Ministério da Justiça se vai ser possível bancar. Então, nós já temos que trabalhar com
4379 outras datas. E lembrando que no próximo ano é Copa do Mundo e ano eleitoral, de
4380 Carnaval e de futebol. Eu queria lembrar que eu ouvi aqui durante esses dois dias,
4381 muitas recomendações, resoluções e recomendações do conselho dos últimos dois anos
4382 foram inclusive efetivadas. Parece-me que nós conselheiros ainda não temos
4383 conhecimento pleno sobre isso. Eu queria sugerir à Mesa que na próxima reunião nós
4384 pudéssemos trazer aqui a compilação das últimas recomendações, resoluções, sugestões
4385 que foram apresentadas pelo Colegiado para que nós inclusive possamos fazer uma

4386 avaliação do que foi realmente encaminhado. Do que foi efetivado e o que é preciso
4387 fazer. O que nós conselheiros podemos fazer em nossos estados, porque inclusive
4388 existem recomendações estaduais para que possamos chegar aqui e dizer que, realmente,
4389 está valendo a pena nós debatermos durante esses dias. Então, essa é a minha
4390 consideração.

4391

4392 **O Sr. Eduardo Quadros (Rede Desarma Brasil)** – Primeiro, são algumas
4393 considerações que fui contemplado agora pela fala do conselheiro Coutinho. Por que
4394 realmente nós temos que ter uma memória. Temos que saber o que já foi feito para
4395 inclusive não entrarmos em uma discussão que já foi vencida anteriormente. E isso
4396 poderia ser feito. A própria Secretaria poderia enviar para os nossos e-mails o que tiver
4397 de resoluções do Conasp para quem não acompanhou ainda poder ter essa base. Foram
4398 colocadas aqui algumas questões que inclusive fizeram parte de algumas discussões
4399 extrassala. Eu gostaria só de embasar um pouco o porquê foi dito. Nós não precisamos
4400 reinventar a roda. Existem alguns acúmulos que o controle social quer, a sociedade civil,
4401 gestores e trabalhadores já conseguiram aqui no Brasil. Elas podem sim embasar e muito
4402 o que a Segurança Pública ainda não conseguiu alcançar, que é o controle social, como o
4403 conselheiro Alberto colocou. Onde você tem o controle social, este conselho, em nível
4404 municipal e estadual, são eles que regulam os fundos municipais, estaduais e federais. E
4405 isso torna o conselho com peso de conselho. E ele muda de função. O SUSP, para poder
4406 se estabelecer enquanto o sistema unificado que vai exatamente permitir que as políticas
4407 públicas que sejam elaboradas pelas conferências possam ser aplicadas realmente e ter
4408 ferramentas de controle que foi colocado aqui na fala inicial do ministro e da secretária e
4409 presidente deste conselho que a segurança pública gastava muito e gastava mal. Então, é
4410 algo que nós precisamos. Eu acho que seria o grande avanço para o nosso país se nós
4411 conseguíssemos deixar isso encaminhado. Pelo meu conhecimento de causa, pelo
4412 aspecto dessa questão de como atrelar isso, como é que foi feito, que mecanismos foram
4413 criados para isso. O Pacto de Gestão do SUS, como eu havia comentado, é um
4414 documento que valeria a pena ser procurado para embasar como é que se faz esse tipo de
4415 controle. Eu queria me dirigir à Secretaria-Executiva que foi oferecida aqui hoje pela
4416 manhã pela secretária Regina Miki, que nós podíamos aproveitar já que aqui tem as
4417 representações estaduais para levar aquela apresentação do Sinesp, para que possamos ir

4418 além, porque uma coisa é o ministério e a Senasp apresentarem isso ao secretário de
4419 Segurança e sua equipe. Outra coisa é nós conseguirmos elencar profissionais do campo,
4420 da base, movimentos sociais, Secretaria de Justiça, Comissão de Direitos Humanos, ou
4421 seja, pessoas que vão poder lidar com essas ferramentas para entender esse processo. E
4422 ela ofereceu, disse que era só marcar a data. Eu só queria pedir à Secretaria-Executiva o
4423 que nós precisamos fazer para poder fazer a produção de levar essa apresentação do
4424 Sinesp para nossos estados.

4425

4426 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** - Com certeza. Será enviado por
4427 e-mail para todos.

4428

4429 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Deixe-me fazer um
4430 pedido. Eu gostaria realmente que vocês compreendessem que não é uma questão de
4431 cercar palavra, mas o tamanho de um conselho como este de 30 pessoas, todos
4432 competentes. Mas nós não temos condições de que cada intervenção ter mais do que 3
4433 minutos. Não vai dar tempo. Nós não vamos sair daqui hoje à noite. Se nós formos pelo
4434 que aconteceu pela manhã, sabe que horas terminou a reunião da manhã com todos os
4435 “sucintos”? Terminou às 13h. É inviável, porque nós temos dois trabalhos. Eu pediria
4436 aos conselheiros que realmente pactuássemos tempo. Se 3min não são suficientes, que
4437 seja quatro. Realmente, temos que pactuar essa questão para poder fazer com que esse
4438 conselho rode. Então, eu gostaria realmente que pudéssemos pactuar isso com aquela
4439 relação de pelo menos 3minutos. Há condições de pactuarmos com essas palavras?
4440 Obrigado pela atenção.

4441

4442 **O Sr. Alberto Koptittke (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis**
4443 **– Cobrapol)** - São três propostas. Eu peço ajuda da Mesa sobre o formato de
4444 encaminhamento. Já que está se falando da 2ª Conseg, eu queria pedir para à Secretaria
4445 Executiva que resgatasse um estudo que foi feito que era o acompanhamento dos
4446 resultados da 1ª Conseg. Isso feito de uma consultoria que elaborou esse trabalho em
4447 2010. Que se resgatasse e nos apresentasse de maneira sucinta. Pode ser com cores
4448 vermelha, verde, amarelo. Sim, não, mais ou menos. Um balanço dos princípios e
4449 diretrizes da Conseg neste momento. Se pudesse apresentar. Acho que é um subsídio

4450 importante de ser resgatado. Seja lá se vai ter ou não a conferência para vermos como
4451 está a primeira. Segundo ponto. Acho que tem um tema que eu sempre estarei batendo
4452 na tecla que é o que eu falei pela manhã e o pessoal brincou que é o dindim. O dinheiro.
4453 Queria pedir um resgate, aproveitando que estamos no início do conselho. Acho que sem
4454 discutir o orçamento nós acabamos não discutindo as relações de poder, a política e tal.
4455 Um balanço financeiro, se possível dos dois últimos anos executado e o que está previsto
4456 para esse ano. E informe no que se gastou, previsão deste ano. Acho que é um subsídio
4457 importante.

4458

4459 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Você fala da Senasp e não
4460 Conasp?

4461

4462 **O Sr. Alberto Koptittke (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis**
4463 **– Cobrapol)** - Da Senasp. E o terceiro, estou trazendo esses três que são meio pesados,
4464 porque acho que são os subsídios para o início. Eu não sei e peço ajuda ao plenário. Um
4465 balanço sobre os homicídios. Não sei qual é o dado mais recente que temos do país. Base
4466 2010 eu acho, só do SUS. Não sei se tem alguma coisa mais recente. O ideal era ter
4467 2012, porque escutamos que foi muito pesado o ano passado. Deixar como ideia uma
4468 audiência para discutir balanço de homicídios. Não é a política nacional para reduzi-los.
4469 É que cenário nós estamos.

4470

4471 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Seria um mapa da violência.

4472

4473 **O Sr. Alberto Koptittke (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis**
4474 **– Cobrapol)**

4475 - O mapa da violência, quem tiver dados para nos apresentar, o que tiver de mais
4476 recente.

4477

4478 **O Sr. Washington França (Fórum Nacional de Segurança Pública)** - Eu queria uma
4479 questão de ordem em cima da proposta que o Alberto fez aqui no tocante aos recursos?

4480

4481 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Mas aí é pronunciamento, não
4482 é questão de ordem. Questão de ordem é com relação a um andamento dos trabalhos. Se
4483 for para acrescentar como conteúdo é pronunciamento.

4484

4485 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (GRANDE ORIENTE DO BRASIL)** – -
4486 É só que questão de ordem seria outra coisa. Nós estamos tentando dizer isso, mas pode
4487 acrescentar o que você quiser.

4488

4489 **O Sr. Washington França (Fórum Nacional de Segurança Pública)** - Então, aparte na
4490 fala dele? Obrigado. É só sugerir também que, além dos recursos aplicados na área de
4491 segurança pública, que nós tivéssemos também os recursos aplicados no sistema
4492 penitenciário. Acho que é importante começarmos a enxergar a coisa. Nós falamos tanto
4493 dessa visão macro, sistêmica. Pudermos também dialogar até mesmo com o CNPCP. O
4494 nosso conselho começar a dialogar também com o CNPCP. Obrigado.

4495

4496 **O Sr. Massimiliano Russo (Pastoral Carcerária Nacional - ASAAC)** - Eu tenho uma
4497 pergunta para fazer. Um questionamento. Mas só complementando o que o Augusto
4498 Coutinho, conselheiro colega disse sobre as atas, a continuidade, porque eu preparei,
4499 recebi documentos do nosso conselheiro anterior sobre as recomendações 13 e 14 de
4500 2012. E baixei do site do ministério as atas da 19º e 20º reunião. Para poder tomar
4501 conhecimento e ver o que andava. Obviamente não esperava tratar desses assuntos aqui.
4502 Mas lá tem algumas coisas importantes que temos que nos atentar para podermos dar a
4503 continuidade aos trabalhos que pararam lá. E com as trocas, os problemas já discutidos
4504 nós temos, devemos continuar com isso. Mas, eu queria só um esclarecimento. Eu não
4505 sei se faltou à minha observação, mas nós votamos a Mesa, votamos o Conselho de
4506 Ética. Mas os grupos temáticos. Qual momento eles vão surgir, se é que já não surgiram,
4507 aí eu peço desculpa pela minha falta de observação.

4508

4509 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Os grupos temáticos são
4510 criados a partir de resolução aprovada pelo Pleno. Se na próxima reunião alguém
4511 propuser, e a proposta de resolução tem que ser apresentada 15 dias antes da reunião.

4512 Vai ser colocada para apreciação na próxima reunião e se aprovada você cria o grupo
4513 temático.

4514

4515 **O Sr. Washington França (Fórum Nacional de Segurança Pública)** - Questão de
4516 ordem. Vejam se acertei tecnicamente o conceito. Mas é o seguinte. A Mesa Diretora vai
4517 ser objeto em algum momento na pauta de hoje? Por que nós fizemos uma série de
4518 encaminhamentos, inclusive em relação a parecer e uma série de questões e sugestões e
4519 a Mesa Diretora nem se constituiu para fazer um debate mais detalhado, que inclusive
4520 incluiria essa sugestão do conselheiro e outras tantas que aqui foram do acúmulo do
4521 processo. É óbvio que ela não tem como reunir porque foi eleita hoje. Eu estou propondo
4522 que esta série de encaminhamentos seja carreada à Secretaria Executiva e a Mesa
4523 Diretora possa previamente fazer uma reunião para que nós possamos organizar o
4524 processo.

4525

4526 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – O encaminhamento é este: A
4527 Mesa Diretora vai se reunir mais ou menos entre 10 e 15 dias antes da próxima reunião
4528 para justamente organizar a pauta. A ideia é que os representantes da Mesa Diretora
4529 ouçam os representados de cada segmento e tragam sugestões para a reunião de pauta
4530 que vai ser entre 10 a 15 dias antes da reunião e então fecharemos a pauta.

4531

4532 **O Sr. Washington França (Fórum Nacional de Segurança Pública)** - Acho
4533 importante esse esclarecimento porque se não todas as sugestões que nós estamos
4534 fazendo aqui de alguma maneira se tornam encaminhamentos e de alguma maneira as
4535 instâncias institucionais do Conasp vão padecer de resolutividade e efetividade. Por
4536 conta justamente desse processo aqui.

4537

4538 **A Sra. Fernanda Benvenuti (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais,**
4539 **Travestis e Transexuais – ABGLT)** - Na verdade, eu quero só, primeiro, já que
4540 estamos também nos informes comunicar a todos que no mês de maio, nós só vamos nos
4541 reunir em junho, e o mês de maio nós vamos ter a Semana da Adversidade GLBT aqui
4542 em Brasília. Já estou trazendo porque é uma semana de debates e embates onde nós
4543 vamos ter vários confrontos. Por outro lado, eu estava conversando e fiz uma pergunta,

4544 como eu participo de outros dois conselhos e lá nós temos um diferencial, porque até
4545 agora aqui eu só presenciei o conselho. Tudo é debatido só no conselho. Nos outros
4546 conselhos nós temos diversas comissões que são assessoras do conselho. Por exemplo,
4547 na saúde, nós temos Comissão de Saúde da Mulher. Os temas relevantes à saúde da
4548 mulher são debatidos nessa comissão e vem para o plenário para debater e aprovar as
4549 recomendações da comissão. Aqui é isso que eu quero entender. É só o conselho puro e
4550 simplesmente ou nós temos comissões também ou vamos criar algumas comissões. É só
4551 uma questão de esclarecimento mesmo.

4552

4553 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Não existe nenhuma comissão.
4554 A única Comissão permanente é a de Ética, que já foi tirada aqui. Ela é permanente, mas
4555 só se reúne quando houver algum problema para deliberar. Só tem atualmente um grupo
4556 de trabalho funcionando que foi tirado em resolução que é o Grupo das Perícias. Os
4557 outros não existem nenhum grupo previsto no Regimento. A plenária delibera. Vamos
4558 criar um grupo para tratar da questão do desarmamento. Um grupo para o Sinesp, a
4559 plenária delibera sobre a criação dos grupos.

4560

4561 **O SR. ALMIR LAUREANO DOS SANTOS (GRANDE ORIENTE DO BRASIL)** –
4562 Deixe-me dar uma contribuição. No Conasp, esse campo de trabalho de assessoria sobre
4563 diversos temas, nós temos as câmaras temáticas, já aprovadas com a sua titulação. Uma
4564 das câmaras temáticas é Mobilização e a 2ª Conseg, na qual fora aprovado tudo sobre a
4565 Conseg. O que nós estamos precisando, que foi alguma coisa solicitada? Para nós
4566 resgatarmos tudo que nós sabemos, inclusive foi pedido a respeito da Conseg. Eu acho
4567 que todos os conselheiros devem receber esse material porque ele vai se enriquecer com
4568 o que já fora decidido. Então, não é Comissão. A plenária, como disse Alex, pode
4569 aprovar qualquer comissão para trabalhar um tema específico. Mas a formação do
4570 Conasp tem as câmaras temáticas, nominadas todas elas e que os conselheiros fazem
4571 parte dela, segundo o interesse de cada um.

4572

4573 **A Sra. Fernanda Benvenuto (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais,**
4574 **Travestis e Transexuais – ABGLT)** - Por isso eu queria saber, porque nós precisamos
4575 conhecer também essas câmaras. Eu só vou concluir porque sei que o tempo está

4576 avançado. Mas como essa é a nossa primeira reunião, nós estamos absorvendo o que
4577 vocês conselheiros antigos já vinham discutindo. Então, nós precisamos conhecer essas
4578 câmaras técnicas para nos apropriarmos delas. E outra coisa que eu trago é o difícil desse
4579 processo de dois anos e essa alternância é exatamente isso. Por que quem sai,
4580 geralmente, levou tudo consigo. A bagagem. E nós precisamos recomeçar. Por isso,
4581 estou trazendo essa inquietação, porque como estreante, não na situação da Senasp e
4582 tudo mais, porque tínhamos o grupo LGBT que vamos reativar junto com a Secretaria
4583 Especial de Direitos Humanos e a própria Senasp. Mas, é exatamente isso, para podemos
4584 nos apropriar porque senão vamos ficar toda reunião a reboque do que vem. E o que já
4585 está posto, o que já foi decidido, nós precisamos receber isso. Estou trazendo isso,
4586 porque como é a primeira reunião também as inquietações são muitas.

4587

4588 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Sem dúvidas. Eu
4589 quero aproveitar a fala de Fernanda e reconhecer a competência de Alex que em pouco
4590 tempo já trouxe na primeira parte da manhã, pois são tantas coisas. Na apresentação dele
4591 tem lá as câmaras temáticas. E ele está fazendo um trabalho com aqueles que estão
4592 chegando. E eu queria registrar aqui a força e dedicação dele. Nós temos realmente que
4593 tomar conhecimento de tudo porque já foi produzida muita coisa e acho que este Conasp
4594 por tudo que já foi apresentado aqui, nós vamos fazer acontecer.

4595

4596 **O Sr. P Queiróz (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais -**
4597 **Anaspra)** - - Senhores e senhoras conselheiros. Eu quero aproveitar esse momento de
4598 informes para comunicar que a Anaspra, Associação Nacional de Entidades
4599 Representativa de Praças estará se reunindo nacionalmente no seu 10º Encontro
4600 Nacional, em Salvador na Bahia, do dia 17 a 19 de abril, sob o seguinte tema: “A
4601 construção de uma nova arquitetura institucional para a segurança pública:
4602 trabalhadores, sociedade civil, por onde começar”. Então, nós que somos protagonistas
4603 desse processo de segurança pública iremos perguntar à sociedade civil e outros
4604 trabalhadores o que podemos fazer para construir um novo modelo, porque já é
4605 conhecido de todos que o modelo atual é falido. Estão todos convidados. Não temos
4606 como bancar a passagem aérea de ninguém (*risos*). Sintam-se convidados para estar
4607 conosco em Salvador de 17 a 19 de abril. Queria também deixar registrado o meu pedido

4608 de que seja, em um momento oportuno, ouvido técnicos do SUS para saber como o
4609 esqueleto sistemático do sistema pode contribuir para avançarmos anos à frente do que
4610 ainda estamos a fazer. E, por fim, eu iria pedir ao conselheiro Novacki, mas ele se
4611 ausentou. Que como conselheiro do Conselho de Segurança Pública seria de boa monta
4612 se eu tivesse conhecimento de todos os projetos da área no Congresso Nacional para
4613 saber com quais eu posso contribuir, fazer pronunciamentos aqui pedindo o apoio do
4614 conselho em pareceres, resoluções e discussões porque só poderei fazê-los se eu os
4615 conhecer. Por exemplo, o caso do PL de interesse deste conselho, mas talvez tenham
4616 outros que sejam contrários ao SUS ou não, que precisamos saber para discutir. Mas
4617 quero deixar registrado se depois a Secretaria-Executiva pudesse fazer por ofício e pedir
4618 a ele para encaminhar para os e-mails dos conselheiros e aquele que tiver interesse em
4619 algum projeto que faça suas manifestações. Obrigado. Foi um prazer estar aqui com os
4620 conselheiros. Espero dar minha contribuição nesse período que eu permanecer. Não era
4621 minha vontade vir para o conselho devido às minhas outras atribuições que eu tenho no
4622 Ceará, mas, de qualquer sorte, farei e darei de mim o possível e o impossível para
4623 construção de uma segurança pública melhor, para todos nós conselheiros e para o povo
4624 brasileiro de um modo geral.

4625

4626 **O Sr. Washington França (Fórum Nacional de Segurança Pública)** – Permita-me um
4627 aparte? Só respondendo o seu pleito, eu vou encaminhar e posso já encaminhar, se me
4628 fornecer o seu e-mail esse banco de dados repassado pelo Novacki. Ele nos repassou. Eu
4629 vou passar para o Alex e ele de difunde.

4630

4631 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – E eu quero esclarecer que,
4632 atualmente, a equipe da Secretaria-Executiva sou eu e a Cíntia. Então, nós temos que
4633 atender essas demandas de enviar coisas e ofícios. Então, nós vamos fazer tudo na
4634 medida do possível. Vamos lá.

4635

4636 **O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)** - Bem, tem uma
4637 questão que me parece fundamental. Nós conversamos um pouco bilateralmente sobre
4638 esse assunto que é evitar um dos maiores problemas me parece que a segurança pública
4639 tem que é o espasmo aqui no Conasp. E para isso acho que é importante, por isso que eu

4640 fiz o apontamento da questão de ordem, que nós deixemos bem claro, obviamente que
4641 não será feito agora. Tem que ter uma reunião específica da Mesa Diretora nesse sentido.
4642 Para esclarecer o desenho institucional, a dinâmica de funcionamento. E uma proposição
4643 que pode ser colhida até esta reunião da Mesa Diretora, de um conjunto de temas
4644 recuperando o que já foi debatido e o que aqui foi trazido, para que nós organizemos
4645 uma agenda positiva do Conasp. Caso contrário, me parece que nós, mesmo no Conasp
4646 expressa esse espasmo que a área da segurança é tão pródiga ao tomar decisões muitas
4647 vezes ausentes de pesquisa ou atendendo pressões políticas de diversas ordens. Então,
4648 veja, eu iria perguntar para o Alberto em outro momento essa questão. Hoje eu li na Zero
4649 Hora que ele está aqui no Conasp representando os vereadores do Brasil. O primeiro
4650 vereador eleito no Conasp. Está na página 10, Rosane de Oliveira. Vejo que aqui ele
4651 representa a Confederação Nacional da Polícia Civil. É uma surpresa que tudo seja
4652 vinculado ao serviço público. O Alberto é o cara que vai fazer o parecer, o parecerista,
4653 que é uma ideia boa, importante dele sobre o SUSP. No mínimo uma comissão, nós
4654 precisaríamos ter tirado a respeito disso. No mínimo um debate mais amplo e colegiado
4655 a respeito desse tema. A proposta do Alberto é importante, é fundamental o parecer. Nós
4656 precisamos pensar qual é a dinâmica do Conasp para que não dependa nem do Alberto,
4657 nem do Eduardo, que possa ter uma dinâmica de funcionamento com base no seu
4658 desenho institucional. Parece-me que essa é uma questão fundamental. E, segundo, que a
4659 nossa próxima reunião originária possa estar mais focada a questões programáticas de
4660 conteúdo, de fundo e menos as questões procedimentais que, efetivamente, como disse a
4661 Fernanda, nós ficamos um pouco a dever para quem estar chegando. E até talvez, no
4662 meu caso uma autocrítica de não ter me aprofundando em todo o manancial de
4663 documentos que estão na internet sobre o Conasp para que possamos aprofundar em um
4664 debate mais programático sobre a agenda da segurança em nível nacional. Então, queria
4665 fazer esse apontamento e acabei usando o exemplo do Alberto até como um
4666 esclarecimento desse desenho institucional. Enfim, agradeço a participação e digo que o
4667 Fórum, nós teremos hoje seu outro momento e em julho fará seu encontro anual. Nós
4668 também mandaremos à Secretaria Executiva mais informações a respeito para socializar
4669 com os demais conselheiros.
4670

4671 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Deixe-me dar um
4672 esclarecimento com relação ao funcionamento. Nós tivemos diversos pareceres e
4673 resoluções puxadas por qualquer conselheiro. Eu posso fazer isso. As minhas atribuições
4674 como conselheiro nós dão a possibilidade de eu fazer uma proposta. Agora eu faço uma
4675 proposta e não apresento o mínimo da proposta. Eu faço a proposta e deixo para você
4676 construí-la. Existe isso? A ideia de construir um primeiro, não será quem vai ser o
4677 relator do documento, vai construir, mas quem vai decidir sobre a relatoria do
4678 documento somos nós. Nós vamos apenas ter um primeiro conteúdo para que possamos
4679 aumentá-lo. Foi exatamente a contribuição que vocês deram, para ampliar. E não vai ser
4680 só a ampliação do Fórum e de Roberto. É a ampliação de todos, por exemplo, a perícia
4681 quando fez seu parecer, trouxe uma bonequinha para podermos achar. Ter o início do
4682 trabalho. É apenas isso. A questão da relatoria é ter o início do trabalho. Por exemplo,
4683 uma Moção que fôssemos aprovar hoje. Nós perdemos uma oportunidade de aprovar
4684 uma moção que muitos desejariam fazê-la porque nós não estávamos com a moção, pelo
4685 menos pré, para podermos dar uma olhada, perdemos uma oportunidade. É mais ou
4686 menos nesse aspecto. Não é uma relatoria para tomar conta das ideias. A ideia é do
4687 plenário.

4688

4689 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Nós temos mais dois inscritos.
4690 São os últimos inscritos. Acho que o Alberto foi citado, pode ter a palavra após os dois.
4691 Você cede a vez? Então, Alberto, Godoy e Humberto e encerramos.

4692

4693 **O Sr. Alberto Koptittke (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis**
4694 **– Cobrapol)** - Peço desculpas aos colegas que estão inscritos. Não posso deixar de
4695 responder, uma vez que o colega conselheiro acabou imputando a mim que eu teria
4696 falado uma inverdade. No mínimo, é uma grosseria da parte dele. E eu pediria que
4697 deixasse os problemas pessoais, porque os colegas não sabem. Não é a primeira vez que
4698 tu tens essa pratica. Que nós guardássemos isso, no mínimo no nosso estado e que
4699 possamos conversar qualquer dúvida, qualquer crítica que tu tens pode trazer a mim. E
4700 tu estás completamente enganado. Estou aqui com a manifestação da página 10. Eu sou
4701 um vereador e é a primeira vez que tem um vereador como conselheiro. Mas, eu não
4702 disse que sou o conselheiro pelos vereadores. Eu tenho muita alegria de uma entidade

4703 das polícias ter me convidado, assim como o Fórum tem um coronel, aí do teu lado, da
4704 ativa, que representa a sociedade civil. Desta vez, um membro do parlamento foi
4705 convidado por uma entidade da polícia e eu tenho muita alegria, fico muito feliz dos
4706 colegas das instituições terem me convidado. Inclusive, foi objeto de consulta por parte
4707 da secretária para a Conjur. E a Conjur disse que há previsão dentro do regimento do
4708 conselho para isso. Então, estou à disposição. Qualquer esclarecimento eu peço que
4709 tenhamos a oportunidade de conversar pessoalmente.

4710

4711 **O Sr. Márcio Godoy (Associação Brasileira de Criminalística – ABC)** – Então, na
4712 parte dos informes, eu gostaria de passar aos conselheiros, principalmente os novos
4713 alguns encaminhamentos com relação à perícia, até para conhecimento e em que pé se
4714 encontra. A autonomia dos órgãos policiais foi um dos itens da 1ª Conseg mais votada
4715 naquela época que foi em 2009. E dali surgiu uma discussão, logo em seguida, quando
4716 foi formado esse novo modelo de Conasp mudou a discussão sobre a autonomia dos
4717 órgãos policiais. Eu não estava presente naquele momento. Era o Felipe Cordioli e
4718 Agadeilton que estavam representando a ABC e a PCF. O Agadeilton, perito Federal, fez
4719 um parecer que foi um documento. Montou um grupo de trabalho para falar da
4720 autonomia dos órgãos Policiais. O relator ficou Agadeilton. Ele fez um trabalho, mais ou
4721 menos de 15 a 20 páginas. Trouxe para discussão. Foi uma discussão por várias reuniões
4722 sobre esse parecer, sobre o encaminhamento. Quando eu entrei, o Humberto também já
4723 estava aqui representando os dirigentes, sugerimos mudar para uma recomendação,
4724 porque em virtude do parecer era muito extenso. Muitos eram favoráveis ao tema, mas
4725 da forma como estavam sendo apresentados alguns pontos estavam trazendo
4726 divergência. Então, foi quando foi apresentada a recomendação. Essa recomendação
4727 ficou sucinta e na qual foi solicitada ao Ministério da Justiça a criação de um grupo de
4728 trabalho para discutir a efetivação dos órgãos periciais. Foi aprovada a Recomendação nº
4729 6. No final do ano passado, o Ministério da Justiça baixou uma portaria no dia 28 de
4730 novembro, dando prazo de 90 dias para esse grupo de trabalho elaborar esse documento.
4731 Foi prorrogado agora recentemente para mais 90 dias. Então, nós estamos trabalhando.
4732 Tem representante dos peritos criminais, dos peritos federais, dos papiloscopistas
4733 estaduais e federais, dos delegados, da sociedade civil que é Direitos Humanos, do
4734 Fórum Nacional de Ouvidores, do Conselho Nacional de Ministério Público. É a

4735 segunda reunião este ano e a terceira está agendada para abril. O Alex faz parte desse
4736 grupo que está coordenado o trabalho. Então, é uma pequena explanação da questão
4737 relacionada à perícia onde nós defendemos, discutimos, e muito, com a sociedade e a
4738 sociedade deu esse respaldo que é a autonomia dos órgãos periciais, que hoje em 18
4739 Estados já está consolidada essa desvinculação da estrutura da Polícia Civil com um
4740 órgão próprio autônomo. É isso que estamos trabalhando agora nesse grupo de trabalho
4741 para que seja inserido na Constituição Federal, que é muito importante para dar
4742 segurança aos estados onde já estão vinculados. E para aqueles que ainda não estão
4743 trabalhar para esse modelo. Então, a minha parte era esse esclarecimento, até para que os
4744 novos conselheiros tenham conhecimento dos trabalhos que se iniciaram na gestão
4745 passada e agora esse grupo de trabalho está dando prosseguimento. Eu quero parabenizar
4746 a Mesa. Fico feliz pelo trabalho do Alex que está conduzindo tanto o grupo de trabalho e
4747 ao Conasp. Mais feliz agora com a presença do Almir na Mesa, porque ali mescla a
4748 experiência do Almir que conhece todo esse processo, os encaminhamentos, o
4749 regulamento. E agora também com a chegada do Alex que mostrou competência,
4750 mostrou sabedoria e que venha a somar. Acho que essa dupla vai dar condições para nós
4751 fazermos um bom trabalho neste mandato.

4752

4753 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Agradeço as palavras de
4754 elogio.

4755

4756 **O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos**
4757 **Periciais do Brasil)** – Boa-noite a todos. Eu quero iniciar minha fala apenas
4758 concordando com a última fala do conselheiro Márcio. Então, não vou repetir a questão
4759 do trabalho que o Alex vem fazendo tanto no GT, como nos surpreendeu de forma muito
4760 feliz a maneira como ele se comportou hoje nos trabalhos. E Almir dispensa comentários
4761 porque já é um parceiro. E eu sou suspeito pela amizade e por ser meu conterrâneo. Mas
4762 a nossa fala é para dar um informe que nos próximos dias 9 e 10, no Rio de
4763 Janeiro, o Conselho de Dirigentes estará se reunindo onde estaremos levando todas as
4764 discussões que foram apresentadas e estaremos repassando para os demais gestores da
4765 perícia no Brasil. Quero fazer esse informe, como também, apesar de Alex já ter jogado
4766 um balde de água gelada no que eu ia dizer. Não, você tem razão pela sua equipe.

4767 Equipe de dois. Mas quando nós assumimos aqui no Conselho recebemos um pendrive
4768 com leis, regulamentação, todo material. Quando assumimos o conselho recebemos de
4769 imediato esse pendrive como também o boton do conselho. Eu, inclusive hoje, repassei,
4770 por e-mail, para o conselheiro Coutinho o Manual do Conselheiro, todas as legislações,
4771 pareceres. Se houver condições de preparar esse mesmo material para os conselheiros
4772 que estão iniciando a sua gestão seria muito interessante para que eles possam conhecer
4773 a fundo, desde a história do conselho, como ele foi. Essa é a nossa sugestão. E desejar a
4774 todos um bom retorno a seus lares. Que o Supremo Arquiteto do Universo possa nos
4775 proteger. E que Nossa Senhora, respeitando as demais religiões, possa nos acompanhar e
4776 nos devolver a nossos lares onde estão os familiares nos aguardando. Muito obrigado.

4777

4778 **O Sr Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp)** – Obrigado. Só esclarecendo a
4779 questão. Eu enviei ontem à noite, na correria, a legislação, as apresentações que foram
4780 feitas e na medida do possível vamos enviar todos os materiais por e-mail. O pendrive,
4781 tudo bem que estamos numa fase de corte orçamentário, mas não vou dizer que a não
4782 distribuição de pendrives foi à política de corte. Realmente, é falta de disponibilidade de
4783 tempo. O setor Administrativo vai providenciar tudo isso. Então, na medida do possível
4784 vamos encaminhar por e-mail.

4785

4786 **O Sr. Almir Laureano dos Santos (Grande Oriente do Brasil)** – Eu agradeço à
4787 presidente Regina Miki por ter nos concedido a oportunidade, pois é uma indicação dela
4788 com o apoio do ministro. E estou aqui para trabalhar. Trabalho em qualquer cadeira
4789 dessas com a maior dignidade, olhando para cima, fazendo a coisa acontecer do jeito que
4790 eu posso fazer. E tendo apoio de vocês, como sempre tive. E novos amigos, revê-los, e
4791 dizer que quero ajudar. Quero ajudar Alex. A minha palavra agora vai ser exatamente
4792 nesse sentido. No início desta Secretaria Executiva, eu quero dizer a vocês que não é
4793 fácil e eu peço, mais uma vez, para vocês para se atentarem com relação a pauta. Nós só
4794 temos dois dias de trabalho para temas importantíssimos que cada um de nós
4795 carregamos. Então, não tem como nós sobrecarregarmos esta Mesa Diretora com tanta
4796 pauta que nós não teremos como dar conta. Nós teremos, sim, que priorizar algumas
4797 coisas que, no consenso, poderão vir para facilitar o trabalho da Secretaria-Executiva na
4798 preparação da próxima reunião. Imaginem se nós colocarmos 10 pautas para a próxima

4799 reunião. É possível? Não. Então, essa é a ideia para nós ajudarmos a Secretaria que está
4800 se ajeitando, a equipe é pequena. Mas temos apoio. Agradecemos a todos vocês.
4801 Agradecemos as palavras elogiosas a meu respeito e a respeito do Alex. E dizer que nós
4802 podemos retornar para nossas casas com sentimento de dever cumprido. Muito obrigado
4803 a todos (*Aplausos*).